

REVISTA DE HISTORIA

AS CONQUISTAS DE ROMA

IV

SUAS CONSEQUENCIAS MORAIS

Encaradas as Conquistas de Roma tanto sob o ponto de vista das suas consequências económicas e políticas como sob o das modificações produzidas na composição da população, do fundo humano — *intra* e *extra-muros* — deverei agora encará-las debaixo do ponto de vista dos seus efeitos morais, com relação á vida privada e á vida pública dos romanos.

A simples consideração de que as conquistas tinham concorrido para o empobrecimento geral do povo romano já de si envolve a ideia e deixa entrever o facto da sua *desmoralização*; porque, se um povo *pobre* acaso logra conservar-se puro de costumes — outro tanto não acontece a um povo *empobrecido*.

Empobrecer é decaír; pois empobrecimento, neste caso, significa falência de antigas virtudes íntimas e de acção. É a decadência dos povos e das sociedades — que se caracteriza, segundo alguém, pela *superabundância de energias a empregar em frente da míngua de emprêgo a dar-lhes* — assim se caracterizará mas é por implicar precisamente a cessação ou diminuído exercício das naturais actividades históricas do povo considerado, sacrificadas agora a outras fórmulas de actividade, que as substituem ou lhes fazem nociva concorrência.

As manifestações que então pareçam traduzir — segundo aquella fórmula — um *excesso de vida*, individual e colectiva, no fundo só afinal traduzem um *deficit* das energias ou modos de energia correspondentes á verdadeira índole e tradição nacionais. Representam, no povo dado, a obediência ao estímulo, sobretudo, de necessidades extra-normais — nascidas dêsse mesmo estado e momento em que já lhe vai perdida e quebrada a tradicional, directa, legítima maneira de ser e de proceder.

Reflectem uma inquieta existência, em que todos os elementos sociais — á falta de objectivo definido — fluctuam sem rumo seguro, levados por paixões novas (nascidas do *vago* de tal situação), tomados de tendências dispersivas do genuíno sentido da sua história; a desintegrada existência em que todos, por mal de todos, contrariam o processo fecundo e natural exprimido no preceito de *manter adaptando*.

São como florescências estranhas, parasitárias, alimentadas por desvios de seiva que deixa, portanto, de nutrir as plantas mães. Quando decadência não

Nota da Redacção: Os três anteriores artigos desta série *As Conquistas de Roma*, foram publicados no 4.º vol. da *Revista de Historia*, 1913, a pags. 1 a 15, 129 a 136, 229 a 241. Vide também o artigo *Os escravos em Roma*, publicado no n.º 9, 1914, a pags. 15 a 25.

represente o adormecimento demorado e até a dissolução de todos êsses elementos!... Em resumo: corresponderão, tais manifestações, ao *déracinement*.

E *desenraizado* equivale, na verdade, a *desmoralizado*, visto que é imoral, nos indivíduos e nos povos, tudo quanto, em qualquer campo, lhes contrarie aquelas verdadeiras tendências vitais, a realização do destino impôsto por certas qualidades e pelas condições de determinado modo de ser — tudo quanto, contrariando-lhas, favorêça, d'aí, outros modos de emprêgo e dispêndio das suas energias — applicaveis ou excedentes...

Ora, não podemos deixar de reconhecer que o povo romano, *empobrecido* no meio da riqueza, dava agora, com o seu *empobrecimento*, e por êste, inequívocas provas dêsse mal inerente — como efeito ou causa — á decadência das sociedades.

Desenraizando-se, d'alma e de hábitos, da antiga vida da terra, como que desligando-se da própria história era já, efectivamente, um povo *desmoralizado*; quer dizer: desviado — com todas as conseqüências do desvio — das formas e das normas de existência adequadas á sua índole, ás suas mais naturais aptidões productivas, ás suas mais duradoiras tradições. E dava disso sinais que, sendo pela maior parte comuns a todos os povos idêntica ou semelhantemente affectados, revestiriam ali, no momento considerado, especial e mais complicada gravidade.

— Não seria só em Roma, certamente, que o ardôr da *ambição aventureira*, por um lado, e por outro o *espírito de especulação mercantil*, haviam de substituir-se ao tradicional amôr e cultivo do torrão lavradío e ao seguro tino e prática das transacções costumeiras, consagradas de tempos; que havia de desenvolver-se, daqui — á custa da confiança nas actividades legítimas, herdadamente exercidas, e as mais fecundas sempre — a mórbida e enganosa fé nos lances de risco e nas emprêsas de guerra e de saque, a par da cínica tendência para o recurso a todos os processos e meios de lucro e de triunfo material.

— Não seria só em Roma que os ricos haviam de espoliar os pobres, concorrendo para o agravamento das desigualdades sociais, e para a explosão de ódios sangrentos nascidos do sentimento dessas desigualdades e tambem dos impulsos da ambição criminosa; sem que por isso, e através do espaço que os separava, aquêles deixassem de contribuir, com o funesto exemplo de todas as cobiças, venalidades e depravações duma brilhante e pôdre vida urbana, para a corrupção dos espoliados, de si já dispostos ao contágio e desarmados ante as tentações corruptôras.

— Não seria só em Roma que entre as classes abastadas se levantariam conflictos violentos, gerados da emulação das recém-formadas em frente das anteriores — ciosas, por seu lado, estas, das prerogativas e privilégios herdados; até quando tivessem de surgir, dentre a dispersiva e revôlta colectividade, individualidades poderosas e audazes que, — acabando de quebrar os moldes históricos da sociedade, elastecidos já ou deslocados, e acabando de iludir-lhe ou torcer-lhe os princípios da antiga ordem, abalada — tudo avassalasse pela fôrça, pelos expedientes revolucionários ou dictatoriais, abrindo-lhe novos destinos, duradouros ou efêmeros, de possível prosperidade ou de inevitavel ruina.

Noutros estados se teriam dado ou haveriam de dar-se factos comparáveis.

Mas na *Urbs* assumiriam, realmente, mais complicada gravidade, pelo muito em que viriam contrariar-lhe o passado; além de, pela sua particularidade, alguns dêles imprimirem cunho especial á história dessa perturbada idade romana.

Para reconhecer tal gravidade e notar tais modalidades particulares, bastará lembrar e considerar entre outros, como característicos, três traços — a que já me referi — da época indicada:

- a feição das próprias lutas das classes,
- a atitude e papel da opulenta classe nova,
- a forma e meios de corrupção dos pobres pelos ricos.

Explicavel, em ambos os campos, mais pela inobservância do que pelo olvido das leis, a *violência* das lutas originadas na situação da classe popular com relação ás outras, e nas suas tentativas de reforma social e política (violência que acusariam também subsequentes conflictos e guerras intestinas) representaria na verdade, dentro da cidade de Roma, um sinal grave do tempo; porque nunca ali se dera o caso de tão profunda violação do estatuído, e de tão bravas contendias — nem mesmo durante as antigas disputas de *patrícios* e *plebeus*; pois tudo, nestas, se subordinava á ideia da sanção legal.

Seriam também, sem dúvida, significativos da idade em questão a atitude e o papel da nova classe, da classe dos *grandes negociantes*.

Enfermando logo de tendências e vícios idênticos aos dos nobres — ambicionaria, além da fortuna, um semelhante ou equivalente predomínio, sobretudo para, á sombra e á custa de tais condições, levar também a corrompida mas brilhante e larga existência dessa classe privilegiada, sobranceira ás restantes camadas do mundo romano; e por isso assumiria, efectivamente — como vimos — uma atitude singular e desempenharia um papel estranho e duplo em frente dos *pobres* e dos *ricos*.

Em vez de formar, de origem e natureza, uma robusta classe média; de lutar, nessa qualidade, por determinadas e justas aspirações próprias, servindo também, assim, ao defrontar-se com a dos poderosos, as aspirações da classe menos favorecida, e concorrendo deste modo para o fortalecimento e integral prosperidade da nação; em vez de exercer, entre os dois extremos, uma acção moderadora e compensadora dos excessos — viria a ser, pelo contrário, um novo agente de perturbação, um novo elemento de conflitos.

Com efeito: se, no intuito de enriquecer e medrar sempre, havia, por um lado, de explorar tanto e tão barbaramente o mercado romano, tornado mundial, e a dura dependência em que dela estariam as massas pobres ou empobrecidas — por outro lado, na impossibilidade de disputar á nobreza honras e officios reservados aos desta classe ou considerados como tais, trataria de alcançar cargos e funções públicas, cuja posse e título lhe deviam trazer, além de mais vantagens, a garantia da impunidade ou das decisões favoráveis e justificativas em todas as questões por ventura levantadas a propósito das suas especulações e extorsões criminosas.

E como a ambição e conquista de semelhantes funções e cargos provocaria natural opposição e protesto por parte dos que até ali os houvessem desempenhado e possuído — a sua entrada na scena política de Roma traria na verdade á vida da *Urbs* novas e maiores dificuldades.

Representada na *ordem equestre* — a que pertenciam ou estavam ligados os *publicani* — a classe dos *grandes negociantes* influiria, pois, nalguns dos mais vivos conflitos da sociedade romana.

Entre todos, dariam disso prova: a revolução social dos Gracchos e, meio século depois, a revolução ditatorial de Sylla, especialmente no que prendesse com o caso da adjudicação dos tribunais. Porque, se a atribuição do poder judicial aos *Cavaleiros*, com prejuizo dos *Senadores*, havia de pesar na primeira dessas revoluções como um factor de excepcional gravidade, a restituição dos tribunais ao Senado não deixaria — dada, já, a importância da *ordem equestre* — de complicar singularmente a segunda.

Emfim: a forma como, e os meios por que os *ricos* haviam de contribuir para corromper os *pobres*, também imprimiriam caracter á época de que trato; porque a corrupção, aqui, não proviria apenas dos exemplos dados de cima e das precárias condições criadas á classe inferior pela continuidade das guerras, pela inadvertência administrativa das outras classes e pela abusiva exploração que estas fizessem das novas fontes de riqueza nacional.

A corrupção crescente seria, em muito, obra da própria ingerência dos *ricos* na vida da plebe — miseravel e ociosa — pelo proveito que tirariam das suas difíceis condições, comprando-lhe os sufrágios e o auxílio político á custa da baixa — provocada — ou mesmo á custa da distribuição gratuita dos géneros; fazendo assim com que a abundância dos productos exóticos — já tão nociva para a moralidade do povo e das legiões (empobrecidos, afinal, devido á concorrência dêsses productos com os nacionais) — ainda se tornasse funesta como meio directo de desmoralização. E como o processo de subôrno, accentúe-se, viria a ser seguido e adoptado por todos quantos um dia ambicionassem o favor do legionário — para fins de conquista exterior, para golpes de audácia dentro do terreno político, nas luctas internas dos partidos e das facções — nem mesmo havia de escapar, passado pouco, á extensa corrupção geral êsse elemento que até ali constituiria o nervo e o núcleo vital de Roma: a sua população militar — cuja transformação, de *corpo de nação armada* em *exército de mercenários* (obra de C. Marius) implicaria a redução dêste a perigoso instrumento dos generais, quando se lhe impuzessem pelo prestígio e o ganhassem pelas dádivas e promessas de estipêndios e despojos...

*

Provado fica, pois, que as conquistas de Roma — tendo concorrido poderosamente para a exacerbação das ambições, para a violência maior dos ódios e rivalidades das classes, bem como para toda a espécie de venalidade e corrupção dumas e doutras — tiveram, embora a par doutros agentes (como, por exemplo, os de ordem educativa, de proveniencia grega), profunda e definitiva influencia na quebra das energias morais dos romanos.

A situação que criaram á velha Roma foi perene de movimentos e agitações — explicáveis, em grau considerável, pelo prestígio dos generais políticos ganho nas campanhas exteriores.

Tal situação deu, realmente, origem a um verdadeiro *período revolucionário*, que podemos contar desde o ano de 133 até o ano de 29 a. C., até o advento do Império.

E nesse período, dum século, registamos — além das questões entre *Cavaleiros* e *Senadores*, por motivo da posse dos tribunais, e mais ou menos ligadas com elas —

a revolução política e agrária dos Gracchos (133-121);

a *guerra social*, em que — concedido aos Latinos, ainda nos fins do 2.º século, o direito de cidade pleno — os *Aliados* italianos o reclamariam, e obteriam por fim (91-88);

as lutas de Mário e Sylla (100-86);

as que desencadearia a rivalidade militar e política de Cesar e Pompeu, rivalidade cuja solução, na batalha de Pharsália (48 a. C.), traria a dictadura larga e generosa do primeiro — decisivo passo para o novo regimen, do qual Octaviano, o vencedor feliz de Marco António (30 a. C.), viria a ser o iniciador prudente e astuto...

Coube, todavia, ás conquistas — de par, é certo, com a transformação das ideias e a pressão dos interesses dos indivíduos e dos povos — uma grande parte na obra da civilização universal, obra ainda auxiliada poderosamente por concessivas medidas do Império, e pela acção do Cristianismo.

Fatais para o Estado e para a sociedade da antiga Roma republicana, porque tinham vindo quebrar-lhes os estreitos moldes a que correspondiam certas qualidades e virtudes das velhas gerações — provocariam, porém, o desperto e manifestação de novas energias, a eclosão e aplicação de novas fórmulas de vida social e política — fecundas de vantagens para um mais amplo teatro de agremiações humanas.

Foi em grande parte por elas, com efeito, que a *Cidade romana* — a princípio composta de *patrícios* e *clientes*, se abriu, com o andar dos tempos, á *classe plebeia*, aos *Latinos*, aos *Aliados*,¹ até admitir e compreender as *províncias*, e constituir

¹ O Estado Romano — a *Civitas romana*, no sentido de instituição e entidade política, não se aumentava com as conquistas (as nações conquistadas não se *integravam* nesse Estado, passavam apenas a fazer parte do seu *império*, na accepção de domínio); assim como o território romano — *ager romanus* — não podia estender-se além dos limites primitivamente traçados; o que podia estender-se era o *ager publicus*, composto dos territórios ganhos — para o Estado — pelas successivas aquisições sobre os povos vencidos.

Compreendia esse Estado, de princípio e subseqüentemente, diversas categorias de homens livres, que todas se reduziam, no entanto, a três grupos: o dos *Cidadãos*, o dos *Latinos* e o dos *Peregrinos* (designação que, antes da guerra social — 91-98 a. C. — incluía todos os Italianos, com excepção dos *Cidadãos* e dos *Latinos*, e que depois desta guerra coube — até os princípios do 3.º s. depois de C. — aos habitantes das províncias, d'antes considerados como simples estrangeiros — *hostes* —).

Tudo quanto não figurasse nalgum dos três grupos contava, realmente, como estrangeiro, como *hospes*. E *hospes* — hóspede — era frequentemente sinónimo de *hostis* — inimigo.

Podiam os estrangeiros obter a protecção dum cidadão romano: a título permanente, como *clientes*, ou a título temporário — naquella qualidade de *hóspedes*; e teria o estrangeiro desde as origens da *Urbs* beneficiado dessas convenções da *clientela* e da *hospitalidade*, passando de *hostis* a *hospes*.

A existência e a utilização de tais convenções — fundamento de recíproco auxílio entre estrangeiros e romanos, para o caso de serem uns ou outros a invocá-las — provam, contudo, que o estrangeiro carecia em Roma da verdadeira protecção da lei, duma reconhecida situação jurídica — senão de facto, pelo menos segundo o ponto de vista da primitiva teoria.

O estrangeiro recorria ao patrocínio do *Cidadão* precisamente na falta de direitos estatuidos e duma jurisprudência que, em si, lhe garantissem a liberdade, que lhe prevenissem a eventualidade de se ver reduzido a méro objecto, caindo como escravo sob o domínio do primeiro a tomá-lo. Protecção legal, situação garantida, com o reconhecimento da liberdade — isto é, da ingenuidade e da personalidade — só as logravam os que pertenciam a algum dos três grupos mencionados; embora em grau bem diverso, porque a situação de qualquer das outras duas categorias não podia comparar-se, em privilégios e vantagens, com a do *Cidadão*.

Se os homens livres não cidadãos, conhecidos sob a designação de *Latinos* e de *Peregrinos*, beneficiavam, com efeito, da protecção directa da lei, independentemente de patrões a quem recorressem — tinham-no devido, de origem e com a marcha dos tempos, a tratados e a convenções; ao passo que o *Cidadão romano* gosava, por princípio, nesta qualidade, de todas as garantias sociais, de todos os direitos civis e políticos.

Dum modo geral, e sem entrar em particularidades do domínio do Direito Romano — poderemos definir e descrever a situação dessas três categorias da maneira seguinte:

como um só Estado — da Espanha ao Eufrates; e que toda essa vasta porção da terra conhecida veio a beneficiar duma assimilavel organização política e administrativa — para cuja amplitude de vistas e de medidas não teriam deixado de concorrer as ideias filosóficas ligadas ao conceito de *género humano*, e concor-

CIDADÃOS

Cidadão era o que descendia de cidadãos, e também aquéle que adquiria mais tarde o *direito de Cidade perfeito*, por *benefício da lei* ou por *naturalização*.

Mas, quer o fôsse de nascença, quer devido a algum destes dois processos — disfrutava realmente, como tal, a invejavel condição de *civis optimo jure*: isto é — podia, a contar dos dezassete anos (idade em que inscrevia o nome nos registos da sua *tribu*, da sua *classe* e da sua *centúria*) exercer todos os direitos, tanto *privados*: (*jus commercii* = d. de praticar actos de índole patrimonial, e *jus conubii* = d. de casamento, legais), como *públicos*: (*jus suffragii* = d. de voto, *jus honorum* = d. de elegibilidade para as funções da república, *jus provocationis* = d. de apêlo ao povo nos processos crimes), e prestar serviço nas legiões.

Gosava de todos os direitos, finalmente, em que assentava e de que dependia a vida social e política de Roma; devendo acrescentar-se ainda que, nos últimos tempos da República, o *Cidadão* romano seria isento do pagamento dos tributos directos extraordinários — impostos por motivo de guerra.

Exclusivos, a princípio, dos *patricios* — esses direitos tinham sido, segundo vimos, progressivamente conquistados pelos *plebeus*, e constituíam o apanágio de todo o Cidadão de Roma, desde a data da *lei Ogúlnia* (800 a. C.).

Representavam, no seu conjunto, um completo armamento jurídico, cuja posse lhe conferia, como ressalta comparando as respectivas situações, singulares e preciosas vantagens morais e materiais em frente dos outros homens livres do mundo romano; e de que só era destituído por sentença condenatória, dados certos crimes: com a relegação á condição de escravo (no caso da *cápitís deminutio máxima*) ou com a simples perda dos direitos de voto e de elegibilidade (no caso da *cápitís deminutio mínima*).

LATINOS

No seu sentido primitivo e rigoroso, a palavra *Latinos* designava: os *antigos dominadores de Lácio* — região limitada pela Etrúria a noroeste, pela Campânia a sudeste, pela Sabínia e pelo Sámnio a nordeste e leste, pelo mar Tirrêno a occidente; designava os naturais da região indicada, que haveriam criado a *liga latina*, composta dumas trinta pequenas cidades ou estados federados, sob a hegemonia dalguma destas cidades, como nos aparecem na história ainda sob a de Alba Longa.

Ampliada a confederação latina do 7.º ao 5.º séculos a. C., já sob a hegemonia do núcleo romano, predominante entre os Hérmicos, nela englobados, e entre os Latinos) abre-se para estes uma longa era de luta pela conquista de direitos — luta que, iniciada antes do século 5.º, só terminaria no século 2.º a. C., e cujas seguidas étapes podemos marcar.

a) Destituídos a princípio de garantias perante a fôrça e a ambição crescente de Roma, — como membros de colónias ou novos núcleos de população, formados dentro dessa confederação ampliada — eram com frequencia, quando se rebelavam, despojados das suas terras e cidades (para castigo destruidas) e arrastados á fôrça para a cidade do Tibre.

b) Rodados, porém, largos tempos — e devido a mais adoçados costumes, assim como á menor tensão, temporária, das suas relações de confederados com a nova metrópole — obtinham, do 5.º ao 4.º séculos, embora só a *título individual*: uns, a *naturalização*; outros o *direito de cidade* — perfeito ou com restrições, pelo facto e sob a condição de passarem a residir em Roma; ficando os restantes, colectivamente, numa incerta situação de vaga aliança com a *Urbs*.

c) Viria, contudo, o governo romano a reconhecer a necessidade de limitar, quanto ao número dos interessados, a concessão, individual, desse direito da *Civitas* (atendendo a que o éxodo, para Roma, dos mais ricos e importantes habitantes das cidades latinas era para estas altamente lesivo); quando, por outro lado, mostrava querer continuar a aproveitar-se da aliança dos Latinos, na empresa das conquistas, dispondo-lhes mais facilmente da vida e das fazendas por considerá-los em situação de inferioridade.

rêram positiva e directamente a noção da universalidade do Império, e os genericos preceitos do direito legislado — verdadeira criação original do génio de Roma.

Baste lembrar, em suma, que o mundo deveu ás conquistas realizadas pelas armas e pelas leis romanas: a posse dum *ideal político*, que lhe deu coesão;

E como, realmente, adoptasse medidas restrictivas quanto áquelas concessões individuais e continuasse a exigir dos Latinos aliados sacrificios materiais e serviços de guerra de que só ella beneficiava — Rôma provocaria o levantamento conhecido por *guerra latina* (340 a 338), guerra cujas principais consequências seriam: a dissolução definitiva da antiga confederação, e a exclusiva concessão do *direito de cidade perfeito* no caso de cada pretendente provar ter exercido na sua cidade natal qualquer magistratura.

d) Mas, em seguida a essa guerra — os Latinos habitantes de determinadas cidades (Lanúvium, Arícia, Túsculum) logravam obter, já a *título colectivo*, o privilégio da *Civitas plena*; ao passo que outros Latinos ficavam chamados *Socii latini* ou de *Nomen Latinum*, obtendo a *Civitas* diminuída — isto é, destituida do *jus honorum* e do *jus suffragii*.

e) Finalmente, na primeira metade do século 2.^o (por volta de 180 a. C.) todos os Latinos obteriam, a *título colectivo*, o *direito de cidade perfeito*, a *Civitas plena*.

Todos, os antigos Latinos. *

Porque os autores distinguem entre *Latini veteres* ou *prisci*, e *Latini coloniarii*.

— *Latini veteres* são para elles os Latinos considerados como tais desde os tempos primitivos até o ano de 269 a. C. — data da criação da colonia de *Ariminium* e das outras 11, isto é, todos aqueles a quem respeitam as successivas acquisições de direitos políticos e de garantias jurídicas acima mencionadas.

— *Latini coloniarii* (denominação proveniente das 12 colónias) são os individuos e colectividades latinizadas depois da data de 269.

E não era indistinta a situação duns e doutros com relação á maior ou menor extensão dos direitos e regalias da Latinidade — que só os primeiros conquistariam com efeito plenamente por volta de 180 a. C.

Já no regimen da *Civitas* incompleta — anterior a esta data — havia gradações com relação aos *veteres* e aos *coloniarii*. Logo sob o ponto de vista dos encargos tributários se notava diferença profunda: os *coloniarii* (que subsistiriam até Caracalla—211-217 de C.) estavam numa situação muito menos vantajosa do que os primeiros — pois pagavam o impôsto do solo e a capitação.

Os Latinos *veteres*, os antigos — participavam de todos os direitos privados dos *Cidadãos* (*jus conubii* e *jus commercii* e suas consequências). Só não beneficiavam — antes daquêle ano de 180 — da totalidade das prerogativas do *Cidadão romano* relativamente á vida pública (como começaram a beneficiar desde esta data): se podiam servir nas legiões, pelo menos a partir de certa época, e se podiam votar, não gosavam do *jus honorum*, e contestam alguns que elles tivessem o *jus provocationis* — direito de apêlo ao povo — nas causas crimes. Mas nas suas relações e nas relações com os romanos estavam ao abrigo das disposições de lei por que se regulavam os *Cidadãos*; podiam tambem, como estes, levar as suas questões e litígios perante o *Pretor urbano* — já quando havia, além dêsse, o *Pretor peregrino* (246 a. C.) — a quem competia decidir das acções entre estrangeiros ou entre estrangeiros e *Cidadãos* romanos. Finalmente, seguiam as formas do processo romano.

● Perdiam a sua qualidade de Latinos *descendo* ou *subindo*: sendo por sentença relegados a *Peregrinos*, ou mesmo a *escravos*, e sendo elevados á categoria de *Cidadãos*. Obtinham-

* Sobre a designação *Latinos*, que successivamente abrangem tambem:

1.^o os membros de *colonias latinas*: isto é — Latinos romanos (renunciantes, estes, á *civitas plena* para obtêrem terras) e outros habitantes da Itália, embora estabelecidos fora do Lácio;

2.^o os homens *livres* sujeitos ao regimen das 12 colónias (*Ariminium* e mais 11 — 269 a. C.) e os de outras cidades do Lácio e de Itália (colónias ou não);

3.^o os *libertos* de Latinos;

4.^o os Latinos *Juniani* (inferiores aos Latinos extra-italicos — 19 de C.);

5.^o vários individuos e colectividades estranhas á Itália,

sobre todas essas categorias, assim designadas sob o ponto de vista da sua situação social e jurídica em frente das leis e dos costumes de Roma — vide entre outros P. F. Girard «Manuel Élémentaire de droit romain»; pgs. 106-127, e passim — 5.^o edic.; e Salomon Reinach «Manuel de Philologie classique» 2.^o edit. tome I, 1883, pags. 307-319 e tome II — Appendice — pag. 289.

o *espírito de unidade* — propício, no fundo, á formação de futuros agregados nacionais, reflectido e revelado na instituição da Igreja Católica, onde, a seu turno, se fortaleceu e perdurou até fins do sec. 15.º, e tende talvez a reconstituir-se; finalmente — a conservação e a transmissão de tantas maravilhas da arte e da literatura da Grécia.

na, como vimos, ou pelo *benefício da lei* — isto é, usando dum direito conferido por uma *lei positiva*, donde constavam taxativamente os modos e condições de adquirir a *civitas plena*; ou pela *naturalização* — concessão graciosa, vinda do povo romano ou dos seus delegados e representantes.

Tratando-se do *benefício da lei*, podiam alcança-la: 1.º (a princípio) — pelo simples facto de passarem a residir em Roma, deixando, no entanto, um ou mais filhos na cidade que abandonavam (medida esta — da imigração em Roma — que sofreu restrições no 4.º s. a. C., mas se manteve até 96 a. C., e cuja supressão, nesse ano, contribuiu para a *guerra social*); 2.º (a datar da *guerra latina*) — quando tivessem feito parte do Senado municipal das suas terras natais e, mais tarde, quando tivessem nelas exercido qualquer magistratura; 3.º (a partir dos fins do 2.º sec. a. C.) — quando denunciasses um romano concussionário; 4.º pelos processos seguidos para a concessão da *civitas plena* aos *Juniani* (Vide Girard, pag. 127).

Vejâmos agora o que havia com respeito aos Latinos novos — *coloniarii*.

Equiparados no resto aos *antigos*, não lhes seria dado, durante largos tempos, servirem nas legiões; dos direitos públicos, não tinham o *jus honorum* e o *jus suffragii*, e, dos direitos privados, era-lhes negado o *jus conubii* — o direito de casamento á romana, entre Latinos e Romanos; desigualdade importante, esta; pois que lhes resultava dela o não poderem constituir uma família legal segundo o direito de Roma, com todas as suas consequências, e o têrem de regular-se, nas relações e questões domésticas, pelo seu direito nacional, pela lei das suas próprias cidades.

PEREGRINOS

Peregrino — era o que nascia de peregrinos, como *Cidadão* era o descendente de cidadãos; e também aquêle que descia da condição de *Cidadão* ou de *Latino* á de peregrino, em vista de sentença condenatória, proferida no caso de certos crimes previstos na lei, mas não tão graves que implicassem a relegação á condição de escravo.

A principal origem da *peregrinidade* não era, porém, a perda dos direitos da *Civitas plena* ou da *Latinidade*.

Era a anexação de populações estranhas, que, no successivo alargamento dos domínios territoriais do Estado romano, iam ficando dentro do seu âmbito e, assim, sob o poder político de Roma, quer devido á pura conquista e capitulação, quer devido a pactos de submissão. Constituíam, pois, os *Peregrinos* uma categoria * á parte tanto dos *Cidadãos* como dos *Latinos*.

Eram os habitantes *livres* das diversas regiões de domínio romano, que não entravam em nenhuma dessas duas categorias.

Achavam-se em condições de manifesta inferioridade relativamente a uma e a outra com respeito a direitos e prerogativas sociais.

Não gosavam de direitos públicos. Não gosavam também, no campo do direito privado, nem do direito de casamento, nem do direito de propriedade e das suas consequências.

Estavam, pois, fora de todos os direitos políticos e civis.

O que os distinguia, então, dos meros estrangeiros?

A faculdade de poderem recorrer a certas leis e aos tribunais de Roma, sob determinadas condições.

* Simples estrangeiros, a princípio, e portanto *hostes* — teriam, desde certa altura da vida da *Urbs*, beneficiado das convenções da *clientela* (*jus applicationis*) e da *hospitalidade* (*hospitium privatum*), sendo, assim, já vistos como *hospites*; até que, por fim, passassem a *peregrinos* — nesta acceção de homens livres tornados subditos de Roma, por qualquer dos dois modos indicados.

E' indispensavel ter em vista esta gradação evolutiva para se compreenderem e conciliarem os diversos autores.

Com os romanos, os estrangeiros apenas contraíam as relações da *clientela* e da *hospitalidade*, garantidas pelas respectivas convenções tradicionais.

E admitindo mesmo, segundo alguns, que o *espírito universalista* da civilização e da tradição romanas tivesse vindo prejudicar, de certo modo e debaixo de vários aspectos políticos, sociais e artísticos, a expansão própria e característica de mais duma nação europeia, á entrada da Idade Moderna — perante a opulenta soma de vantagens, herdadas dessa civilização, só nos cumpre venerar-lhe gratamente os vestígios e memórias, sob a forma elevada do estudo e da interpretação conscienciosa.

Coimbra, 1916.

MANUEL DA SILVA GATO.

Assim—ao passo que os *Estrangeiros*, como tais, só podiam invocar as leis dos seus estados ou cidades, e perante os tribunais e autoridades desses centros, para regularem as suas mútuas relações — os *Peregrinos*, desde que a sua qualidade fôra, com o tempo, fixada e reconhecida, tinham as seguintes garantias.

a) Quanto ao direito constituido, quanto ás leis por que se regulavam, podiam invocar:

- 1.º as suas *leis nacionais*, para as relações entre os do mesmo estado ou cidades;
- 2.º algumas *leis romanas*, cuja applicação lhes era extensiva, para as relações entre elles, em Roma;
- 3.º o direito das gentes (*jus gentium*) * — para as relações entre *Peregrinos* de estados ou nacionalidades diversas, e entre *Peregrinos* e *Cidadãos* romanos.

b) Quanto a processos e litígios — podiam:

- 1.º submeter as questões, entre elles levantadas, aos tribunais das suas próprias nacionalidades ou cidades;
- 2.º recorrer, nas suas questões, ou nas questões com *Cidadãos*, ás autoridades romanas (a contar de 242 ao *Pretor peregrino*, que, a princípio, durante a vigência das *ações da lei*, julgava por si, e mais tarde daria a fórmula ao júri ou aos árbitros para o julgamento e decisão dos pleitos);
- 3.º lançar mão, em casos especiais ou para certas matérias, das próprias *ações da lei* (*legis actiones*) do velho fóro romano.

Os *Peregrinos* obtinham a *Civitas plena* como os *Latinos*: ou pelo *benefício da lei* ou pela *naturalização*.

Do primeiro processo haveria exemplo numa disposição de lei da segunda metade do sec. 2.º a. C., por onde ganhava a qualidade de cidadão todo o *peregrino* que accusasse um magistrado concussionário — disposição modificada em leis posteriores, que a manteriam só a favor dos *Latinos*.

Ainda, como os *Latinos*, poderiam os *Peregrinos* aproveitar — para o efeito da *Civitas plena* pelo *benefício da lei* — de certas disposições relativas aos *libertos latinos*. (Vide Girard — pg. 127 — 5.ª edic.)

A *naturalização* — essa — podia ser-lhes concedida com maior ou menor amplitude, compreendendo todos os direitos da *Civitas* — privados e públicos — só uma destas espécies ou parte duma e da outra.

* Formado, successivamente, dos preceitos e disposições exaradas nos *éditos dos pretores*.

As Individualidades e a sua Acção no Movimento da Historia

II

Comecemos pelo caso em que existe um verdadeiro ajustamento entre estes dous termos: d'um lado, o feitio da Individualidade actuante e o da sua acção historica; do outro, a estructura espontanea do Meio Social em cujo seio ella se exerce.

Nesta hypothese, a *resistencia* que o Meio póde oppôr á acção d'uma dada Individualidade deve suppôr-se em geral *diminuta*, embora nos differentes casos especiaes varie para mais ou para menos conforme a natureza da acção, a estructura das camadas do ambiente em que se exerce, etc.

Não é, no caso que nos occupa, a Individualidade actuante um reflexo das qualidades e tendencias fataes dos individuos que compõem o Meio Social?

Não é, por seu turno, a propria acção o microcosmos dynamico destinado a representar na sua reduzida actividade as multiplas acções que em potencia se dissimulam na massa geral das energias armazenadas no intimo de cada povo?

Não é, por ventura, a aspiração social que a Individualidade actuante pretende realizar, o foco onde convergem e se concentram as aspirações communs?

Na essencia e tomadas as cousas muito em geral, que apreciavel resistencia poderá oppor o Meio Social a uma acção que, condensando em miniatura nas mãos d'uma dada Individualidade a actividade collectiva, vem afinal a brotar da propria contextura delle?

Ora, passemos em revista na hypothese que nos occupa, as acções exercidas pelas differentes especies de Individualidades em Meios Sociaes de varias naturezas.

— A acção dos Politicos, tendendo a pôr em face dos homens um *interesse da vida presente* e a regular-lhes a conducta em ordem a conquistal-o, dirige-se á porção mais facilmente vibratil da sentimentalidade *egoista* dos homens; não póde, pois, encontrar no Meio Social resistencia de valor apreciavel e, em tal caso, será altamente efficaz em resultados sociaes, isto é, reunirá em si todas as condições favoraveis á sua larga e intensa propagação na esphera da Historia.

Ao visar, quando se trata d'uma nobre politica, á conquista d'um alto interesse patriotico ou ao procurar, quando se trata da vil politica dos corrilhos, satisfazer os baixos interesses particulares, a que tende a acção do politico? A realizar um Interesse que se liga ao bem estar da vida presente, a dar em ultima analyse satisfação ao *instincto de conservação*, que é o mais forte e poderoso de todos os instinctos, que é a base essencial da propria vida.

E, em tal caso, que acção social poderá exercer mais intensa e larga influencia nas multidões do que a do politico, seja ella baixa ou elevada, nobre ou vil?

Se, por exemplo, a Individualidade Politica de que se trata é um Guilherme 2.º, no seu intimo ajustamento á forte e disciplinada estructura do Meio Social Allemão e na sua conformidade com o supremo ideal dos altos interesses collectivos que tanto hypnotisa a alma teutonica, porá em face do seu povo tão profundamente militarista o maior de todos os ideaes patrioticos a realizar, isto é, a conquista de toda a Terra pelo poder da espada; e então a sua acção politica, não encontrando a minima resistencia, será largamente extensa, vivamente intensa e tão efficaz nos seus effeitos que irá até ao ponto de lançar, como no momento actual, massas e massas de homens armados sobre o mundo inteiro para o dominar.

Se, pelo contrario, se trata de Individualidades Politicas que exercem a sua acção sobre gentes — não, como os louros da Zona do Baltico e do Mar do Norte, fortes e disciplinadas e, em regra, promptas a sacrificar os baixos interesses individuaes aos altos interesses da Pátria — mas antes, como tantas do Sul, amolecidas e, portanto, dessorada a fibra ethnica fatalmente condemnadas a dissolverem-se na anarchia e a afogarem-se na onda dos baixos interesses individuaes desprezando cynicamente os collectivos, então o politico será, não um Guilherme 2.º ou qualquer dos seus circumspectos e graves conselheiros, mas o homem — muitas vezes sem escrupulos — que fomentará a indisciplina social pondo deante das multidões como exemplo a imitar a delapidação do patrimonio publico e o favoritismo praticado em beneficio de si proprio e dos parentes e dos amigos, será o tribuno espalhafatoso que, pensando superficialmente por imagens e sonhando constantemente utopias, transviará com promessas fallazes e tropos flamejantes as gentes simples, será o parlamentar de discursos artificiosos sempre ajustados a encobrir a verdade e a prestar culto a falsas conveniencias, será tantas vezes o aventureiro que só pensa em engrandecer-se calcando aos pés honra, convicções, ideaes, tudo, em summa, quanto ha de mais nobre na moral humana.

E então, porque é intimo e pleno o ajustamento da acção de taes Individualidades ao Meio Social em que actuam, esta subirá tão alto no valor dos seus effeitos, propagar-se-ha tão largamente, fará vibrar com tal intensidade os baixos e vis egoismos dos homens que estes, constituídos em Posteridade, erguerão os seus agentes a grande altura na esphera da Historia, indo tantas vezes até os consagrar, levantando-lhes estatuas na praça publica.

Quer o leitor um exemplo suggestivo?

Leia a historia do nosso Constitucionalismo.

Que lhe diz ella?

Que, aberta pela Revolução Franceza no seio das nações latinas a grande lucta entre as tendencias anarchicas e utopistas das gentes escuras e amolecidas do Sul e as tendencias disciplinadoras e praticas das fortes raças louras do Norte, ella se propagou naturalmente em Portugal reduzindo o periodo do nosso Constitucionalismo a um conflicto permanente entre o principio da *Disciplina* e das *Realidades Praticas* e o da *Anarchia* e das *Utopias Sonhadoras*.

E qual d'elles se impoz com maior energia?

Foi o que preconisava a Indisciplina e a Utopia.

E porque?

Porque era elle que, em rigor, se conformava com as tendencias fatalmente anarchicas e sonhadoras do Meio Social Portuguez, tendencias de que hoje, creio, ninguem duvida.

Por isso, as Individualidades que, durante esse periodo, representaram o principio da Anarchia e da Utopia ajustaram-se tão plenamente ás tendencias fataes da raça portugueza, que foram os idolos das multidões.

E' contemplar a longa fila de todos esses Patuleias, desordeiros chronicos que com os seus Passos — todos idealidade sonhadora, — com os seus generaes indisciplinados, com os seus jornaes incendiarios, fomentaram constantemente a anarchia nas massas, insultaram baixamente o Poder, desorganizaram a moral do exercito em repetidos pronunciamentos, tornando-se, a certa altura, necessaria uma acção externa para meter na ordem tanto utopista e tanto aventureiro!

E' ver mais tarde os grandes caudilhos do Progressismo, a quem pittorescamente denominaram os «filhos dos Passos», insultando a cada passo o Poder, agitando constantemente a massa geral d'um povo superficial, simplista, facilmente suggestionavel pelas criminosas mentiras com que os aventureiros de todos os tempos o fascinam e transviam!

E que destino deu a Posteridade á memoria de todos estes indisciplinadores da Sociedade Portugueza?

A uns levantou-lhes estatuas nas praças publicas, a outros reverenceia-lhes o nome como o de personalidades dignas de imitação!

E porque se deu tudo isto?

Porque elles, exercendo a sua acção desorganizadora no seio d'uma sociedade condemnada pela Fatalidade á anarchia, longe de lhe contrariarem as tendencias dissolventes ajustaram-se a ellas e assim mais e mais as desenvolveram.

Entre nós e no periodo que estamos caracterizando, essa nobre porção de Livre Arbitrio que, existindo em geral em todos os homens e, portanto, nos Politicos, podia erguer-se nestes em face da Fatalidade que nos impelle para a anarchia e contrariar-a na sua acção desorganizadora, em geral pouco fez; pelo contrario, deixou-se ir na corrente geral e foi até nos lançar em funda desorganização.

— Ainda adentro da esphera dos agentes cuja acção social tende a fazer vibrar, em face d'um *interesse*, a sentimentalidade *egoista* dos homens derivada do *instincto de conservação* e a dirigir-lhes a conducta em ordem a conquistal-o, figuram os **Creadores de Religiões**, os **Profetas**, os **Agentes Sacerdotaes** de qualquer ordem. Se os politicos põem deante da mentalidade das massas um Interesse a realizar na vida presente, os Agentes Religiosos tratam dos Interesses d'alem da campa, offerecendo, assim, uma esperanza destinada a neutralizar o horror que o homem sente ao aniquilamento e, portanto, a lisongear o instincto de conservação. Mas embora, na *hypothese* do ajustamento do agente religioso ao ambiente em que actua, se deva suppor minima a resistencia d'este á sua acção, ella deve ser em todo o caso um pouco mais saliente do que a opposta á do politico.

E porque?

Porque os interesses da vida presente são proximos e bem tangiveis, os da vida futura são longinquos e abstractos; e o egoismo humano vibra bem mais intensamente em face de interesses concretos e bem presentes e muito menos perante os que se reduzem a uma longinqua embora risonha promessa de futuro. Se, porém, a visão offerecida alem da sepultura pelo creador d'um dogma vae ao encontro de aspirações ardentes que neste mundo difficilmente podem obter satisfação plena ou só podem obtel-a muito imperfeita, então a alma humana, vendo nella o unico e consolador lenitivo ás suas dores, dá-lhe a sua fé entusiasta e plena, a acção religiosa não topa deante de si resistencia de valor e a Individualidade que a realisa tem assegurado o mais completo triumpho.

Para maior clareza da nossa exposição caracterisaremos rapidamente a

acção dos dous grandes creadores de religiões, os quaes, pelo seu intimo ajustamento ao Meio, obtiveram na Historia a mais ampla retumbancia.

São elles: Mahomet, cuja acção se exerceu sobre os nomadas da zona semeada de oasis dos aridos, arenosos e ardentes desertos do Sul; e Jesus de Nazareth, cuja actividade se desenvolve no seio da massa dos amolecidos sedentarios que se alastravam ao longo do imperio romano pelas margens do Mediterraneo.

Mahomet, educado na vida das caravanas e, portanto, admiravelmente predisposto para se dirigir aos nomadas distribuidores dos desertos arenosos, põe deante d'aquellas gentes d'uma amorabilidade ardente e condemnadas a vaguearem sob um céu de fogo ao longo das planicies sem fim em demanda dos ridentes e frescos oasis um oasis, alem da campa, onde aos crentes se deparariam: ¹ «largos e fresquissimos vergeis plantados num solo de prata recamado de perolas e espargindo a sua sombra em colinas de ambar e esmeraldas, fructos brancos e de gosto delicioso pendentes de arvores cujas folhas são tecidas de linda e formosa filagranna, agnas limpidas murmurando em leitos com margens de metal branco»; e, neste oasis ridente, a existencia de cada crente deslisando no conforto consolador de «alcaçares de ouro», amando no seio de tão deliciosos interiores «formosas e ternas donzelas de olhos negros e tez alabastrina—olhos que só em nós se fixarão, donzelas de taes encantos, de tão aromatico alento, de tão doce fogo nos labios que, se Deus permittira apparecer durante a noute a menos formosa d'entre ellas na região das estrellas, o seu esplendor inundaria de luz o mundo inteiro».

Que graciosa e divina illusão! Como os cavalleiros ardentes do Deserto, queimados por um sol de fogo, perdidos na mortal aridez de indefinidas planicies arenosas, sequiosos de amor, que é a mais bella floração da vida, correriam após este oasis ridente de felicidade suprema e de venturas infinitas! Como o seu egoismo de nomadas vibraria intensamente perante tão deliciosa e arrebatadora illusão!

Por isso Mahomet, ajustando tão intimamente a sua acção religiosa ás tendencias que a Fatalidade do Clima impuzera ás raças cuja fé se propunha conquistar, conseguiu fundar uma religião largamente extensa no seu raio de propagação e vivamente intensa pela ardente fé que despertou na alma dos crentes.

Consideremos, agora, muito de passagem, a acção religiosa d'essa grande Individualidade que é Jesus de Nazareth.

Nascido de paes pobres ² na Galileia, isto é, numa região da antiga Judeia que d'algum modo está para aquella em que assenta Jerusalem como aproximadamente as altitudes beiroas do Norte de Portugal estão para esse pedaço da terra transtagana que é já uma parte integrante da arida zona dos desertos do Sul, educado no seio da um pouco revolucionaria atmospheria mental da sua provincia, elle na sua personalidade devia ser pouco mais ou menos isto: um humilde pelo nascimento e pela profissão; uma compleição physica delicada até ao ponto de vergar sob o peso do instrumento do supplicio na via dolorosa do Cal-

¹ Ver LA FUENTE—*H. de Espanha*.

² Ver os *Evangelhos* e, em especial, o de *S. Mathews*.

vario; um espirito forte e tenaz que, apesar da fraqueza da carne, se mantem intemerato ao longo das horriveis dores d'um martyrio incomportavel; uma subjectividade simples, elevada, pura, que se alimenta de intensas visões interiores, não esterilizada pela aridez da sciencia mas vivamente crente no elevado e puro ideal que sentia brotar no intimo da sua alma candida; uma sentimentalidade ao mesmo tempo viva e delicada que vibra constantemente numa atmospheria de pureza, que soffre dolorosamente com os soffrimentos alheios, que impelle a alma a deixar-se hipnotisar absolutamente pela grandesa do ideal que a absorve; uma independencia revolucionaria, mas de revolucionario sublime, que se põe nobremente ao serviço da Justiça e da Verdade.

Que Meio Social se offerecia a tão nobre individualidade para nelle exercer a sua grande acção historica?

Lá, ao longe, por toda a vasta extensão das margens do Mediterraneo, este pungente espectáculo: em baixo, nas infimas camadas da sociedade, a vasta massa das populações escuras do Meio dia, amolecidas pela tepida e dessorante acção do Clima, simples multidão anonyma de escravos e de servos da gleba, montão de cousas de que um senhor dispõe ao sabor do seu capricho, triste rebanho humano de gentes abatidas pelo soffrimento, humildes na sua obscura miseria, timidas e abjectas perante o orgulho e a altivez dos seus duros dominadores, avidas de Igualdade, de Liberdade, de Fraternidade sob o peso das algemas que lhe lançára aos pulsos a tyrannia dos seus espoliadores; no alto, uma reduzida oligarchia de senhores, de proprietarios orgulhosos e avidos que, apenas em numero de cerca de 500, possuiam de pleno direito o solo do mundo então conhecido, representantes esbatidos dos fortes bandos de gentes louras que outr'ora haviam caído sobre a Italia Central e fundado o Estado Romano, orgulhosos da sua ascendencia, intransigentes nos seus privilegios, senhores absolutos da vida e peculio da humilde e soffredora multidão anonyma que se arrastava sob o seu poder.

Qual era a mentalidade dominante que pairava sobre este vasto mundo de gentes oprimidas e soffredoras?

Que idéas, que concepções ácerca do homem, da vida, do destino do mundo, da causa suprema das cousas, das relações entre os homens tendiam a condensar-se, qual nuvem vaporosa, sobre este vasto conjuncto de populações que, alastrando-se pelas regiões europeu-asiatico-africanas adjacentes ao Mediterraneo, desde muito se haviam amolecido sob o dardejar do Sol do Meio dia e, portanto, tornado incapazes de sustentar energica e persistentemente as observações pacientes, as analyses profundas, as deducções seguras e prudentes, tudo isso, em summa, que constitue uma forte vida da mentalidade humana?

Tendo para centro de condensação Alexandria — essa especie de Paris da antiguidade — e para instrumento de communicabilidade cosmopolita a lingua grega, reduziam-se a isto: residuos religiosos em cujo seio — derivados da alma amolecida e, portanto, nebulosa e mystica da Asia — se destacavam meras abstrações transformadas pelo poder da imaginação em entidades tangiveis, vivas, pessoas, animadas; concepções um pouco mais viris do outr'ora forte, mas então já profundamente dessorado espirito occidental; os exaggeros subjectivos d'um Platão; um ou outro echo longinquo do positivismo subjectivo-objectivo de Aristoteles. E tudo isto tendia a surgir, a enovelar-se, a confundir-se numa vasta fusão *pantheista* em almas como, por exemplo, a de um Philon de Alexandria; tudo isto tendia a tomar a fórma de qualquer cousa de vago, de indelineavel, de

indefinido que, especie de nebuloso sonho, vinha a constituir o objecto d'uma *Sciencia do divino*.¹

Nesta, que concepções capitaes se destacavam?

Em relação á Causa Suprema do mundo, estas: um Deus confundido com o Universo numa só substancia e revelando-se sob estes tres aspectos — o Poder, a Bondade, a Sabedoria; a manifestação d'essa vasta e indefinida substancia divina, quer no conjunto do universo, quer em cada um dos seres que o compõe, e isto em grau progressivo desde o mineral até ao homem e, ainda para além, em qualquer entidade superior que, emanando da infinita e vaga substancia divina, se *separa* d'ella, se transforma em *personalidade independente*, se torna *mediadora* entre Deus e os homens, se faz *interprete* das suas verdades, em summa, se arvora no Verbo enviado por Deus á Terra a fim de patentear os seus oráculos.

Em relação ao homem e á sociedade, estas: a vida d'aquem tumulo como devendo ser um aprendizado da morte, portanto como devendo arrastar consigo a supressão das paixões e em tal caso produzir um exaggero de espiritualisação para homem em perfeita opposição com esse affrontoso materialismo romano em que se afundavam os senhores do mundo; a *Egualdade* entre os homens e, portanto, a destruição das classes, das castas e das nações, isto é, a *Fraternidade*, a *Liberdade*.

Liberdade, Egualdade, Fraternidade!...

Eis a utopia sonhadora que se evolava da enfraquecida mentalidade d'aquellas gentes a quem o Sol do Meio dia amollecia ao longo do Mediterraneo e, portanto, fazia resvalar no pendor de todos os soffrimentos resignados, de todos os sacrificios da propria personalidade em favor das alheias, do aniquilamento de nós proprios em favor dos outros, de tudo isto que é, afinal, a exaustão e o enfraquecimento da nossa fibra intima, que é o esmorecimento das raças,

E como os nossos tempos fazem lembrar aquelles tempos, a nossa vida social aquella vida, a nossa Egualdade aquella Egualdade, a nossa Fraternidade aquella Fraternidade, a nossa Liberdade aquella Liberdade!

Tudo dessoramento, fraqueza, aniquilamento!...

Tal era, em geral, lá ao longe o Meio Social a que vinha ajustar-se a acção historica de Jesus de Nazareth.

Agora, muito mais perto do grande e nobre iniciador da Revolução Christã, circumscripção apenas á acanhada terra da Judeia, isto é, no theatro restricto da sua acção directa, abria-se um pequeno mundo que era, sob o nosso ponto de vista, uma especie de microcosmos da vasta sociedade romana. Aqui, ao longo das margens do modesto e humilde Jordão, alastrava-se uma pequena sociedade igualmente composta de humildes que soffriam e de poderosos que opprimiam. Em baixo, agitando-se em torno do templo sagrado, alguns milhares de expoliados, de pobres, de desprotegidos que arrastavam a vida na miseria e no abandono; no alto, sentada no proprio templo, uma oligarchia de sacerdotes, orgulhosa e hypocrita, semelhante «ao sepulchro que, branqueado por fóra, é por dentro cheio de asquerosidades», adorando a Deus nas formalidades d'um culto frio e puramente exterior mas não «em espirito e verdade», espoliando, opprimindo e tyrannisando a multidão dos humildes.

¹ Ver sobre o Neoplatonismo os nossos *Principios de Pedagogia*—T. 4.º pag. 111 e seg.

Em baixo, a submissão, a timidez, a abjecção; no alto, a opressão, a insolencia e a altivez.

Em face d'isto, em que consiste a acção de Jesus de Nazareth?

Circumscrevendo-a *directamente* ao modesto circulo da sua patria pois em geral nada quer com os «Gentios», pondo de parte — ao contrario de tantos revolucionarios da sua terra — o poder romano pois manda «dar a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus», ao descer do poetico recanto da sua Galilea para a triste região onde assentava a capital a sua alma independente, revolucionaria, profundamente subjectiva, altamente espiritualista, poeticamente candida e ardentemente crente no elevado e puro ideal da sua Verdade, vendo-se em face d'aquelle pequeno mundo de opressores e de oprimidos, d'aquella oligarchia pharisaica toda exterioridades brilhantes, d'aquella multidão de humildes que ella opprimia e expoliava, sente tão frisante contraste; e a sua alma independente e toda repleta d'uma nobre idealidade revolta-se em nome dos humildes contra a tyrannia grosseira da opressão sacerdotal.

E então rompe em invectivas contra aquelles «escribas e phariseus hypocritas», contra aquellas «serpentes e raça de viboras», contra aquelles «devoradores dos bens das viúvas» que difficilmente escapariam a ser «condemados ao inferno»; e a sua acção contra a oligarchia oppressora e altiva vae tão longe que chega a prophetisar a ruina do proprio templo, symbolo visivel do poder sacerdotal, base da sua grandesa, essa fabrica primorosa de que no futuro «não ficaria pedra sobre pedra».

As consequencias d'esta nobre e intemerata attitudo conhece-as demais o leitor.

Tendo desafiado contra si os odios implacaveis da oligarchia sacerdotal tão profundamente ferida nos seus vitaes interesses, foi levado mercê da covardia da auctoridade romana e no meio de martyrios incomportaveis até ao supplicio da cruz; d'esse supplicio infamante que, sendo reservado aos escravos, ainda mais concorreu para o nobilitar perante os milhões de escravos que, pisados pela oligarchia romana, se arrastavam pelo mundo inteiro. Mas nesta longa via dolorosa a sua grande alma de justo, constantemente absorvida na sua verdade, nem um momento fraquejou.

Nem um momento?

Não.

No instante supremo de abandonar a vida, elle, soltando um grande brado, exclama: «meu Deus, porque me desamparaste» !!

Que mysterio intimo, vago, infinitamente doloroso se esconde em tão afflicta phrase?

Ella exprime evidentemente o esvaimento supremo das energias corporeas, subindo até ao plano da consciencia sob a fórmula d'um abatimento de crença: não da crença na sua Verdade, que continua a ser firme e inabalavel, mas da crença nos proprios merecimentos. No momento supremo em que se desprende da vida, elle crê, como sempre, no seu Deus; mas assalta-o a duvida angustiosa de não haver cumprido para com elle em integridade absoluta todo o dever. Não duvida do seu Ideal; duvida de si proprio. Mais nada.

Assim, a grande premissa em que se resumia o alto principio da Emancipação Humana fica desde agora firmemente estabelecida num obscuro recanto do mundo romano pela acção da grande Individualidade de Jesus de Nazareth e até selada com o seu sangue vertido no meio das torturas atrozes d'um espantoso martyrio; bastará, pois, que — dado o seu intimo ajustamento com o Meio Social

— um Paulo de Tarso e os seus ardentes collaboradores, deduzindo d'ella as naturaes consequencias, as applicuem em campo mais vasto a todo o mundo romano. Então, as immensas massas das populações escuras que — amolecidas pela acção atrophadora do tepido Clima do Sul — eram esmagadas pela forte potencia dos descendentes dos louros do Norte transformados em poderosa oligarchia de proprietarios do solo, cairão aos pés da Cruz; então os milhões de escravos e de servos da gleba que espalhados pelas vastas regiões mediterraneas gemiam sob a oppressão dos seus orgulhosos senhores, serão emancipados e, transformados mais tarde em Poder pela mão de Constantino, impor-se-hão ás multidões sob a fórma dum sacerdocio omnipotente, isto é, do sacerdocio catholico.

Mas, ainda mais. Para ser rigorosamente intimo o *ajustamento* entre a acção de Jesus de Nazareth e o Meio Social em que actou, elle, tendo ido ao encontro das aspirações das massas no terreno da organização social, irá ainda conformar-se com a Razão dominante na elevada esphera da espiritualidade.

E realmente, como as Idealidades indefinidas, vagas, confusas que, fluctuando indecisas na mentalidade de todo aquelle mundo de espiritos abatido e dessorado, se espessavam na Escola de Alexandria, não desceriam da alta esphera em que pairavam até virem condensar-se e tomar corpo na personalidade de Jesus de Nazareth, tão ideal, tão candida, tão subjectiva, tão divinamente sonhadora!

Como o ideal d'uma **Substancia Divina** que, una na essencia e identificada com a substancia do Universo, se revela em gráu progressivo nos seres que o compõem desde o mais simples mineral até ao homem e, indo ainda além, pode revelar-se num ser superior o qual, sem deixar de ser homem virá a ser o *typo da Humanidade Perfeita*, ou seja qualquer cousa como *um homem e um Deus*, como o ideal d'um mediador entre Deus e os homens encarnado nesse *typo da Humanidade Perfeita* e transformado em *personalidade independente*, como o ideal d'um *interprete* do pensamento divino consubstanciado em tal personalidade, como, em summa, o ideal do **Verbo** de Deus fallando aos homens e patenteando-lhes pela bocca delle os mysterios do Infinito, como todos estes ideaes que, sommados, compunham o grande Ideal Alexandrino, não tenderiam a condensar-se sobre a cabeça de Jesus! De Jesus, que até ao momento supremo creu na Divindade! Que, indo até affirmar só entrarem no Reino dos Ceus os que « fizessem a vontade de seu Pae », se apresentava assim como *filho* de Deus e, portanto, se offerencia ao grande Ideal Alexandrino como a emanação da Divindade, como o *Interprete*, como o *Mediador*, em summa como o **Verbo** sonhado pela mais alta mentalidade d'aquelles tempos!

E a identificação entre esta e Jesus de Nazareth tornou-se tão intima que algumas dezenas de annos mais tarde S. João, o qual na sua juventude vivêra na intimidade do Mestre, começava assim, já na sua velhice, o 4.º Evangelho: « No principio era o **Verbo** e o verbo estava em Deus e o Verbo era Deus. » E, mais longe: « E o Verbo se fez carne e habitou entre nós; e nós vimos a sua gloria como Filho Unigenito do Pae. »

A *identificação*, vê-se bem, entre o Ideal Alexandrino e a nobre Personalidade de Jesus havia avançado e estava feita. Elle era o Verbo concebido pela mais alta e pura Intelligencia Collectiva do Meio Social, era o Intermediario entre Deus e os homens, era o Filho de Deus.

Assim, o *ajustamento* da sua personalidade e acção com o Meio foi absoluta: na esphera da organização social, correspondeu totalmente á aspiração geral de milhões de opprimidos, pondo deante d'elles, d'uma maneira retumbante, a grande

premissa da Emancipação Humana; na da alta mentalidade, pondo-se a si mesmo como a propria concretização pessoal dum Intermediario entre Deus e a Humanidade, ideal tão acariciado pela Razão dos tempos.

Tal foi em toda a sua nitidez, a acção historica de Jesus de Nazareth, acção de que — dado o seu *exactissimo ajustamento* com as exigencias do Meio em cujo seio se exerceu — derivaram esses retumbantes resultados que foram até elevar a Individualidade do seu auctor na esphera da Historia ao ponto de attingir a divinisação.

Num dos seus livros, cujo titulo não posso citar porque na solidão provinciana em que vivo o não tenho á mão, G. Le Bon pergunta em substancia isto: como pôde um pobre carpinteiro de Nazareth operar tão grande revolução no mundo?

Pôde operal-a, porque a sua personalidade e a sua acção religiosa se *ajustaram*, como acabamos de vêr, tão plenamente ás urgentes necessidades do Meio Social que, annullando todas as resistencias, satisfizeram por completo ás anciosas aspirações d'aquelles tempos.

Fallando aos sentimentos avidos de bem estar de tantos milhares de almas afflictas, offerecendo-lhes alem da campa uma mansão de felicidade infinita onde haveria Liberdade e Igualdade e Fraternidade plenas para todos os homens, satisfazendo pela grandeza da sua propria personalidade ao ideal da alta intellectualidade do tempo, elle fez simultaneamente vibrar as cordas dos mais profundos egoismos das massas escravizadas e deu satisfação aos sonhos da mentalidade dos pensadores.

Entre a Individualidade de Jesus de Nazareth com a sua acção e as necessidades do Meio Social estabeleceu-se, pois, uma rigorosa equação. D'ahi, o retumbante triumpho d'essa acção, d'ahi a merecida divinisação do seu auctor.

— Se da acção dos agentes religiosos passarmos á dos artistas, quando exista pleno *ajustamento* entre ella e o Meio Social a resistencia opposta por este será, em geral, diminuta, visto o artista dirigir-se ainda á sentimentalidade humana; mas, tendendo a fazer vibrar apenas os sentimentos *desinteressados*, ella será um pouco mais sensível do que nos casos anteriores, pois, propagando-se na camada mais elevada e pura da emocionalidade, deixa adormecidos os sentimentos egoistas, isto é, os que mais intensamente nos dominam.

E mesmo d'entre as diversas fórmias d'Arte é á Musica que se depara menor resistencia, visto ter por alvo a *expressão vaga do sentimento* e assim, ferindo facilmente as cordas intimas da sensibilidade collectiva, facilmente se pôr em correspondencia com a affectividade das multidões. As outras fórmias d'Arte, como, por exemplo, a Pintura, o Drama, a Esculptura, etc., tendendo a excitar a alma por meio de *imagens* que são alguma cousa de mais definido e preciso, fallam á imaginação das massas, põem d'alguma maneira em jogo faculdades mais complexas do que o Sentimento puro, exigem um pouco de mais cultura, e, portanto, topam com mais alguma resistencia na alma collectiva. Em todo o caso, quando é pleno o ajustamento, a acção do artista, tomadas as cousas em toda a generalidade, é susceptível d'uma grande extensão e intensidade sociaes e, portanto, de elevada efficacia nos resultados; efficacia tanto mais elevada, quanto maior fôr o ajustamento entre o Meio Social e o feitio da personalidade do artista com o da sua obra.

Porque produziram, por exemplo, tão funda impressão na alma hespanhola os seus grandes pintores?

Porque entre ella e elles existia a mais plena conformidade.

Povo meridional, o Hespanhol tinha no fundo d'alma a tendencia fatal para

a objectividade dos sentidos; d'uma nervosidade forte creada no seu intimo pela Luz relativamente limpida e o Ar puro e levemente rarefeito da Zona Secca da Iberia, a sua dura sensibilidade só podia ser abalada por energicas impressões: por isso, o sentimento hespanhol só podia vibrar perante composições picturaes em que avultassem o colorido brilhante, o vivo contraste na disposição das figuras, a energia das attitudes e gestos, o realismo duro, em summa, a *força* na sua mais intensa crueza.

Ora, em tal situação, que composições deveriam offerecer á imaginação e á sensibilidade hespanhola os seus grandes pintores?

Em relação ao objecto a traduzir, as macerações d'um S. Jeronymo, os sanguinarios episodios dos morticinios de Flandres, a viva realidade dos personagens historicos, as luctas sangrentas dos campos de batalha, os ciumes brutaes d'uma raça apaixonada e ardente, em summa todas as cruezas d'um *realismo* fortemente tangivel; em relação á sua expressão, a virilidade do estylo, a potencia do colorido, o contraste dos tons, o contorcido do desenho, a *energia* explosiva e intensa.

Por isso, foram grandes pintores hespanhoes, isto é, artistas que admiravelmente se ajustaram ao Meio cuja sentimentalidade se propozeram despertar, um Herrera com o seu intenso vigor de colorido, vivos contrastes nas figuras, energica profundeza nas impressões; um Ribera, o pintor das carnes palpitantes e despedaçadas, dos fortes relevos, dos horrores que affligem, dos carrascos que trucidam, das victimas que se contorcem na ancia atrás da dôr; um Velasquez, verdadeira synthese do genio nacional pela sua rude franqueza, maneira larga e simples, realismo accentuado, colorido brilhante, patriotismo ardente que em toda a parte só vê homens e nos homens só vê hespanhoes, isto é, figuras creadas sob um certo clima e, portanto, com determinado character, gentes creadas sob a acção do ar secco e da luz pura da Zona Secca da Iberia.

Assim, todas estas grandes Individualidades exerceram no seu Meio Social uma acção historica intensa, extensa e, portanto, altamente efficaz.

— Se a acção dos artistas encontra ainda larga penetração no seio do Meio Social, e dos **Pensadores**, desenvolvendo-se na esphera abstracta da Razão e, portanto, acima da camada concreta em que vibra a sentimentalidade dos homens, é em regra — seja qual fôr o seu valor intrinseco — muito reduzida em retumbancia social e tanto mais reduzida quanto mais formos descendo dos povos d'uma forte intellectualidade para os d'uma intellectualidade dessorada e mole.

E porque?

Porque, limitando-se a apresentar á intelligencia collectiva a verdade pura, desenvolve-se apenas a dentro de um limitado circulo de iniciados e jámais fere a bronca intellectualidade das multidões.

E, note-se ainda, isto dá-se evidentemente quando a acção do pensador se desenvolve num ambiente de forte mentalidade, como, por exemplo, o da intellectual e reflectida Allemanha ou o de qualquer dos vivazes povos louros da Zona do Mar do Norte, essa zona a que A. de Candole chama a região dos genios creadores da Sciencia, essa zona onde a Fatalidade do Meio fez da intelligencia collectiva um todo composto de potente abstracção, de analyse profunda, de tenacidade no pensamento: mas ahi mesmo ella, pairando na camada mais alta da sociedade, é d'uma limitadissima retumbancia.

Qual será a sua efficacia se, pelo contrario, se desenvolver no seio dos povos que habitam as regiões meridionaes?

A não se exteriorisar por algum meio até se propagar nas regiões d'uma

mentalidade superior, ella será o desconhecido; para o seu auctor será a absoluta negação da Historia. E' que as gentes amolecidas do Meio dia são um verdadeiro composto de concretismo tangivel, de negação para as profundas analyses, de ausencia de todo o methodo, de superficialidade futil e vã. Para ellas, todas estas qualidades, entertecendo-se, formam qualquer cousa como uma carapaça que, envolvendo as intelligencias, difficilmente deixa lá penetrar as altas verdades abstractas.

Se genios, como, por exemplo, o do immortal Kepler, florescendo na zona dos grandes creadores da Sciencia, exerceu sobre os homens do seu tempo uma acção social tão limitada, qual seria a extensão d'ella se o Acaso houvera atirado a sua poderosa individualidade para estas tristes zonas do Sul onde a intelligencia humana, indifferente ás abstractas lucubrações da Razão, raro se eleva, abatida e anemica, acima do mundo concreto da imaginação?...

Mas note-se ainda o seguinte: que a verdade descoberta por um pensador seja *industrializada* e, portanto, descendo até as fundas camadas onde se agitam os interesses humanos, vá despertar a sentimentalidade egoista dos homens e desde logo o genio que a descobriu, deixando de ser um Kepler, isto é, um genio votado ao abandono e á miseria, tornar-se-ha um Edison, isto é, um inventor applaudido e milionario que pela sua acção abalará profundamente o Meio Social desde a região onde trabalham silenciosamente os homens da alta sciencia abstracta até áquella em que a vasta multidão dos homens de negocios se agita no vertiginoso tumultuar da vida pratica.

Tal é, considerada em globo, a acção das varias Individualidades Historiccas quando se *ajustam* mais ou menos ao Meio Social em que actuan.

— Passemos, agora, a analysar a hypothese do não ajustamento.

Neste caso, como resalta immediatamente á vista, é elevada a resistencia opposta á acção social por parte do Meio e, portanto, esta em geral de muito menor efficacia.

Se, por ventura, se trata da acção dos **Pensadores**, ella, já o vimos, bem diminuta na hypothese do ajustamento quando se trata de povos d'uma alta intellectualidade, é quasi nulla nos de mentalidade amolecida, isto é, naquelles em quem o esforço do espirito apenas tem energia para os elevar á esphera tangivel da imaginação, e isto porque entre elles, que são a *intelligencia concreta*, e o pensador, que é a *razão abstracta*, não ha a minima conformidade.

Em geral, pois, o pensador, o erudito exerce no mundo uma acção social de restricta retumbancia e isto, quer ella se propague num Meio Social de forte intellectualidade, quer num de mentalidade amolecida.

— Na esphera da Arte, os **Artistas**, quando não se ajustam plenamente ao seu Meio, jámais farão vibrar a sentimentalidade collectiva. Na Allemanha, por exemplo, Meio Social a que a Fatalidade impôz uma sensibilidade dura e uma razão que pesa a substancia das cousas, poderia, por ventura, aclimatar-se a poesia do nosso João de Deus, tão harmoniosa, tão suave, de uma amorabilidade tão doce, mas futil e vã no seu objecto qual bolha de sabão?

Não, decerto.

E comtudo ella faz as delicias da sensibilidade amolecida do nosso povo, da futil ligeireza da nossa alma, a qual, voando sempre á superficie das cousas, apenas é ferida, ficando indifferente ao fundo, pelas exterioridades da fórma.

— Em relação aos **Agentes religiosos**, quando não ajustem á Fatalidade do Meio a sua acção, esta será nulla ou apenas penetrará muito difficilmente na mentalidade das multidões.

E' vêr, por exemplo, como são em geral protestantes os povos da Zona do Mar do Norte; catholicos, os povos do Sul da Europa; mahometanas, as tribos dos desertos arenosos do Meio dia.

Seria livre para estas gentes adoptar uma ou outra fôrma religiosa?

Não.

Se o Protestantismo não conseguiu penetrar na alma do Sul Europeu, é porque não se ajustava a ella. As populações escuras do Meio dia, sendo por Fatalidade de temperamento todas objectivismo tangível, amam o esplendor do grande cerimonial religioso, as côres brilhantes das vestes sacerdotaes, o aroma do insenso, os sons magestosos e prolongados do órgão perdendo-se sob as fundas arcadas das grandes cathedraes; as louras do Norte, todas subjectividade idealista, tendem a adorar a Deus «em espirito e Verdade», despem de brilhantes exterioridades o culto a elle prestado, revestem d'uma severidade grave e fria a prece que se eleva até ao Ceu.

Porisso o Catholicismo — todo concreto, todo tangível, todo esplendoroso — era incompatível com a fatal estrutura dos povos do Norte e assim a acção social de Lutero, iniciando a revolução protestante, foi verdadeiramente espontanea e fatal; por seu turno o Protestantismo — todo idealista — estava em plena contradicção com a alma das populações do Sul e por isso a acção d'um Philippe 2.º, tendo-lhe rosto na Iberia, foi perfeitamente logica e natural.

Em qualquer dos casos, dava-se o não ajustamento; e d'ahi, a improficuidade dos resultados.

— Passemos, por ultimo, a considerar a acção dos Politicos no caso que nos occupa.

Se, porventura, se exerce sobre um Meio Social de forte estrutura como, por exemplo, o constituido pelas gentes allemãs, quando rigorosa e intimamente se lhe não ajusta morre ao nascer.

Se, por exemplo, um Guilherme 2.º se lembrasse de sustar pelo seu simples Livre Arbitrio as fataes tendencias bellicas invasoras do seu povo tão profundamente militarista por temperamento e tradição, que lhe succederia?

A sua vontade seria fatalmente esmagada.

Quem suppõe que, por exemplo, o actual conflicto europeu entre os louros continentaes da Zona do Mar do Norte ou Allemães e a vasta massa das populações escuras do Sul ou do Extremo Norte se desencadeou por assim o querer o imperador allemão, sonha acordado. Elle inunda hoje de sangue o mundo inteiro em virtude da mesma fatalidade historica que, no começo da Edade Media, lançou os bandos germanicos sobre as populações do Meio dia.

Em verdade, mesmo no seio das nações fortes, o Livre Arbitrio dos politicos pôde, uma vez ou outra, sustar pela sua acção a fatalidade das tendencias irresistiveis dos povos, mas isso só momentaneamente, pois desde logo a Fatalidade retomará os seus imprescriptiveis direitos. Se são verdadeiras as informações de K. Greves no seu livro sobre a *Espionagem Allemã*, isso fez o proprio Guilherme 2.º quando, por occasião do incidente de Agadir, evitou por um simples acto da sua vontade livre o desencadear da guerra naquelle momento; mas isto foi um acto excepcional: a Fatalidade do temperamento, dos interesses e das tradições allemãs retomou o seu curso irresistivel e o actual conflicto guerreiro veio a estalar entre esta Europa que, no dizer do philosopho allemão Nietzsche, se encontra «profundamente doente» e o povo allemão que, esmagando essa Europa «doente», daria ao mundo o futuro «super-homem» colectivo, isto é, o dominador, o senhor.

Mas, a acção d'uma Individualidade Politica póde exercer-se num povo amolecido e, portanto, maleavel como o é, por exemplo, o nosso; e então — mesmo no caso do *não ajustamento* — ella póde ser eficaz e mesmo *beneficamente* eficaz. E' que, em tal caso, embora exista uma contradicção entre o feitio da acção e a estrutura do Meio Social onde se exerce, porque a moleza d'este é incapaz de oppôr resistencia séria á acção, esta quando fôr sufficientemente energica triunfará.

Para esclarecer este ponto, podemos voltar novamente á historia do nosso Constitucionalismo.

Que nos diz ella?

Que na longa lucta entre o principio da Ordem e o principio da Desordem os raros politicos que representaram o primeiro puderam, a intervallos, dominar o segundo e assim subjeitar o paiz com certa facilidade a uma temporaria disciplina social. Tal foi o papel d'um Marquez de Pombal ainda no periodo preconstitucional e, já a dentro do constitucionalismo, o do rijo e forte beirão que se chamou A. Bernardo da Costa Cabral e, bem perto de nós, o de Fontes Pereira de Mello.

Estes homens, ajustando mal a sua acção disciplinadora a este Meio Social Portuguez tão profunda e fatalmente anarchico, contrariaram-lhe as tendencias — irresistiveis, mas maleaveis — para a indisciplina, e assim conseguiram realizar obra *benefica* para a Nação.

Em verdade, á semelhança das moleculas liquidas d'um lago tranquilo que afastadas da sua posição de equilibrio pela pressão da tempestade que passa voltam á situação anterior quando cessa a tormenta, as nossas gentes lusitanas, havendo cessado a pressão da forte vontade politica que venha a contrahil-as, tenderão a seguir no fatal pendor das suas indisciplinadas tendencias e a manter-se permanentemente nessa «brandura anarchica de costumes» que é a sua natural situação. Mas, em todo o caso, a acção do Disciplinador sempre deixará após de si alguns resultados de valor e maior numero d'elles deixaria se fôra sustentada por largo tempo com firme continuidade.

E, se não, compare-se — apesar de todos os seus defeitos — a obra disciplinadora d'um Pombal ou d'um Fontes á d'esses indisciplinadores que foram, por exemplo, os Patuleias com os seus pronunciamentos, com a linguagem desbargada dos seus jornaes, com a violencia dos seus discursos, com as suas utopias — tantas vezes interesseiras — mas sempre demolidoras.

Que effeitos derivaram d'uma e d'outra para a Sociedade Portugueza?

Da dos primeiros a Ordem e o Progresso do Paiz; da dos segundos, a Desordem e a Paralyção.

Que premio coube a uns e a outros?

Dadas as fataes tendencias anarchicas da alma portuguesa, aos primeiros, se não o esquecimento absoluto da Posteridade, pelo menos uma quasi má vontade na sua lenta e tardia glorificação; aos segundos, o applauso das ruas, a rapida e prompta apotheose dos bustos e das estatuas na praça publica.

A uns que, pela forte acção da sua vontade disciplinadora, contrariaram em beneficio da Nação as tendencias desorganisadoras da raça, ficou a consciencia do dever cumprido; aos outros que, pelas suas utopias sonhadoras, as favoreceram, coube o prazer da vaidade que se pavoneia.

Mas, na balança onde se pesa o merito real dos homens, o que terá maior valor?

O dever strictamente cumprido ou a falsa vaidade satisfeita?

Eu bem sei que, nesta lucta entre a Ordem e a Anarchia, os disciplinadores e indisciplinadores não eram uns puros. Pombal, por exemplo, foi accusado

de cruel no supplicio dos Tavoras e Fontes de ser demasiadamente complacente para com as demasias da Corte; mas elles tinham em conjuncto com as suas faltas o merito de disciplinar as multidões e os seus contrarios tinham todos os seus defeitos e, ainda em cima, o mais grave de todos — o de fomentarem a anarchia.

Chegados a este ponto, em face de tão triste situação e antes de terminar, permitta-se-nos esta pergunta: para que seja entre nós permanente a acção disciplinadora, para que traga ao paiz o elemento que maior falta faz á sua textura, isto é, a *Disciplina* e a *Ordem*, que fazer?

Tratando-se d'um povo que — por ser fatalmente *defforado*, *maleavel*, *gregario* — *permitta e exige* uma *disciplina vinda do Alto*, só ha um caminho a seguir; é este: aproveitando a permissão de poder dirigir os povos *molles* num sentido contrario ás suas naturaes tendencias ethnicas, permissão concedida pela Fatalidade — embora em limitado circulo — ao Livre Arbitrio das *fortes* Individualidades Politicas, impôr ao povo portuguez uma acção politica que tome na essencia a fórma d'uma *Tutela docemente firme, honesta e illustrada*.

Qual a fórma pratica de realisar esta concepção governativa, a qual, devendo ser na essencia a *Ordem* como fomentadora do Progresso, ha de ter rosto á anarchia aventureira, ignorante e deshonesto, quer na esphera dos detentores do Poder, quer na dos que se lhe submettem?

Que o digam os Constitucionalistas.

A' Historia cumpre apenas patentear a sua urgente necessidade.

E tal deverá ser, segundo penso, o principal objectivo do *Espirito Historico* em Portugal.

Se, por exemplo, em face do povo prussiano, que é o mais genuino representante das fortes raças louras lançadas em differentes epochas pelo Norte sobre o Sul, que dominando assim as raças escuras é a mais pura encarnação da forte disciplina regeneradora que a estas falta, aos seus historiadores cumpria patentear-lhe a grande missão de se lançar, como no actual conflicto, mais uma vez sobre a Europa «doente», a fim de a regenerar, ao *Espirito Historico* cumprirá, em Portugal, acima de tudo esta missão: pôr deante dos olhos da mentalidade lusitana a lucta constantemente travada ao longo da nossa vida social entre a *Disciplina* e a *Indisciplina*, entre a *Realidade Pratica* e a *Utopia*, entre a *Ponderação* e a *Insensatez*, lucta que constitue por assim dizer o eixo em que se libra toda a nossa existencia historica.

D'um lado, a *Desordem*, a *Aventura*, o *Sonho* com o inconstante Fernando 1.º, o infantil Affonso v, o louco D. Sebastião, os *Patuleias* do Constitucionalismo, os utopistas e desorganizadores de todos os tempos; do outro, a *Ordem*, a *Previdencia*, a *Realidade* com o habilissimo D. João 1.º, o ponderado D. Pedro de Alfarrobeira e, mais perto de nós, o forte Pombal, um Costa Cabral, um Fontes, os raros homens, em summa, de ponderação e ordem que tem havido em Portugal.

Seguindo nesta esteira, elle realizará uma tarefa salvadora e, portanto, a sua mais nobre missão.

E que grandiosa missão!

Haverá alguma cousa mais bella para os cultores da nossa historia do que esta grande tarefa — tomar pela mão o Passado Nacional e leval-o até pôr bem nitidamente deante dos olhos das gerações que se vão succedendo na Terra Portuguesa, a base solida e indestructivel em que terá de assentar a futura grandeza da Patria?

J. AUGUSTO COELHO.

Estudos de Litteratura Contemporanea

V — O SR. ANTHERO DE FIGUEIREDO

O sr. Anthero de Figueiredo, que é hoje um dos mais nobres prosadores da moderna litteratura portuguesa, conta já uma bagagem litteraria sufficientemente quantiosa para evidenciar a evolução progressiva do seu espirito, sempre preocupado da seriedade da sua arte. Cada vez mais conscientemente senhor das suas naturaes inclinações, o sr. Anthero de Figueiredo, desde o seu primeiro livro até ao ultimo publicado, vae caminhando do extremo subjectivismo e do pessimismo juvenil para a serena objectividade, para uma mais exacta visão das coisas e das pessoas. A sua evolução litteraria está ainda longe de se haver cumprido: o romancista é novo e em plena maturidade do seu talento muito terá ainda para offerecer ao vasto publico de Portugal e Brasil que o ama; tambem a inclinação que ao seu talento litterario nós attribuímos como predominante, ainda se não tem desenvolvido em plena expansão, pois de certo guarda em si rincões occultos e facetas ainda inéditas, que em breve perante nós irá desdobrando.

Taes são os dois pensamentos dominantes deste pequeno artigo: extrahir e evidenciar da sua obra os marcos capitaes que assignalam a evolução dum espirito, altamente preocupado da nobreza da sua arte; e expôr, com o subsidio unico da obra, qual a fórmula dessa arte para que o romancista mais naturalmente propende.

* * *

Quando o sr. Anthero de Figueiredo publicou o seu primeiro livro, um conjuncto de circumstancias actuava sobre elle de modo imperioso e deu o seu cunho ás *Tristia*, sua estreia de 1893. No ar, já por suggestão da França, onde um movimento de rebeldia contra o realismo se accentuava, já por directa derivação do anterior gosto litterario, realista e positivista, no ar andava, suspensa

Nota da redacção: Por apparecer com grande atrazo o presente n.º 18 da *Revista de Historia*, sahe este artigo posteriormente ao voluminho que o reproduz. Manteve-se todavia a sua inserção neste n.º, não só por ser parte duma serie, *Estudos de Litteratura Contemporanea*, especialmente destinada por seu auctor á *Revista de Historia*, mas tambem porque só agora sahe o seu texto completo, pois na edição em volume não foi incluída a conclusão.

V. *Litteratura contemporanea: Anthero de Figueiredo*, Lisboa, 64 pags., ed. Aillaud.

e vaga, uma corrente anciosa de novidade, que já produzira eloquentes afirmações de neo-pessimismo subjectivo, como foram os livros de Eugenio de Castro, Luiz de Magalhães, Silva Gaio, Julio Brandão, Antonio Nobre, etc. No estrangeiro, o futuro auctor da *Leonor Telles* já por leituras, já pela convivencia e observação, soffreu o influxo da tristeza social coeva, consequencia de longas campanhas criticas, que haviam emurhecido a arvore do ideal, sem nada erguerem em seu lugar; esse influxo casava-se á maravilha com o seu temperamento melancolico, propenso á meditação lyrica.

As *Tristia*, de 1893, o *Além*, de 1895, e as *Palavras de Agnelo*, de 1899, são obras duma alma doente, que denunciam a atmospheria de sentimentos e idéas litterarias, em que se formou a constituição litteraria do seu auctor.

Ha, porém, differenças essenciaes entre esses tres livros. As *Tristia* são lamentações duma alma dorida, ora em desespero, ora em melancolica resignação, predomina nellas o estado de passividade, pois o estado de desespero para nós tambem o é. O *Além*, ostenta outros sentimentos mais complexos: além do precoce pessimismo, em parte devido á doença, em parte contrahido pela via litteraria, além do infrene idealismo que dá azas largas á imaginação, exprime saudades da vida bella e saudavel dos campos, e, como diz o seu titulo, cuidados e anciedades, presentimentos vagos, prejuizos, receios, farrapos de visões, descontentamentos inconciliaveis, illusões, fragmentos do mundo incongruente que a imaginação cria a dentro do espirito do mystico espiritualista, queremos dizer daquelles que, todos alheados da realidade, que em torno delles decorre, só na imaginosa meditação pessimista se comprazem. Em vez do pensamento unico de Deus, que norteava a meditação dos mysticos religiosos, estes mysticos espiritualistas litterarios, todos se deixam nortear pelo sentimento dominante do pessimismo, e delle vão colorindo todas as construcções que a associação das idéas ante si vae desenrolando. O pessimismo extremo, sobretudo sob a forma de disposição litteraria, é, quanto a nós, a forma extrema do subjectivismo; pois quem é radical, absoluta e inconciliavelmente pessimista é-o porque o cotejo entre a realidade do mundo e os seus sentimentos, ambições e projectos não o conduziu á certeza duma paridade completa, como o seu egoismo pretendia. Ha outras formas de pessimismo: o pessimismo dos sabios, dos velhos intelligentes, e dos que muito teem soffrido; esse pessimismo, feito de saber e de desillusão, conduz á bondade e a uma apreciação mais justa das acções humanas, e do seu mobil real. Mas o pessimismo litterario dos novos, que ainda não teem cabedal consideravel de saber e de desillusão, esse é apenas uma transitoria forma do egoismo da mocidade. A força combativa, a impulsiva anciedade, a sêde de gozo, que são proprios da mocidade, sob esse veu de tristeza, seguem outro trilho, outra forma de expressão, mas sem perderem a predominante característica: o amor do eu. Isto nos suggerem os livros da primeira phase litteraria do sr. Anthero de Figueiredo. Tanto as *Tristia* como o *Além* não teem um plano; são notas de diario, em que uma alma exclusivamente occupada de si se commenta, em que o coração escuta as proprias palpitações. Nas *Palavras de Agnelo* já ha um plano; o estado de espirito é o mesmo, mas ha concepções proprias, aventuram-se elogios calorosos da bondade e da ignorancia, confessa-se a desillusão do amor sexual, desejado no *Além*, ha interesse pela multidão que passa, commentarios, embora naturalmente pessimistas.

Este livro é um passo para a objectividade. Ignoramos se a este tempo já teriam deixado de ter razão as fundas amarguras do primeiro livro, mas quanto se pôde concluir da obra dum escriptor para a vida do mesmo, a alma que meditou as *Palavras de Agnelo* tem já outra confiança em si, apresenta-se mais liberta

de cuidados afflictivos. A innegavel influencia do Antonio Nobre, a que maior parece ter sido, se não fôr illusão produzida pela paridade dos dois espiritos; a de Guerra Junqueiro pelos seus *Simples*, visivel no *Além*, publicado com três annos de intervallo; e a de Anthero de Quental transparente no capitulo XVI do mesmo *Além*, um dos mais bellos do livro, vão-se apagando, para deixarem formar-se em franca liberdade uma nova individualidade litteraria.

Nestes três livros já se observa a pureza de dicção, a clareza e simplicidade de estylo e o amor da exacta e perfeita expressão, que hão de vir a fazer de seu auctor o prosador, que hoje tanto admiramos. No seu primeiro livro, é já um prosador português, que, para exprimir os seus mysteriosos anseios, se não permite a licenciosa liberdade de adulterar a linguagem, riqueza que a todos nós pertence, e que, por isso, a todos cumpre respeitar, que não ousa, levado pelo impulso infrene do seu egoismo espiritual, criar um estylo seu, incorrecto e incoherente, tortuoso e confuso. Esta valiosa qualidade faz que estes escriptos menores do psychologo dos *Comicos* não percam inteiramente para o leitor criterioso o interesse e o valor, porque, se passou a phase espiritual, que elles expressam, continuou-se delles directamente o dom de prosador, que viremos a evidenciar nos ultimos livros. Tambem alguns motivos, que mais tarde hão-de inspirar formosas paginas, já alli se encontram com menores relevos e ás vezes engastados em pensamentos e sentimentos, que o auctor virá a contradizer. Assim nas *Tristia*:

«*Recordar.*

«Viver da vida que já passou, é sempre amargo, para mim.

«Mas se os nossos olhos pousam nas alegrias da familia, nos dias claros em que o riso enchia a casa, recordar é então desalentador: — Salão forrado de porcelanas, onde um nevoeiro alastrou sua cinza.

«E vemo-nos sós na fita da estrada, quando eramos um bando no começo da viagem.

«Mal dos que se commovem, porque a adversidade lança-lhes armadilhas, adormece-se beijando a familia, accorda-se na orphandade». (Pag. 7) Assim, nas *Palavras de Agnelo*, quando confessa a sua religiosidade: «Templos de pedra são lugares aonde a gente vae dobrar os joelhos, pôr as mãos e dizer a Deus palavras sabidas que andam nas cartilhas. E, como se Deus estivesse mais ahi do que na planura dos mares, nos campos ou sobre as montanhas, tudo é pôr lindos e riquezas nessa casa, que (visto ser feita por mãos mortaes) um dia, com o rodar do tempo que nada poupa, será estragada e derruida; — templos materiaes, para os que só vêem a religião quando ella lhes entra pelos olhos. Estes são os voluptuosos que, enchendo-se do prestigio do fausto, satisfazendo-se com a exterioridade do culto, quasi sempre ficam nus por dentro, embora seja aurifulgente a roupagem que os paramenta. Tudo isto são fórmãs, e as fórmãs murcham e... passam. O sentimento religioso é uma aspiração ampla que abrange o Infinito. Infinita deve sempre ficar, porque pô-la em fórmãs, concretiza-la, seria reduzi-la do que ella é. Quem ha-de querer metter a magia duma noite silenciosa e estrellada no quarto onde dorme? Quem ha-de querer pôr num oratorio, para as rezas da noite, o mystico clarão da estrella dos Magos!

«Ha um templo melhor a construir, e esse é adentro da nossa propria alma. E' ir ás paredes grosseiras da consciencia barbara com que vimos ao mundo e desbastar, desbastar vencendo a sua teimosia instinctiva, até ficarem numa leve architectura de limpido crystal, donde o sol da virtude se reflecta e os maus vendavaes se quebrem. Construir este templo é formar dia a dia, hora a hora, mo-

mento a momento, a consciencia perfeita, praticando o Amor em volta dum só tar — o Bem, como as almas nobres o concebem, ou melhor, o sentem.

«Vista assim, com olhos penetrantes, a verdade do destino humano, tudo o mais é conduzir a vida neste proposito, de modo a merecer que nos risquem na lampa aquelle epitaphio maximo: «Passou fazendo o Bem». (Pag. 28-31).

Com esta primeira phase, que rapidamente havemos caracterizado, dá-se uma particularidade estranha: ella foi cortada por uma affirmação já de calma observação, em que o auctor mais se comprouve em ver e fazer ver que em meditar e transmittir seu desalento, isto é, entre livros, como o *Além* de 1895, e as *Palavras de Agnelo* de 1899, intercala-se outro, *Partindo da Terra*, que os contradiz. Ou não é exacta a chronologia das suas obras, que temos á vista, ou factos que desconhecemos determinaram esea irregularidade de evolução, essa recalhada do desalento. Effectivamente, *Partindo da Terra* é um livro de contos, isto é, de narrativas e descripções, em que logo vemos nova disposição moral, e em que o proprio auctor na peça inicial do livro *Começando...* se confessa, quando falando da paisagem minhota e da despreocupação moral que ella instilla nos que a habitam e a admiram, nos declara muito peremptoriamente: «Eh! rapazes, eu sou como vocês, e tambem me quero aqui, depois de me decidir a mandar calar de uma vez para sempre esta senhora minha alma sentimental, que é a peor das companheiras quando lhe dá para me confidenciar suas visões maguadas.

«Eu, ingenuo, ouço-a, e ingenuamente deixo-me levar pelo que ella me diz. Sabe-me do fraco e por isso tem feito de mim tudo o que tem querido. Agora, porém, que estou prevenido, isto vae acabar, tanto mais que já me disseram que ella ia feita com Schopenhauer, Hartmann e outros a quem tem dado ouvidos submissos...» (Pag. 16 e 17). E, com effeito, nos sete contos que compõem esse livro não ha as sombras da morbida tristeza, que enluctavam a alma do escriptor: nelles ha sol e verdura, natureza alegre ou melancholica, movimento e acção; já não é o que na sua alma se passa que constitue materia principal. Ha, sim, melancholia, mas a melancholia do sentimento, que busca sentir para além das transitorias apparencias formaes; esse livro já tem sentimento proprio dos seus motivos, não o simples pessimismo doentio do espirito do auctor.

Sem localização real, sem chronologia, sem qualquer concreta individualização, todos os contos obedecem a um proposito de fazer symbolismo, de representar no caso contado a generalidade duma hypothese e a sua interpretação; perdem por isso em pormenorização descriptiva, mas ganham em latitude de significado. Esse proposito de symbolismo cumpriu-se muito desigualmente. O conto *O comboio*, apresenta-nos o progresso a destruir a vida primitiva e simples; nesse conto, o auctor soccorreu-se do animismo, processo que, mesmo parcimoniosamente usado, é de grandes recursos. Sempre que se defende uma these, por meio duma narrativa symbolica, o narrador é levado pelo alargamento crescente dos effeitos, affeiçoando tudo e todos ao effeito que tem em vista, abusando um pouco da liberdade de que dispõe, visto inventar uma hypothese ideal, que deve participar de todos os casos da generalidade, a recorrer ao animismo, estendendo á natureza e ás coisas inanimadas a sympathia pelo facto que narra, produzindo desse modo uma convergencia de effeitos, unanime e perfeita: «Todos se interneceram então: — até as hervas e as flores; e não tardou que o mato novo, os malmequeres brancos, a carrasca lilaz e a silva que dá a amora, viessem, ondoidamente, cobrir a terra ferida de verdura sadia.

«Havia amargas queixas entre os vencidos: pelas cumiadas, os pinheiros bravos eram grosseiros de linguagem para com as acacias delicadas que já se

iam plantando no lugar onde havia de ser a estação; as enxurradas andavam furiosas; e até com os moinhos entrou a tristeza — elles que eram a alegria em pessoa, cantando á desgarrada de um outeiro para outro. Foi hora em ponto por mais que o vento soprasse, seus braços só se moviam mollemente, com gestos abandonados de quem traz em si um grande pezar que nada distrahe.

«Conservaram-se indifferentes, apegados ao seu egoismo, os velhos muros agrestes que subiam as montanhas, de ha muito carregados de desalentos para a vida, desde que lhes cahiu o ultimo resto do barro onde vicejavam, entre pedras negras, as poucas hervas que eram a sua alegria. Tambem nada disseram os braços novos das videiras — umas creanças — que continuaram sua vida simples, debruçando-se dos muros caiados, e sorrindo infantilmente aos que passavam.» (Pag. 26). Parece contradizer um pouco a intenção deste conto o outro intitulado *Rua Nova*. Segundo a narrativa, a idéa dum melhoramento local, e idéa do progresso, dividiu todos os do lugar, semeando a discordia entre amigos e a quisilia nas familias mais pacificas e unidas; mas depois a realização, a experiencia do progresso, em que todos collaboraram e de que todos vieram a aproveitar, a todos congraçou e reuniu. Nos *Sonhos do João*, um apaixonado fatal perseguido por visões penosas; no *Sob o alpendre*, o amor de dois cégos mendigos e na *Volta do Emigrante*, um desilludido e abandonado, não têm já tão grande relevo como nos dois ultimos contos, *Um Fadario* e a *Figura de Pedra*. *Um Fadario* narra «o caso daquelle poeta que viveu enamorado do além tranquillo que nas paizagens da terra e nas da vida, parece existir aos olhos irrequietos de quem busca um lugarejo aonde a sua alma pouse aquietada»... (Pag. 173).

Esse proposito de symbolismo é, porém, não só mais evidente, mas mais bellamente engastado na ultima peça, *A Figura de Pedra*, a melhor do livro. A idéa do conto é tão formosa, a sua intenção ao mesmo tempo tão bella e tão verdadeira, que nós cremos que o auctor teria para elle recebido a suggestão dalguma lenda; o conto tem, como diria um impressionista, um sabôr folclorico.

Na peça *Estrada Nova*, de 1900, no mesmo anno representada no Porto entrelaçam-se duas acções: a inauguração duma estrada nova e um episodio de amores. Apenas assistimos aos festivos preparativos dessa inauguração da estrada obra que, como na *Rua Nova* do livro *Partindo da Terra*, era devida ao esforço de alguém de elevado prestigio local, o morgado na *Rua Nova*, o abbade na *Estrada Nova*, obra que, como neste conto, tambem apaziguára muitas inimidades locais, só não conseguindo estabelecer accordo quanto ao nome a dar á nova estrada. Os preparativos interrompem-se e nós vemos a multidão, que se dispunha para festejar com o abbade a inauguração da estrada, partir com elle á frente e tomar um desforço da desfeita do partido contrario, que fizera em estilhaços o letreiro que registava o nome que o suffragio popular logo déra á estrada: *estrada nova*. Esse desforço é um dever; em torno d'elle se unem todos. Tambem é o dever que bruscammente separa duas almas enamoradas, Antonio de Sousa e Maria, porque um e outro, di-lo uma terceira personagem, Manuel Monteiro, estão condemnados á tísica. Uma festa que se preparava e que subitamente se transforma num desforço de ultrage, e um amor nascente, logo prejudicado pela consideração sensata do futuro, por um sentimento mais vasto e desinteressado, o dos filhos, o da propria humanidade, quando assim tratados só episodicamente, são muito pequena materia para três actos. Nunca ouvimos a peça representada; queremos crer, porém, da simples leitura, que ella terá, como obra de theatro, dois graves defeitos: a prolixidade e a falta de movimento que anime e mantenha a attenção. Tem movimentação, é certo, mas artificial, porque em pequena parte se

refere á sua dupla acção, quasi toda deriva do quadro de fundo, que a emmoldura. Depois, não ha uma exacta correspondencia entre o dever da multidão, que vae vingando uma affronta, e o dum namorado que se afasta da mulher que ama, pelo receio de ter filhos a quem não possa sequer legar uma herança de saúde. O primeiro dever — se dever se póde chamar — cumpre-se de gosto, com prazer semelhante ao da vingança, de cabeça orgulhosa, sem nada aproveitar á parte contraria, muito pouco aproveitando á que o pratica; o segundo dever cumpre-se cabiscaixado, com o lucto na alma, só consolado nas desgraças futuras, que ambas as artes evitam. Esta peça, que, como se vê, é tambem dominada por um proposito e symbolologia, como *Partindo da Terra*, parece revelar que não é para o theatro mais decidido pendor do auctor; seria tambem uma muito brusca passagem, a que se faria indo do mais nevoento e lugubre pessimismo, do mais extremo subjectivismo ao theatro, genero que requer dons muito diversos do que possui um romancista. Para nós esta peça, *Estrada Nova*, é, como o já alludido livro de conselhos, uma balisa que marca a vereda, que este espirito seguiu na sua transição, ao desembaraçar-se dos obstaculos, espirituaes e litterarios, que lhe tolhiam uma visão ampla, generosa, animada de sympathia, espiritualizada pelo sentimento sensato, justo e moderado, fundamentada na observação real. Foi pois pela via do symbolismo que o escriptor passou da sua phase inicial de extremo pessimismo ultra-sensível á maturidade do seu talento.

*
* *

Com as *Recordações e Viagens*, de 1905, inicia o escriptor a sua segunda phase. Foi esse livro tambem que lhe deu notoriedade, que lhe abriu as portas triumphaes do exito litterario, que por certo as obras anteriores não forçariam nunca. Qual o processo adoptado nesse livro de reminiscencias, di-lo o auctor na peça de abertura, *Gosto de recordar*, paginas bellas entre as suas mais bellas paginas; nem plano, nem notas, deixar que a saudade evoque as recordações, ao labor da contiguidade e associação das imagens e que a penna as vá registando. Simplicidade na evocação das suas recordações e transparente clareza ao descrever-no-las são os dons principaes do seu livro de viagens. Evocando e descrevendo as suas reminiscencias, o sr. Anthero de Figueiredo compraz-se principalmente em reconstituir estados sentimentaes da consciencia, onde triumpham o devaneio e a saudade colorista. Meigos sentimentos de saudade, a dôr grata e amarga de não ter o que se amou, reviver o que passou, mas através do seleccionador vivo da saudade que avoluma o mal presente, para esquecer o mal passado, devaneios que em farrapos de visão fazem desfilar perante os olhos do espirito quadros deliciosamente coloridos e animados, sob o melancolico veio de saudade, processos são todos muito artisticos e muito lyricos e que se encontram no livro *Recordações e Viagens*, do sr. Anthero de Figueiredo.

Logo o primeiro trecho, depois da peça de abertura já alludida, logo no capitulo *Na City*, na azafama febril, e indifferente para elle, de Londres lhe lembra a sua terra natal, e numa bella sobreposição de imagens, como as que a desreza dos photographos usa no cinematographo para reproduzir as recordações das personagens, vemos irromper dentre a multidão egoista e cosmopolita das

ruas turbulentas de Londres ennevoada, o claro céu crystallino de Portugal num lugarejo do Minho, um recanto familiar, velho e inalteravel nos costumes e nos moveis, nos sentimentos e nas idéas. No seguinte capitulo, *Três cemiterios*, patenteia o dom de, com a maior simplicidade de estylo, saber evocar complexos e profundos sentimentos, quadros de vasto significado. E' um exemplo o seguinte trecho, tão vivo e flagrante que os leitores decerto se interrompem a meditar alguns momentos, de olhos tristes, sobre todos aquelles que são paes, e ao mesmo tempo tão simples no modo de dizer que se perguntarão com surpresa a causa de tão fundo effeito: «Varios são assim; mas ha um tumulo que impressiona vivamente: junto do caixão, um austero frade capuchinho — velho de longas barbas e testa vincada — em pé, absorvido num livro de orações. E' tudo; mas com que respeito nos approximamos dêsse tumulo e nos pômos a falar baixo para não perturbar a reza do santo que advoga no Infinito a causa daquella alma!...

Outro, e este todo delicadeza: de um sarcóphago pende um medalhão com o busto, tamanho natural, de homem ainda novo. Junto, uma linda figura de mulher com uma creança ao colo — viuva e orphão — que veio visitar o seu morto; e emquanto, chorosa, allivia a sua dôr na dôr de pensar nelle..., a creancinha, sorrindo, faz festas, com os deditos, na face do busto em que reconheceu o pae!

Se a saudade pelos mortos fosse em todos os tumulos tratada com tão commovido poder de arte como é nesse, seria bem impressionante andar pelo meio delles! Mas não é, e ainda bem, para que a nossa saudade se não rasgue na saudade dos outros...!» (Pag. 31). Falando de Dürer, no capitulo *Na Franconia*, dá-nos uma sequencia de bellas recordações historicas e mostra os dois já referidos caracteres do livro, na descripção e na interpretação, que simultaneamente faz, de divisas e symbolos da mystica religiosidade medieval. No *Valle de Tet* destaca-se um formoso trecho, o da viagem da diligencia, em que de modo tão summario e flagrante, a simples pinceladas, nos reproduz o quadro e o effeito moral do encanto sempre insatisfeito e incompleto, por isso mesmo grato e saudoso, que experimenta quem pela primeira vez viaja em terra desconhecida, em companhias que pela primeira vez encontra e que deixa de ver para todo o sempre, quando começavam a nascer a benevolencia cordeal e a curiosidade. O sr. Anthero de Figueiredo não sabe só fazer o elogio vivido e eloquente do prazer de recordar, sabe praticá-lo deliciosamente, como intenso goso espiritual, em que empenha dos mais nobres elementos do seu espirito: a sympathia e a intelligencia de certos estados de alma, intermédios entre os mais definidos, aquellas cambiantes audazes, que o psychologo naturalista não póde nem quer reconhecer, mas que são a matéria predilecta do artista, são a marca da individualidade caracteristica das almas; e ainda o dom de, a rapidos traços, déxtramente lançados e combinados, nos pintar um quadro. E' um descriptor, á maneira do estricto realismo de Zola? De modo nenhum, porque nelle a descripção é subordinada ao fito de fazer sentir; procura fazer ver para melhor fazer sentir, e por isso não visa á descripção exacta e imparcial, mas á muito arbitraria descripção da sua visão propria. Este livro, *Recordações e Viagens*, por pertencer a um genero, em que a descripção minuciosa, feita sob apontamentos tomados *in loco*, costuma ter grande lugar, é uma prova evidente de que este escriptor, descrevendo e colorindo, só descreve e colore com o lapis e as tintas das suas recordações.

Um tal espirito, a não querer cultivar preferentemente este genero de litteratura, parecia especialmente dotado para ascender a outro, que hoje occupa um lugar soberano, já por circumstancias modernas de ordem moral, já por ser um genero de muito amplos recursos: o romance. E dentro dêste genero, tão

multímmodo na sua apparente monotonia, uma fôrma lhe seria em particular grata: o romance da paixão. E' facil ser propheta, depois de consumados os factos, mas não se nos pôde levar a mal que digamos acharmos correspondencia entre a marcha do espirito do sr. Anthero de Figueiredo, e a conclusão que das premissas offerecidas pelas suas obras nos permittimos extrahir.

Foi effectivamente com um romance de paixão, *Comicos*, que o sr. Anthero de Figueiredo proseguiu a sua obra; ou melhor, foi effectivamente só romance de paixão que depois do seu livro de viagens elle nos deu. Os *Comicos* affirmaram que a qualidade eminente da sua constituição artistica era o dom de analysar e interpretar e reproduzir a psychologia irregular da paixão, as formas sempre novas desse velho mal, a paixão amorosa, a paixão fatal, á maneira de Camillo, que annulla a vontade, rasga os preconceitos moraes e illude a logica do espirito mais recto. Mas o modo por que o sr. Anthero de Figueiredo a interpreta, sobretudo o modo como a descreve, é já diverso do de Camillo; soffreu alguns additamentos, os que lhe proporcionou o progresso litterario (note-se que, para nós, progresso significa menos aperfeiçoamento que movimento e crescente complicação). Na pequena dedicatória, com que antecedeu o seu provocante romance *Eusebio Macario*, o truculento polemista frizava já a distancia que ia do seu processo ao que já a esse tempo estava em moda, e uma das differenças consistia em « pôr a physiologia onde os românticos punham a sentimentalidade. » O sr. Anthero de Figueiredo é um chronista da paixão á maneira camilliana, porque dá o primeiro lugar á sentimentalidade, mas, cedendo á sua educação feita em pleno triumpho do realismo, muito põe tambem de physiologismo, que se manifesta principalmente em certa crueza de pormenores, em repetidos episodios de sensualidade.

Os *Comicos*, de 1908, narram « um caso de amor forte e desgraçado », em que se enredaram duas almas muito dispáres: a paixão dum poeta, fraco de vontade e soffrendo do morbido prazer de se analysar a si mesmo e nunca se satisfazer, e duma actriz, em que sobrava o talento e a bondade e em que faltava completamente o senso moral. Após rapidos inebriamentos, os de todos os principios, a que neste caso accrescia o sabôr da extravagancia e do contraste, surge o conflicto das almas, formadas em meios e por educações diversas, e accorda o delirio de perpetuamente se analysar, do protagonista; segue-se um viver tempestuoso, que termina pelo suicidio deste. A acção não tem nada de novo; é um velho thema, repetidamente cansado na alta e na baixa litteratura e tambem frequentemente presenceado. A originalidade e o valor do livro estão no modo, inteiramente pessoal, por que o auctor tratou esse thema: não explicar, nem historiar, offerecer aos leitores fragmentos de memorias, de cartas, pensamentos e observações dos protagonistas, e deixar livremente que o leitor recompôna e reconstitua a historia tumultuosa dessa paixão. Faz dos mil episodios de lyrico enleio, de arripiante desespero, de endoidecedora sensualidade, de triste saudade e de brutal sadismo uma escolha delicada e deu-nos assim como que uma anthologia moral e chronologica desse amor. A composição adoptada tambem contribuiu para lhe facilitar esse processo: é um amigo do protagonista, quando os dois amantes são já mortos, que retalha esses episodios e esses pensamentos das cartas e do diario de João, o heroe, aclarando-os aqui e alli com as suas observações e lembranças, sob a forma de notas. Este modo de composição tambem é revelho; poucos foram os grandes romancistas românticos que não simularam publicar algum manuscripto de memorias, mesmo o nosso Camillo. Mas o sr. Anthero de Figueiredo apenas d'elle lançou mão para se justificar airoosamente de fazer isso que chamámos anthologia moral e chronologica da paixão de Regina e João.

Notaveis são a verdade incisiva e a profunda analyse patenteada no romance, mórmente no que toca á alma contradictoria de Regina e á destrinça delicada dos laços amorosos que lhe prendiam João. São essas paginas, duma belleza surpreendente, que attestam em plena maturidade os dotes, que nas *Recordações e Viagens* anteviamos. Não ha só um penetrante dom para decompôr e apresentar os escaninhos occultos que essa paixão tambem invade e domina e que o commum das pessoas julga illesos, por residirem quasi na zona fronteira do consciente; ha tambem facilidade em encontrar a expressão apropriada, que seja tambem simples e facil, correntia e clara: — «Sim. A tua alma são almas sobrepostas. Ora vives com esta, ora com aquella. Quando mudas de amante, mudas de alma. Mostras-te e dás-te pela que sentes mais agradar a quem te deseja. Quantos mais homens conheceres, mais differentes almas sentirás em ti. Falias com os alegres; sonhas com os poetas; os aristocratas, criados entre artificios, amam em ti, pelo atavismo dos seus appetites grosseiros, teus instinctos rudes, e tu amas nelles suas fidaigas maneiras; para os romanticos tens a magia da tua vida dispersa, e casam-se com esses espiritos as tuas inquietas aspirações. Os estroinas convulsionam-te a alegria e uma vez com elles és como elles; um imberbe amará em ti o prestigio do teu nome e das tuas saias, e tu amarás nelle sua mocidade ingenua e poderosa; e, num dado momento, a tua alma fatigada é capaz de querer com amizade amorosa a um bom velho delicado e de intelligente conselho, que traga um pouco de paz aos teus nervos esgotados. E porque és sempre sincera contigo, e porque de todos te agradas, todos se agradam de ti e te amam até á paixão! Mas não tarda que as tuas almas — tantas! — te ponham em conflicto contigo propria e a ti com os outros: são as tuas tempestades de amor! O que és na vida és no teatro! O teu character é de cêra: molda-se a todos os papeis. Quanto mais characteres crias, menos character tens.» (Pag. 176-177).

Aquillo que muito raros escriptores modernos possuem, mesmo os que timbram em entendidos pessoal e litterariamente em materia de amor, tem o sr. Anthero de Figueiredo: é a faculdade de se orientar á vontade e perfeitamente pelo mar encapellado da paixão, naquella zona onde sopram com inclemente furia, o illogico, a contradicção e o irracional, e melhor ainda, preferentemente ainda, se duma alma feminina se trata, pois é no estudo artistico das suas apaixonadas que está todo o interesse dos seus romances contemporaneos: Regina, nos *Comicos*; Gabriela, na *Doida de Amor*.

A *Doida de Amor*, de 1910, trata tambem «dum caso de amor forte e desgraçado». E' uma collectanea de vinte e oito cartas da heroína, uma mulher louca de amor, abandonada, endereçadas ao antigo amante, que nunca as leu, e uma conclusão pelo auctor. Nestas vinte e oito cartas, que nunca foram lidas pelo destinatario, está toda a acção, intriga, personagens, e até dialogos. A composição é, como se vê, das mais simples, e reduziu necessariamente a liberdade de acção ao escriptor, que assim teve de apresentar a sua narrativa através dum espirito unico, o da protagonista.

Gabriella, formosa mulher, educada em França, onde aprendera todos os segredos da arte de agradar, era por temperamento uma vontade fraca e um coração impulsivo. A educação toda litteraria e artistica, toda assente na leitura febril das obras primas da paixão amorosa e no cultivo da musica de mais violentos arroubos, accentuára as suas naturaes tendencias. Essas tendencias, sabêmo-lo por informações que ella propria esparsamente nos proporciona, provinham, em parte, dum desequilibrio nervoso de familia: sua mãe, desgostosa dos desatinos de seu pae, suicidára-se; um seu irmão enlouquecêra; seu pae era um hypocrita

devasso, que acobertava sob a mais correcta apparencia um orgulho egoista e uma grande sêde de prazeres; seu marido, com quem casára constrangida pelo pae, era rico e grosseiro, de prosapias nobiliarchicas e libertino, ostentando o seu adulterio impudicamente. Gabriella, intelligente e bôa, formosa e vaidosa, com uma grande tendencia para a impulsividade amorosa, tendencia physica e espirital, que lhe vinha do seu temperamento e da sua educação, quando se viu abandonada do marido, que em Africa satisfazia os seus caprichos, e perseguida por cortejadores, destacou dentre elles um que plenamente satisfazia os seus sonhos artisticos e amorosos e muito lisongeava o seu amor proprio de mulher formosa. Os mesmos motivos e as consequencias fataes da primeira falta levam Gabriella a commetter segunda falta, de que resulta o abandono pelo primeiro amante. A elle escreveu ella essas pungentes cartas, que elle não leu e que ella mesma um dia recebeu intactas. São essas cartas peças muito bellas, em que o amor mais exaltado e a mais soffrega e saudosa sêde de bens passados se exprimem em termos eloquentes, intensos e finamente litterarios. Gabriella era instruida e intelligente, e, além disso, muito e muito lida nos grandes chronistas da paixão. As cartas de amor tinham mesmo sido um seu genero predilecto, como ella propria confessa, quando se compraz em recordar o seu tempo de collegial: «Liamos tudo o que nos cahisse debaixo dos olhos, ou clandestinamente nos chegasse ás mãos, passando horas inteiras absorvidas no mesmo livro. Eu adorava a litteratura. Ensaiei cartas no genero das de Prévost, que traduzi. Devorava Camillo. Li todo o D'Annunzio. Tinha encadernadas em pergaminho as «Cartas» da Soror Marianna, e as de Mademoiselle de Lespinasse. Amava a Baudelaire e sabia de cór Alfredo de Musset. E todas estas leituras me causaram uma dolorosa sêde de amor, um alvoroçado appetite de aventuras romanticas! Consumia-me na avidéz desse ideal! Só o amor me faria feliz. Quantos projectos! Quantas illusões!» (Pag. 26-27). A logica tortuosa, habilidosa e contradictoria do sentimento, os argumentos capciosos dos caracteres sentimentaes, e, sobretudo, a maneira de uma mulher amante se defender e justificar, o modo por que vae pouco a pouco attenuando a propria culpa até a reduzir a muito pequena falta umas vezes, a nada outras, até se transformar em queixosa ainda outras vezes, o argumento e a arma sempre presentes, da propria belleza, tudo muito bellamente se exemplifica nessas cartas de amor, vehementes de paixão, boletins diarios da tortura de uma alma que no proprio fogo se consume. O sr. Anthero de Figueiredo não nos descreve esta alma apaixonada, põe-na a funcionar sob o dominio imperioso e exclusivo da paixão, espirito, coração e vontade completamente por ella tyrannizados. Ha pormenores de mestre, pequenos nadaes que não foram esquecidos, como a tendencia de Gabriella para desabafar com as creadas, a indicação do endereço novo para aonde Raul, o amante, deveria escrever, indicação dada sempre em post-scriptum de cartas pungentes de desespero, como pequenos clarões de esperanza accendidos não por qualquer facto concreto, mas por uma imprevista reviravolta do sentimento, por algum torcicollo da logica de coração.

Estamos certos de que as cartas da pobre freira de Beja foram uma leitura assidua do auctor, não para imitação de estylo, mas sim para com seu penetrante dom de intuição psychologica se habituar á enredada successão dos periodos, ás palpitações precipitadas dum coração desvairado. O sr. Anthero de Figueiredo repetiu essa tragedia, a dôr duma amante abandonada, modernizando-a, pormenorizando-a com o embutir da parte narrativa nas cartas de desabafo e completando-a com o fecho da loucura da protagonista. Este fecho, em nosso pensar, não torna mais dolorosa a tragedia, nem sequer mais verosimil, é por um lado um

vestigio romantico, a incurabilidade da paixão amorosa, e por outro, tambem um pouco, o elemento pessoal do auctor, que, como homem moderno, mostra considerar a paixão como um estado pathologico da consciencia, vizinho da loucura e a ella conduzindo. A obra não seria menos bella, nem menos pungente sem esse fecho.

* * *

Chronista dilecto da paixão, o sr. Anthero de Figueiredo foi em seguida reconstituir os dois mais vibrantes casos de amor da historia patria: o amor que uniu D. Ignez e D. Pedro I e o que subordinou D. Fernando a D. Leonor Telles. Obra de historiador? Obra de romancista? Nem uma nem outra coisa exclusivamente e ambas simultaneamente. O sr. Anthero de Figueiredo, pelas obras *D. Pedro e D. Ignez e Leonor Telles*, introduziu na nossa moderna litteratura um genero novo, genero hybridado que participa da probidade scientifica do historiador e da liberdade artistica do romancista, sem ser um romance historico. Uma e outra obra são, nas palavras do proprio auctor, «um trecho de historia posta em arte», o que, desenvolvido, significa que, tomando tal acção, taes personagens, foi reconstituir essa acção, pondo em movimento as personagens, insuflando-lhes vida, interpretando-lhes os caracteres, usando da maior liberdade permittida dentro dos severos limites da historia. Nada ou muito pouco se inventa, mas tudo que a historia regista se anima e completa, fazendo-se surgir da fria narrativa das chronicas uma viva tragedia humana, como no romance de *La Belle au bois dormant*. Justificando o seu processo, o sr. Anthero de Figueiredo escreve as seguintes palavras: «Todos os historiadores deformam a verdade ao visioná-la através dos seus preconceitos criticos; e tanto mais desviada é essa deformação, quanto maior o seu esforço de encontrar interpretações novas e o de se abalancarem a syntheses concludentes. Mesmo fóra da systematização extrema, ou da maior ou menor relação scientifica dos factos, este desvio é fatal, pois basta a simples leitura preconcebida de um innocente documento, para logo ahi entrar a parte subjectiva do historiador — o seu sentido pessoal — que tudo transporta. Pensou, alterou. As idéas geraes são para os philosophos o que as emoções são para os poetas. Uns e outros vêem a existencia através destes preconceitos que julgam verdades absolutas e que não passam de visões e sensações individuaes. Da historia póde dizer-se não só que ella é (como Amiel disse da paizagem), um estado de alma emotivo, mas ainda um estado de alma intellectual, isto é, a synthese da associação das idéas do historiador. Todos a perturbam; e, ainda assim, o que menos erra é o que menos pensa. Melhor que a intelligencia, o instincto penetra a verdade; e, melhor que a intelligencia e o instincto, adivinha-a o sentimento. Um poeta vê melhor um astro do que vê um sabio. A razão é curta da vista; só o sentimento rasga espaços infinitos e caminha, caminha ainda quando já a intelligencia ficou para traz, exhausta!... A razão gelaria o mundo, se o sentimento o não abrazasse.

Emfim, não se sabe com precisão o que é a historia; mas sente-se com verdade o que é a belleza. O pensamento entra em desordem na critica dos factos encarados pelas idéas geraes; e, no emtanto, jamais o sentimento duvidou de si proprio, na admiração das coisas bellas. Portanto, de toda a deformação que da historia se faz, a unica desculpavel ao sonho (alimento da vida) é a que se exerce no sentido da belleza — convergencia luminosa em que os espiritos se encontram extasiados, accordes e amigos. Assim penso porque assim sinto. Eis uma philoso-

phia curta numa emoção ingénua.» Taes palavras, escriptas á frente dum seu livro, são por parte do romançista como que um repto aos partidarios da erudição, aos que consideram a historia como susceptivel de ser praticada com methodo rigoroso e que mais confiam nas conclusões obtidas por meio desse methodo, que nas intuições da arte. Se, praticando rigorosamente em todas as suas multiplas operações um methodo, que pela probidade e espirito que o animam bem pode chamar-se scientifico, a historia não chega a ser uma sciencia, no significado philosophico do termo, pois nas suas construcções syntheticas abarca muito de arbitrario — como seria ella se nem ao menos nos processos de apuramento praticasse o rigor scientifico? Taes paginas maculam a obra do auctor da *Doida de Amor*, e bem desnecessariamente. O que o sr. Anthero de Figueiredo fez foi apenas alterar o doseamento da investigação scientifica com a intuição artistica, que a historia sempre comporta; contentou-se com o que existia já apurado, estudou-o conscienciosamente e alargou a parte da arte. Era, portanto, desnecessario e foi de certo modo incoherente atacar a erudição historica. Nella se apoion o auctor, como confessa: «Porque não ha, no que relato, uma asserção que se não apoie nessas fontes, o livro leva o menor numero possivel de citações justificativas e de notas explicativas.»

Estes dois livros são ainda a confirmação das tendencias artisticas do escriptor, porque são dois casos de paixão. E porque o caso de D. Ignez e D. Pedro é que é verdadeiramente um exemplo de louco amor, de vehemente paixão, que á alma rude de D. Pedro communicou um frémto de ideaes aspirações, inspirou vontade heroica e o levou a affrontar os preconceitos moraes e os preceitos politicos e a arrostar a colera de seu pae e rei, por isso o sr. Anthero de Figueiredo se sentiu plenamente á vontade, — pois é fazendo sentir as mais desvairadas intensidades «deste inferno de amar», os mais infrenes caprichos da paixão, que a sua penna corre ligeira e fluente, certa e incisiva. Todo o grande mundo que se contem no sentimento do amor, tudo que se fecha á comprehensão dos que só pela razão logica ou pelo interesse aferem os actos da vida, tudo que é incoercivel, agitivo, subtil, incongruente, paradoxalmente delicioso e penoso, todas as modalidades fugazes, que Camões resumiu no seu genial soneto — *Amor é um fogo que arde sem se ver* — tudo será capaz de penetrar, de desfiar nas suas componentes moraes e de nos fazer sentir este grande poeta do arrebatamento amoroso. O amor-fatalidade, o amor-paixão, o amor fim da existencia e sua plena explicação e justificação — depois de Garrett e de Camillo, ainda ninguem entre nós o soube expressar litterariamente como o escriptor das *Exequias de amor*, formoso capitulo de *D. Pedro e D. Ignez*.

Mas o caso de Leonor Telles é bem outro. E', por parte della, um calculo, uma hypocrisia systematica, um meio de servir desmedidas ambições, e por parte de D. Fernando uma subordinação de temperamento sensual a quem podia satisfazer as exigencias desse temperamento, um amor sem nobreza, sem um ideal levantado que, a um e outro, exaggerou os proprios defeitos. Depois esse caso de amor está muito embrechado na antiga politica do tempo, manejos e conjuras de Leonor e negociações com os ingleses e guerras com Castella. Emquanto no primeiro, no caso de Ignez e D. Pedro, o pouco que de politica e guerra importa relacionar inteiramente depende dessa louca paixão e é ainda uma sua consequencia e demonstração — no episodio de Leonor é a mesma politica o primeiro e mais agitado plano, e o amor dos regios amantes apenas a explicação intima de tantas leviandades e fraquezas do rei. Por isso a penna do artista, do psychologo, é repetidamente penna vagarosa de historiador que narra, que á sobreposse se tem

de demorar mais no mundo objectivo dos factos averiguados que no livre campo da intuição divinatoria.

O livro é bello, mas não ostenta todos os recursos do auctor. A ordenação das suas partes, isto é, o modo como foi seccionada a intriga e as partes que foram escolhidas e o estylo sequente, sempre quanto possivel a alliar á maxima expressão simplicidade extrema e os retalhos de explicação moral, aqui e alli dispersas, são dons mais do que sufficientes para explicar o exito triumphal da obra.

As obras do sr. Anthero de Figueiredo, que acabamos de percorrer e summariamente caracterizar, patenteiam um modo de conceber a vida, que lhe é proprio, concepção em que grande papel cabe ao sentimento amoroso. Emquanto se attribuir a tal concepção um character inteiramente pessoal, não nos cabe discuti-la. Mas como é possivel que num paiz, cuja tradição litteraria é essencialmente amorosa, se creia que tal modo de conceber a vida e de a reproduzir litterariamente, consubstancia um gosto litterario de permanente ou unica verdade, nós queremos ao menos, por desobriga de consciencia, oppôr a tal modo de ver algumas objecções. Nem consideramos a paixão amorosa de amante o grau mais intenso dos affectos humanos, menos ainda o mais nobre, nem podemos appoiar que se lhe dê tal relevo na litteratura, hoje, no tempo que vamos atravessando. E' para nós, homens de gosto e de cultura espiritual, que se faz litteratura; a arte que se generaliza pelo vulgo é arte necessariamente rudimentar, como aquella, que do anonymato do vulgo ascende á attenção criteriosa das pessoas de gosto, traz a marea dalguns espiritos de eleição, que se destacam desse uniforme anonymato. Ora para nós, homens de gosto e cultura, homens que vivemos a vida incerta e intensa do seculo xx, não é, nem normalmente pôde ser, a paixão erotica principal objectivo da existencia e seu fito nobilitador. A paixão ou é uma fôrma extrema e transitória do sentimento, que logo cansa apenas se sacia, ou se tem character de permanencia, uma morbida anomalia. No primeiro caso enfraquece a razão e a vontade, faculdades capitaes da alma — seja-nos permittida a velha terminologia — e no segundo desbasta todas as resistencias e torna a personalidade presa dum sentimento unico, estado que tem muito de commum com a loucura monomaniaca. Ora não é legitimo que impunemente se dignifique uma fôrma de sentimento transitória — referimo-nos ao amor-paixão, não amor-sentimento — e perturbadora da livre responsabilidade e deliberação ou uma fôrma pathologica, estheticamente desinteressante a grande maioria dos casos. Amor-paixão, vehemente paixão que não cansa, que tem todos caracteristicos que em vão buscam os grandes amantes anciosos de mais amar, só ha o amor aos filhos, paixão permanentemente em effervescencia, desinteressada, em que nos collocamos no ponto de vista da felicidade e do interesse da pessoa amada, amor com posse completa, do presente e do passado, com dominio amplo, onde o ciume raramente tem asylo. Mas tambem certamente que não cabe á litteratura ensinar-nos a amar os nossos filhos, nem nós acceitaríamos tal ensinamento.

Como os que fôram tocados da aljava magica do Amôr penaram suas dôres e como soffreram de saudades e desespero, fartamente no-lo tem contado a litteratura, com superior relevo e perenne belleza. Nessa galeria muitos nomes portuguezes figuram, sendo o mais recente o do sr. Anthero de Figueiredo. Tempo é, porém, que a nós portuguezes flagellados por tantos males sociaes e politicos, já

internos, já externos, uma voz de romancista nos falle dum thema, em que todos nos achemos, nos dignifiquemos e consolemos. Vidas, bellas vidas ha, que muitos problemas moraes agitaram e tornaram superiormente edificantes, não sem havermos experimentado o amor, condição da existencia, mas em que este não occupou o principal lugar. A vida dos negocios, o mundo da intelligencia, que tanto sentimento comporta com suas duvidas e anceios, os estados tão variados da consciencia moderna, da palpitante consciencia moderna, alguma vez entrarão no romance portugês? Alguns passos se déram já, mas como sempre em Portugal — paiz onde sempre se começa e nunca se acaba — sem sequencia. O sr. Malheiro Dias, com seus *Telles de Albergaria*, e o sr. Silva Gaio, com os seus *Torturados* déram-nos modalidades novas do romance.

Estas palavras não são um reparo ás obras do sr. Anthero de Figueiredo, que está em seu pleno direito de fazer a arte litteraria que mais se harmonizar com seu gosto — o que francamente applaudimos —; são sómente um commentario a proposito dessas obras, não vá a acceitação dellas junto dum largo publico contribuir para avigorar o convencimento de que bôa litteratura e paixão amorosa são inseparaveis.

FIDELINO DE FIGUEIREDO.

Uma questão de arte a proposito do architecto da Sé de Miranda do Douro

NOMES PARA A HISTORIA DA ARTE

No *Diccionario Historico e Documental dos Architectos*, do saudoso Sousa Viterbo, tomo I, pag. 433 e 434, tratando-se do architecto da Sé de Miranda do Douro, manda seu autor consultar os artigos referentes a Torralva (Diogo) e Velasques e na sessão celebrada em Janeiro de 1907 pelo Conselho dos Monumentos Nacionaes propôz Ramalho Ortigão a Sé de Miranda do Douro, obra de Torralva, para ser considerada como monumento nacional. A mesma opinião, relativamente ao architecto desta Sé, se encontra nos *Serões* e em outras partes.

Não vi o 3.º tomo do *Diccionario Historico* de Sousa Viterbo (já se publicou?) onde devia tratar do caso, e por isso ignoro as razões que tinha para attribuir a obra a Torralva e com elle os outros, que certamente seriam solidas dada a escrupulosa exactidão dos seus processos de investigação.

Succede porém o seguinte: No Archivo do Paço Episcopal em Bragança, conserva-se ainda uma carta original do primeiro bispo de Miranda do Douro, D. Toribio Lopez, datada de Lisboa a 29 de abril de 1552, dirigida ao cabido da mesma igreja, na qual, sobre o particular da Sé, se lê:

«muj R.^{dos} Sñores vossas merces teram bem entendido os desejos que sempre tiue e aguora nam menos pera se começar e ber acabada a obra desa see e pera iso trabalhey que blesem mestres a esa çidade pera berem o debuxo da obra que el Rey nosso senhor mandou fazer e o sitio da see e todo o mais necessario para fazerem seus cancos / e depois que bim a esta terra faley a el Rey nosso sñor / e a miguel da Ruda e sua alteza me mandou que de sua parte escreuesse aos ditos mestres biesem aqui pera falar com miguel da Ruda e praticarem na dita obra onde estiverom mujtos dias. E per derradeiro sua alteza oube por bem se dese a dita obra a pero de la faia dempreitada per contrato que Sua alteza bio e mandou que a custa da fabrica se lhe fizese merce pera os guastos e trabalho do caminho e así se fez. /

Outro si asentou que eu partisse o mes de janeiro pasado pera ser laa u principio de feuereiro pera ser presente a dita obra e começo della. E depois disto Suas altezas ouberom por Seu Seruiço dilatar minha partida como per outras escreui pelo que foi necessario mandar bir o aparelhador que pero dela faia he obriguado a ter na dita obra pera ser examinado pelo dito miguel da ruda e por elle ser muj ocupado nas obras del Rey nosso sñor se deteue aqui o dito aparelhador mujtos dias a custa da dita fabrica e não por falta de minha diligencia / o qual se partio pera o porto pera levar sua mulher a miranda e deixou aqui hum companheiro portador desta que chamão diogo dela Debesa.

Aguora enblo com elle comisão pera que o dia que se começar a dita obra depois dabertos os alicerces necessarios o qual seraa o que vossas merces ordenarem juntamente com o doutor guaspar dauide que ora serue de meu vigualro geraal quem meu nome a isso assistiraa se bensa a primeira pedra que na dita obra se puser com as solemnidades contheudas no Regimento que pera isso enblo o qual mandei tirar do Livro pontificall mutatis mutandis.

Portanto peço a vossas merces que bista esta comuniquem este negocio em cabido entre sy e mandem dizer ao dito doutor guaspar dauide como Receberom esta minha carta sobre negoçoos da obra da See que queira cheguar-se a berse com vossas merces e então praticaram e fazer loguo mesajeiro a pero dela faia que benha em pesoa com ho aparelhador e mestres seruidores e trabalhadores pera fazer os alicerces e começar a dita obra exortando que seja com breuidade pois pera o começo dela tem acheguas de pedra caal e area e que não ponha dilaçam a isso.

Peço a bossas merces que pois he cousa de seruiço de deos e nos cumpre a bossas merces e a mim queirão mandar ber todas as bezes que for neçesario se os alicerces da See noua bñõ bem altos e fundados e se bñõ bem cimentados e de boa pedra e caal pera que a obra baa firme e segura e depois por falta dos alicerces não faça asento ou outra mudança e este cuidado terão bossas merces de o mandar mujtas bezes e amiudo atee que el Rey nosso snñor mande de quaa hñã pesoa que entenda bem pera Reuer a dita obra / »

Sobre o assumpto da Sé ha ainda no mesmo Archivo mais duas cartas de D. Toribio Lopes dirigidas ao cabido de Miranda, e por uma dellas datada de 2 de junho de 1552 (não indica o anno mas vê-se bem que é o de 1552) conclue-se que a obra já começára sobre a direcção do mestre de obras Pero dela faia e que a cal se traçava na proporção de dois cestos de cal e trez de arêa, proporção que hoje se não observa, d'aqui talvez a fraqueza da actual argamassa, se é que a cal empregada em Miranda do Douro não era de inferior qualidade, coisa pouco provavel.

Ora, sendo o lançamento da primeira pedra na construcção da Sé de Miranda do Douro, a 24 de maio de 1552, como aponta Jorge Cardoso ¹ e tratando-se tão de perto do *debuxo* (planta architectonica, como hoje diriamos) da mesma com Miguel da Ruda ² parece que a este deve pertencer a paternidade concepçional do monumento.

Tambem se não seguiria integralmente o seu traçado architectonico pois, no mesmo Archivo do Paço Episcopal de Bragança, se conserva a carta original do bispo de Portalegre, D. Julião d'Alva, já eleito de Miranda, com data de 4 de janeiro de 1560, dirigida ao cabido desta cidade na qual diz:

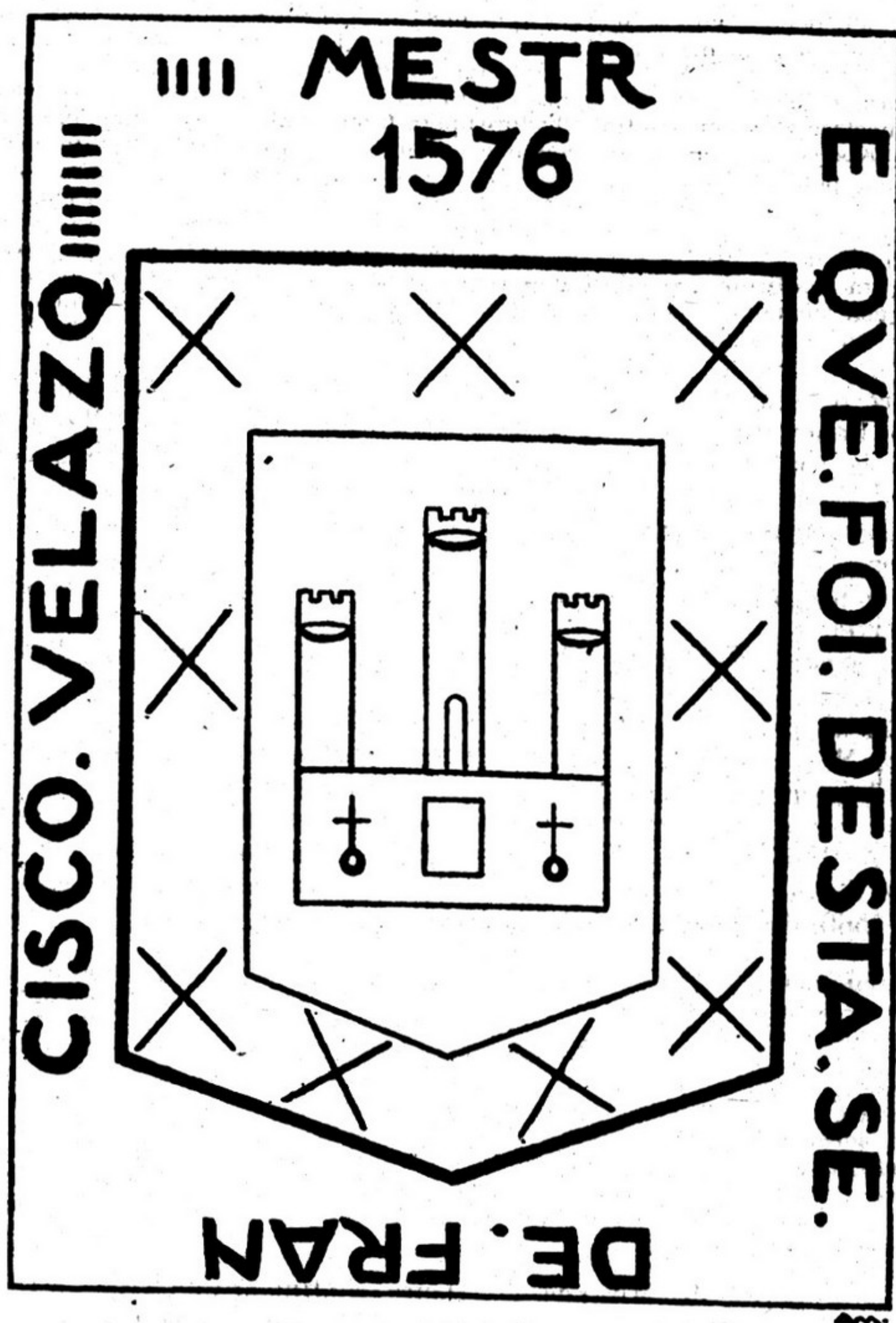
« Vi tambem a traça e debuxo desa see de que não estou muy contente e pareceme que seraa necesario mudarse algũa cousa e porque eu não posso hir la atee ser vindas as bullas me parece que seraa bom que o mestre da obra venha pera qua a ter comigo pera tomar informação do que estaa feyto e praticar com elle ho que se ouber de mudar e entretanto se deue sobestar no asento da obra porque não se faça cousa que se aja de tornar depois a desfazer e se andão officiais na obra se poderão ocupar em laurar syhays e pedras que possão seruir em toda a obra. / Eu escreuo tambem sobre iso ao dito mestre da obra / quanto mais cedo bier sera melhor / e traga debuxado e medido todo ho sitio que estaa ao Redor da see tee os muros da çidade pera ver onde se podera fazer a crasta e de que tamanho pode ficar / e folgarey que me aujzels de voso parecer en tudo e do que vos parecer que se deue mudar. »

A obra da Sé de Miranda do Douro continuou ainda por largos annos como se mostra por documentos que vamos publicando em *O Instituto*, de Coimbra, com alterações mais ou menos notaveis do traçado primitivo e ainda nella se trabalhava em 1583 e 1587.

Outra difficuldade. Na nave-esquerda da Sé de Miranda do Douro, junto á columna do pulpito, ha uma campa raza de granito insculpida desta forma:

¹ *Agiologio Lusitano*, ao dia 24 de maio. Ver sobre o assumpto as nossas *Memorias Archeologico-Historicas do Districto de Bragança*, tomo 2.º pag. 4.

² Sobre a vida artistica do notavel architecto Miguel de Arruda ver o *Diccionario dos Architectos* de Sousa Viterbo, tomo 1, pag. 66.



Que vem a dizer: (Sepultura) de Francisco Velazq... mestre que foi desta Sé (fallecido em) 1576.

Que especie de mestre seria este Francisco Velazq (uez, Velazquo ou Velazqo) fallecido em 1576? seria algum conego mestre-escola, uma das dignidades do cabido, por brevidade indicado só com o titulo de *mestre*, segundo era frequente nos documentos capitulares da epocha? mas, pelos livros dos *Accordãos* das sessões capitulares dos conegos da Sé de Miranda do Douro, existentes no Paço Episcopal em Bragança, sabe-se que desde 1554 a 1583, pelo menos, tinha a dignidade de mestre-escola desse cabido o conego Affonso Luiz e na lista que

organizamos dos conegos d'esta Sé desde a sua fundação em 1545 até hoje, guiados pelos ditos livros dos *Accordãos*, não achamos nenhum de nome Francisco Velazques ou Velasco.

Seria o mestre architecto que fez a planta das alterações posteriores que se executaram na primitiva de Miguel de Arruda ou quem quer que foi que a delineou?

Seria algum mestre de obras, como Pero de la Faia, que apesar deste simples titulo, era incontestavelmente um artista, senão architecto, de merecimento, como mostram as obras que deixou?

Nem cause estranheza um escudo de braço d'armas na campa de um mestre de obras, pois, pelo já citado *Diccionario* de Sousa Viterbo se vê que muitos o tiveram. Na sessão capitular de 7 de Janeiro de 1672 resolveram os conegos da Sé de Miranda do Douro fazer um retabulo novo para a capella do Santissimo Sacramento da mesma Sé e desta obra foi incumbido «Mestre Francisco Lopez Mattos, da cidade de Vizeu» que era familiar do Santo Officio, como se vê da sessão capitular de 16 de agosto de 1681 em que os conegos o incumbiram de fazer uma tribuna para a exposição do Santissimo Sacramento.¹

Pero de la Faia, o encarregado de construir a Sé de Miranda do Douro segundo a primitiva planta no principio deste escripto apontada, foi o que construiu em 1545 o Seminario de Bragança, a igreja e claustro adjuncto, obra não sem valor architectonico² e a ponte do Jorge sobre o Fervença contigua á mesma cidade pelo menos em parte.

Na compilação que levo feita, com intuito de a publicar, da maior parte, senão toda, dos manuscriptos genealogicos do districto de Bragança, tenho ideia de ver um Lafai com titulo de nobreza ou pelo menos entroncado n'uma nobre familia bragançana que agora não tenho tempo de verificar qual seja.

Na *Lista das pessoas que sahiram, condemnaçoens que tiveram e sentenças que se lerdo no Auto Publico da Fé, que se celebrou no Rocio desta cidad de Lisboa em Domingo 12 de setembro de 1706*, encontra-se um Pedro de Lafai Pizarro, christão novo, mercador, natural da cidade de Bragança, morador em Lisboa, fazendo abjuração de Judaismo.

A concordancia da naturalidade e appellido leva-me a suppor-o descendente do Pero de la Faia, mestre das obras atraz referidas que viveu e morreu em Bragança.

FRANCISCO MANUEL ALVES.

Reitor de Baçal

¹ *Accordãos* do cabido de Miranda do Douro de 1621 a 1688, fol. 178 e 208.

² Vide as nossas *Memorias Archeologico-Historicas do Districto de Bragança*, tomo 3.º pag. 233.

GIL VICENTE

Em parte nenhuma foi o começo do seculo 16 tão cheio de interesse como em Portugal. Muitas e variadissimas influencias contribuiam para dar a Lisboa o character, que a partir d'ahi conservou, de uma das cidades mais surprehendedes e fascinantes da Europa, ao mesmo tempo que os acontecimentos da época revolviavam até ás raizes os mais reconditos cantos das provincias, essas mesmas provincias a quem nem as successivas conquistas, nem o advento do christianismo tinham conseguido apagar o character original, illetrado e essencialmente pagão. A mesma tentação fascinava nobres e plebeus: a côrte e as viagens para as Indias, recentemente descobertas. O primeiro ouro chegado de Quilôa (*o cheiro desta canela*) despovoava o paiz. D. João II tinha estabelecido o poder absoluto do Throno, que a Egreja ainda não pensava em disputar e os nobres já não pensavam em defrontar. As duas grandes influencias do seculo, a Reforma do *maldito de Martinho Lutero*,¹ e a Renascença não tardaram a fazer-se sentir em Portugal; mas não foram essas as causas principaes da agitação que atravessou o paiz nos primeiros annos do seculo, mas sim a conquista desse novo mundo, com que Portugal não conseguiu restabelecer o equilibrio do velho, e a concentração em Lisboa da vida da nação. Os portuguezes, sempre anciosos por coisas novas,² voltaram a sua attenção quasi exclusivamente para a India. Esqueceu-se Portugal. O solo ficou por cultivar, o preço do pão subiu, os proprietarios de terras cahiram na miseria e a gente do campo aspirou á riqueza e á posição. Mais dum poeta deplora, como Duarte da Gama, *aas desordeês q aguora se costumã em Portugal*. A maior parte dos fidalgos de provincia abandona as suas terras para viver em Lisboa :

Vendem a erdade
por cõprar tapeçarya³
... outros hã por cousa boa
não ter homes nẽm caualos
e despreçã os vasalos
por se vyrẽ a Lixboa.⁴

¹ Assim classificado no julgamento de Damião de Goes (1502-74) perante a Inquisição.

² São *cheos de novidades*, diz Affonso d'Albuquerque numa carta ao rei D. Manuel, em 1512.

³ Um bom equivalente da phrase hespanhola « atirar pela janella fóra a propria casa. »

⁴ Duarte da Gama no *Cancioneiro Geral*. Garcia de Rezende fala da *soberba dos villãos*.

E com respeito á gente do campo:

Os lauradores
com suas maas nouydades
querem ter as vaydades
dos senhores.

As velhas distincções de classe para classe iam enfraquecendo e o *nouveau riche*, fazendo alarde da sua prosperidade, cortava o coração, quando não ia até abater o orgulho do escudeiro, que não se pudesse permittir o luxo dum cavallo.¹

O *parvenu* é uma figura de todos os tempos — já o arcipreste de Hita dizia do dinheiro que *El fase cavalleros de necios aldeanos*² — mas nessa epoca houve um conjuncto de circumstancias que concorreram notavelmente para a sua frequencia em Portugal. Um dos poetas do *Cancioneiro Geral*, Alvaro de Brito Pessanha, cheio de amargura pelo naufragio da propria fortuna³ de *laudator temporis acti*, os outros *têpos passados*, como elle diz, insurge-se patheticamente contra essa mistura de classes: *nam sejamos todos huús*, e contra os *muytos bayxos*, que com os seus trajas e cadeias de ouro *perualecem*. Todos os plebeus queriam ser da côrte, diz Gil Vicente,⁴ e os *engrandecidos* «novinhos em folha rescendendo⁵ ainda a nabos» e mais aparentados com o arado do que com os Menezes,⁶ juntavam sem duvida um ar de pitoresco a uma cidade que se tinha tornado a porta do Oriente e do Occidente,⁷ e que por isso mesmo offerencia á vista

¹ Mencionado mais duma vez no *Canc. Geral*. Gil Vicente fá-lo reaparecer na *Floresta dos Enganos*:

*pobre esoudeirão
sem cavallo e sem tostão.*

² Ed. Julio Cejadar, 2 vol., Madrid, 1913 vol. I, p. 185.

³ Os meus feltos vão no fũdo
... com a pobreza pelejo.
Ela faz que triste seja
nam alegre

⁴ Cf. *Romagem de Aggravados*:

Ninguem não se contenta
Da maneira que sohia

⁵ Gil Vicente, *Clerigo da Beira* (1526): *cheirais a nabos*.

⁶ Gil Vicente, *ibid.*

mais propinquos dos arados
que parentes de Menezes,

⁷ *Cancioneiro Geral*.

a mescla variegada de estrangeiros, flamengos, castelhanos, italianos, mercadores de Veneza, Genova, Florença, de viajantes,¹ de eruditos, mestres e estudantes de fóra, juntamente com uma multidão de judeus e christãos novos, negros, marheiros, sempre com estranhas aventuras para contar, deante de quem os queria ouvir, de funcionarios recentemente nomeados para os negocios da «conquista e navegação da Africa, India e Ethiopia» e ainda de enxames de notarios, cambistas e usurarios.

O portuguez viajado voltava ao seu paiz sempre prompto a *desdanhar portuguezes*,² a falar com admiração da Hespanha e de Flandres e a introduzir modas estrangeiras e *mil fallas de França*. A côrte, que já no reinado de D. Duarte contava 3.000 pessoas,³ tinha augmentado em cortezãos e redobrado de esplendor. A fama dos seus *serões* corria mundo. Pouco depois de lusco-fusco os cortezãos dirigiam-se para o Paço; ellas, as damas de distincção, para quem não se poderia inventar maior castigo do que a prohibição de assistirem a um *serão — serem degradadas* — chegavam propositadamente tarde, para fazerem maior impressão,⁴ e elles, quaes outros patricios romanos, atravessavam as ruas, orgulhosos de irem *muy acompañados*⁵ por grande quantidade de amigos. Nessas festas palacianas, tudo eram risos, dansas e cantos; nas ruas ria-se tambem, morria-se de fome, cantava-se e armavam-se conflictos nas tabernas. De tempos a tempos a peste afugentava a côrte e todos os que a podiam seguir, ficando em Lisboa apenas os padres e frades na ardua tarefa de implorar a misericordia divina e de enterrar os mortos.

O illuminado Alvaro de Brito, em 61 *cobras* (no metro das *Coplas de Manrique*) dirigidas aos vereadores da cidade, lembra que talvez limpar

*os podrydos esterqueyros e os
monturos muy altos fedorentos*

que infestavam as ruas, desse mais resultado nos *ares corruptos* de Lisboa do que procissões e romarias.

que solene perçycam
nem romarya.

Por outro lado Gil Vicente, numa passagem da *Nao de Amores* (1527), põe na bocca da cidade de Lisboa a explicação que

Se peste não fosse, todos meus ereos
Não conhecerião que hi havia Deos,
que seria peste muito mais perigosa.

¹ «Nam cum hominibus eruditiss & cum iis qui varias regiones peragrauerāt sermonem libētissime cōferebat». Bp. Jeronymo Osorio, p. 479, do rei D. Manoel. *De Rebus Emmanvelis*, Olysiptone, 1621.

² *Cancioneiro Geral*.

³ Rei D. Duarte. *Leal Conselheiro*, (Paris, 1842), p. 310.

⁴ Gonçalo Mendez Çacote no *Cancioneiro Geral*.

⁵ *Canç. Geral*.

Fosse como fosse, do que não ha duvida é de que se atravessava um periodo de reviravoltas da fortuna, em que o mar e a peste representavam o papel de mensageiros da morte, para a qual contribuiam com um repentismo dramatico:

Huns acabam, outros vem,
e huns tem, outros nam tem. ¹

Só um homem de genio e numa posição tal que pudesse analysar a vida no seu conjuncto, tal como ella era, poderia dominar para sempre todos os fios desta comedia humana. Se Gil Vicente fosse, como pensava Ticknor, um «gentleman of good family», ² era natural que compartilhasse dos mesmos preconceitos e pontos de vista do poeta do *Cancioneiro Geral*, que se queixa ao Rei de haver tres juizes que queriam dar uma sentença contra elle em favor dum plebeu!

Haveria mais razão para acreditar na genealogia, que elle numa humildade, em que ha uma ponta de ironia, traça a si proprio, sem duvida em resposta aos remoque á modestia da sua origem, da sua arte rustica. ³ Nesta passagem, dá-se como natural de Pederneira, ⁴ afirmação que em geral não é levada a sério, suppondo-se que tenha nascido numa das cidades de Guimarães, Lisboa ou Barcellos, especialmente numa das primeiras. Mas o facto não tem grande importancia. *Naca yn*, ou pelo menos Portugal inteiro, é o berço dum homem de tal génio. Comtudo, é interessante observar, como se mostra conhecedor de tudo que diz respeito á provincia distante da Beira e o lugar importante que ella occupa nas suas peças. Não é só o facto de pôr na bocca das suas personagens da Beira, palavras, que, segundo o grammatico Fernão de Oliveira, natural dessa provincia, não se ouviriam senão lá, ⁵ pôde, realmente, explicar-se o emprego de certas palavras como *samicas, abem, alcorrem, asuso* e «outras piores vozes», de que Oliveira diz «ainda agora as ouvimos e zóbamos d'ellas», ⁶ como propositadamente attribuidas aos beirões, considerados os beócios de Portugal — tão injustamente como os gallegos são tidos pelos beócios de Hespanha, apesar de muitos dos grandes homens dos dois paizes serem naturaes dessas provincias. A Beira estava mais longe de Portugal do que a França ou Castella. Nuno Pereira, no *Cancioneiro Geral*, lamenta a triste sorte duma dama, que deixou a côrte para casar e passar a vida fiando e tratando das gallinhas entre os castanheiros da Beira, *antros sautos laa na Beira*. Um outro poeta declara que, tendo estado longe da côrte, se tinha tornado *tam difforme, tam beiram*, ⁷ e Fernão de Oliveira diz-nos, a proposito de certas palavras ainda ha pouco usadas e agora *muyto avorrecidas*: «E porê se estas e quaesquer outras semelhantes as meteremos em mão d'hũ homẽ velho da Beira, ou aldeão não lhe parecerão mal». ⁸

¹ Garcia de Rezende no *Cancioneiro Geral*.

² Cf. Barrera y Leirado: «hijo de illustres padres.»

³ *Auto da Lusitania* (1532).

⁴ Na Estremadura.

⁵ *Grammatica da lingua portuguesa*. Segunda ed. conforme a de 1526. Porto, 1871, p. 81, 82, 118.

⁶ 2 *Ib.* pg. 81.

⁷ *Dialogo Brandam no Canc. Geral*.

⁸ *Grammatica*. Ed. 1871, p. 81.

Mas Gil Vicente conhece bem a provincia. Ceia com os seus queijos feitos *d'candeas*, as castanhas de Gouvêa, o leite de Manteigas, os finos pannos da Covilhã, os cascos no cume da serra, o Val dos Penados, as colinas dos «tres caminhos». ¹ Os seus pastores são quasi todos da Serra da Estrella. Mesmo se Vasco Affonso, no *Auto Pastoril*, não dissesse explicitamente que vem «d'além de Thomar», bastaria a sua linguagem para o atraiçoar, e apesar de haver uns quinze Villarinhos em Portugal, o pastor da *Barca do Purgatorio* é innegavelmente da Beira. E se Gil Vicente introduz *cantos da serra e bailos da Beira*, é porque a tem sempre no pensamento. Chega até a levar um pacato cidadão de Burgos a referir-se á Serra da Estrella, coisa de que decerto este nunca tinha ouvido falar. ² ¿E quem, se não um beirão, poderia apresentar a Fama portuguesa na pessoa duma rapariga da Beira — *hãa mocinha da Beyra?* (*Auto da Fama* (1516?). As palavras *da Beyra*, que apparecem nas edições rarissimas de 1562 e 1586, foram supprimidas em todas as subsequentes!

Em todo o caso, que Gil Vicente tivesse guardado cabras na Serra da Estrella, como se podia inferir, ou (segundo a sua comica allusão) fizesse mantas alemtejanas (talvez não no Alemtejo, mas na Covilhã) ou fosse filho ou aprendiz do ourives Martim, de Guimarães, do que não ha duvida é de que, o seu perfeito conhecimento da vida do campo e da aldeia, mostra claramente que não foi creado em Lisboa. A passagem no *ms.* de Christovam Alão de Moraes, que diz ser Gil Vicente o unico filho de Martim Vicente, ourives, e ter sido enterrado em Evora, nada nos diz sobre a sua naturalidade. Segundo reza uma tradição, o primeiro trovador portuguez era de Guimarães, terra cujos habitantes, afirma-se, em todos os seculos, capricharam em manter a sua reputação de poetas. ³ Não apparecia poeta nenhum de certo nome, que elles não reclamassem para patricio. «Gil Vicente» era um nome vulgar, usado mesmo por pessoas de bom nascimento, mas mais geralmente por individuos de condição humilde. Durante algum tempo, o poeta Gil Vicente foi identificado em um carpinteiro de Santarem, até se descobrir que este tinha morrido (1500), antes de se ter representado na cõrte a primeira obra de Gil Vicente e antes de ter chegado o primeiro ouro de Quilôa, de que foi feita a celebre custodia de Belem.

O facto de se saber positivamente da existencia contemporanea de varias pessoas chamadas «Gil Vicente», torna o problema da identidade, entre o poeta e o ourives, extremamente delicado. Nem sequer temos, para nos guiar, a data exacta do nascimento ou da morte do poeta. Esta ultima data fixou-se arbitrariamente em 1470, devido a dois versos, duma triste celebridade, proferidos por um velho na *Floresta de Enganos*, (1536):

Ja hice sesenta y seis
Ja mi tiempo es pasado.

Subtrahindo 66 de 1536, temos 1470. Isto é, determina-se a idade de Gil Vicente, porque calhou elle ter posto no verso 66, por causa da rima, e não lhe

¹ *Tragi-comedia pastoril da Serra da Estrella.*

² *Comedia do Viuvo.*

³ Antonio Carvalho da Costa. *Chorographia Portuguesa*, 3 vol. Lisboa, 1706-1712, vol. 2, p. 198.

ter sido preciso pôr 68 ou 65. Não decretou Maria Parda que o seu funeral fosse acompanhado de 127 padres? Porquê? Porque *sete* rima com Alcochete. Em Janeiro de 1531, decerto ainda activo e de boa saúde, em estado de pregar um sermão de eloquência não inferior, diz elle de si mesmo estar «visinho da morte»; e apesar de ter morrido antes de 19 de Abril de 1540, escreve ao Rei, que a compilação das suas obras tinha sido feita «com muita pena de minha velhice». Isto poderia levar-nos a indicar, para data do seu nascimento, uma data um pouco anterior. Mas a actividade extenuante que elle desenvolveu como poeta, musico, ensaiador, actor (e ourives) pôde ter sido um motivo de envelhecimento prematuro, e a velhice, pelo menos no seculo xv, não ia além dos 70.¹ A data do seu nascimento deve estar comprehendida, approximadamente, entre 1465 e 1470. Passou, portanto, a sua mocidade no reinado D. João II, atravessou a época esplendorosa de D. Manuel e ainda depois de este Senhor do Oriente ter deixado para sempre os seus Paços,² continuou pelo espaço de 15 annos a representar as suas peças na côrte, até 1536, data da sua ultima comedia. De vez em quando, queixa-se da sua pobreza, mas só em tenças recebeu muitissimo mais do que Camões e como é provavel que a Quinta do Mosteiro, perto de Torres Vedras, lhe pertencesse, parece não ter sido esquecido nem por D. Manuel nem por D. João II. Só a tença de três módios de trigo, que elle recebeu em 1525, era, só por si, uma dadiva de valor.³ E embora na sua velhice não deixasse de sentir, uma vez por outra, como o Andrea del Sarto de Browning,

I have laboured somewhat in my time
And not been paid profusely

é natural que não estivesse descontente. No *Auto da Festa*, representado talvez ahí por 1535, apresenta-se como «mui barregudo» e com mais de sessenta annos.⁴ A questão, porém, é outra: Teriam estas tenças, tão avultadas, sido dadas a Gil Vicente simplesmente na sua qualidade de *Trovador*, numa terra em que os poetas eram tão numerosos como as areias do mar?

O problema da identidade entre o poeta e o ourives, é em grande parte

¹ Rei D. Duarte. *Leal Conselheiro*. Cap. 1: *Velhice ataa LXX, senyum ataa LXXX*. (Ed. Paris, 1842, p. 16).

² Gil Vicente. *Romance á morte d'El-Rei D. Manoel*:

Já passada a meia noite,
Tres horas antes do dia,
Mettido em hum ataude
O qu'inda ha pouco regia,
O gran senhor do Oriente
Dos seus Paços se partia.

³ Segundo Garcia de Rezende (*Miscellanea*), o preço dum alqueire de trigo, em Evora, nessa época, tinha subido de 15 a 20 mil réis a 70 mil réis e mais.

⁴ *Auto da Festa*. Ed. Conde de Sabugosa, Lisboa, 1906, p. 118.

um estudo de probabilidades. Tomemos primeiramente os factos que tentam negá-la. Gil Vicente refere-se a si proprio como *Gil Vicente o auctor*,¹ *Gil Vicente que faz os autos a el Rei*,² *hum Gil... que faz os autos a el Rei*;³ e nunca como ourives. João de Barros, em 1540,⁴ fala de *Gil Vicente, comico*, sem, comtudo, ter a mais pequena intenção de querer distinguir o auctor de qualquer outro Gil Vicente. Em 6 de Agosto de 1517, o ourives Gil Vicente resignou o seu emprego de Mestre da Balança na Casa da Moeda de Lisboa e immediatamente a critica, a galope, declara que... resignou, portanto estava doente, portanto morreu. Mas pôde muito bem ser que o augmento de movimento e de trabalho na Casa da Moeda se convertesse num embaraço⁵ para elle, e preferisse deixar o seu lugar para poder dedicar mais tempo á producção das suas peças. Os versos:

Mas já não auto bofé
como os autos que fazia
quando elle tinha com que.⁶

podem facilmente explicar-se como uma referencia aos dias antes de 1517, em que ainda estava na Casa da Moeda e talvez gastava o seu proprio dinheiro com a intenção de pôr em scena as suas peças com a maior pompa possível.

Os outros argumentos contra a identidade, são extremamente destituídos de valor. Perguntou-se, por exemplo: como se comprehende que um poeta, com os conhecimentos de Gil Vicente, escrevesse *aquabou*, em vez de *acabou*, na inscripção da *Custodia*?⁷ Mas, se percorrermos as suas peças, encontramos, por vezes, orthographia mais barbara, e parece-nos um pouco duro querer torna-lo responsavel pela orthographia do seu tempo. Ou então: Como podia elle acompanhar a côrte para Evora, Almeirim, etc., e ao mesmo tempo ter uma loja de ourives em Lisboa? As viagens de Benvenuto Cellini foram, pelo menos, tão numerosas e muitissimo mais agitadas do que as de Gil Vicente. Mas como se comprehende que um ourives satyrisasse impunemente os seus patronos sem que estes se sentissem offendidos? Gil Vicente achou no Rei um patrono completo e sufficiente e não tinha necessidade de arranjar outros. E os patronos de Cellini soffreram calados remques muito maiores dos que os que se encontram nas obras de Gil Vicente.

Se procurarmos agora os argumentos em favor da identidade achamo-los numerosos e esmagadores, de natureza a invalidar documentos pouco dignos de

¹ *Auto da Lusitania* — 1532.

² *Auto da Festa* (cerca de 1535).

³ *Auto Pastoril Português* (1523). Note-se que todas estas datas são posteriores á renuncia de Gil Vicente, ourives (1517).

⁴ *Dialogo em louvor da nossa linguagem* (Compilação, 1875, p. 222).

⁵ *A casa da moeda onde sempre s'está batendo & cunhando*. Tinha havido dois empregados principaes até poucos annos antes da nomeação de Gil Vicente.

⁶ *Auto Pastoril Português*. Em 1519 (*Côrtis de Jupiter*) representa os da moeda como garoupas de Guiné, referencia absolutamente natural em quem os conhecia bem e já nada tinha com elles. Não se comprehende que os apresentasse — entre estudantes e regateiras — se não tivessem para elle qualquer interesse especial.

⁷ Camillo Castello Branco, *Historia e Sentimentalismo*, 2 vol. 1880, vol. 2. Diz-se que esta palavra levou um critico francês a attribuir a *Custodia* a um Senhor Aquabo.

fé, como são as genealogias impressas ou manuscriptas. Num documento official apparece-nos um Gil Vicente, ourives da Rainha Leonor, irmã de D. Manuel, e Mestre da Balança, nomeado em 1509 superintendente (Vedor) de todos os trabalhos de ouro e prata destinados ao Convento de Thomar, ao Hospital de Todos os Santos, em Lisboa e a Belem; um Gil Vicente a quem a mesma Rainha D. Leonor pede que contribua com versos para um torneio¹ poetico impresso no *Cancioneiro Geral* (1516), cujo assumpto é uma cadeia de ouro;² e um Gil Vicente que escreve peças para a mesma Rainha.

Em varias das suas obras, mostra elle conhecimentos technicos da arte de ourives.³ E demais, a identidade entre ourives e poetas não teria provocado comentarios especiaes: não foi caso isolado. No *Cancioneiro Geral* apparecem versos de Diogo Fernandes, que era ourives; e Garcia de Rezende dá a sua opinião de outro ourivez beberam, que compunha trovas:

Eu vos acho maaõ endiço
Em cuydardes que soys hum
Em trovar & noutro offiço
& em tudo sóys nenhum.

versos que é possível sejam uma estocada encapotada a Gil Vicente, embora dirigidos ostensivamente contra Affonso Valente, de Thomar.

Mas o mais importante é que o General Brito Rebello (agora tambem um dos contradictores da identidade) descobriu a f. 20 v. do vol. 42 dos Registos da Chancellaria de D. Manuel, na Torre do Tombo, uma nota manuscripta contemporanea « Gil V.^o trovador mestre da balança », nota que está escripta em cima, como indicação ao conteúdo do documento official que se refere á nomeação de Gil Vicente para mestre da balança da Casa da Moeda. Seja qual fôr a maneira como se encare essa nota, o que não é possível é deixar de contar com ella, pois constitue um documento já existente quando o Sr. Theophilo Braga abordou, em 1873,⁴ a questão da identidade. E demais, acceitando esta, a posição de Gil Vicente na côrte torna-se absolutamente comprehensivel. Na qualidade de funcionario tinha sempre oportunidade para alargar tranquillamente o seu espirito e o seu campo de observação, e doutro modo a sua apparição na côrte, como auctor do *Monologo do Vaqueiro* (1502), parece-nos tão violenta e abrupta como a entrada do proprio vaqueiro. A sua contribuição para o *Cancioneiro Geral* deve, como já se disse, ser levada a uma data posterior. O ourives da Rainha D. Leo-

¹ Provavelmente realizado não muito antes de 1516, mas decerto já no reinado de D. Manuel. Já não devia ser novo, pois refere-se ao seu tempo como coisa passada: *Em vossos dias. As Sergas de Esplandião*, de que se faz menção, só foram publicadas no anno de 1510.

² Um outro concorrente no torneio pergunta a Gil Vicente se não se lembra de quanto o Marquês desbaratou em joias e colares — *quantas joias & colares*.

³ Os contradictores da identidade admittem por vezes factos que compromettem a sua causa. Cf. Theophilo Braga. *Gil Vicente*. Porto, 1898, p. 137: « Estas duas individualidades confundem-se por vezes nos documentos historicos; o poeta Gil Vicente falla da Ourivesaria nos seus Autos como se conhecesse technicamente aquella arte; o ourives e mestre da balança Gil Vicente é tambem apontado em um documento official como trovador. »

⁴ *Artes e Letras*, anno 2, p. 4-6, 18-20.

nor tinha occasião de conviver e de estudar com individuos de todas as classes, e talvez fosse á custa da sua propria bolsa que Gil Vicente aprendeu a retratar o sumptuoso fidalgo da *Farça dos Almocreves*, que tantos annos levou para pagar ao seu ourives. Sem pertencer a nenhuma classe, conhecia-as todas. As suas obras são um espelho erguido em que se reflectia a vida da côrte, da cidade e da nação em *figuras muy naturaes*.

Gil Vicente escreveu para a côrte e este facto tolheu a sua arte até certo ponto; mas não escreveu para *doces d'orelhas*, de que nos fala Fernão de Oliveira, nem para os *preciosos* mencionados no *Cancioneiro Geral*. Era acima de tudo um grande realista, e foi com a mais perfeita verdade, extrahida da vida, que elle introduziu nas suas peças toda a realidade, tal qual a via e conhecia. Já houve quem lhe chamasse o Arcipreste de Hita português,¹ e tem na verdade qualquer coisa da sua graça, do seu amor á vida ao ar livre, da sua predilecção a grandes listas de nomes,² do seu poder de retratar graphicamente em meia duzia de phrases uma scena ou um character, e até certo ponto participa um pouco da sua grosseria. Falta-lhe o cynismo, que caracteriza a graça do Arcipreste, e mostra ser um lyrico mais completo. Evidentemente approxima-se mais de Ruiz, que morreu para cima dum seculo antes do nascimento de Gil Vicente, do que de Camões, que nasceu antes de Gil Vicente morrer.

Uma lista das suas personagens dá-nos uma idéa da miscellania que eram as suas peças, autos, farças, comedias e tragi-comedias. Aparecem pastores e pastoras, camponeses, lavradores, serranas, regateiras, peixeiras, creadas, jardineiros, ferreiros, um alfayate judeu, um sapateiro remendão, uma padeira, negros, mendigos, ciganos, duendes, fadas, bruxas, leitoras da *buena dicha*, peregrinos, pagens, nobres cavalleiros, escudeiros, cortezaos, principes, um conde, duques, reis, imperadores, um papa, um bispo, um arcebispo, um cardeal, eremitas, frades, freiras, padres capellães, uma beata, um taful, almocreves, marinheiros, sereias, cantores, doutores, mercadores, um ourives, um usurario, onzeneiros, rabis, juizes, centuriões, o Mar, o Sol, a Serra da Estrella, a Serra de Cintra, as Estações, o Tempo, o Mundo, a Providencia, a Fortuna, a Fama, a Justiça, a Sabedoria, a Prudencia, a Pobreza, a Fé, a Força, a Humildade, o Amor, Venus, Cupido, Saturno, Jupiter, Marte, Mercurio, Juno, Christo, a Virgem, Prophetas, Santos, Apostolos, Anjos e Archanjos, S. Gabriel, Satanaz, Diabos, Lucifer, Belial, Belzebut, Adão e Eva, Abel, Moysés, Abrahão, Job, Cassandra, heroes da Grecia e de Troia, a Igreja, Roma, hespanhoes, um italiano, um francês, o mês de Maio, Portugal, a cidade de Lisboa, etc., etc. De toda esta miscellania traçou elle, graças á sua veia lyrica, em que ha o sabor do lyrismo da era de Isabel de Inglaterra, ao seu amor á natureza e ao seu dom de observação, prompta e fiel, scenas deliciosas e cheias de interesse. E' tudo, por assim dizer, em bruto. Dá largas á sua rica imaginação, e raras vezes se detem a arredondar uma lyrica, a desenvolver um character, ou a dar uma execução perfeita á concepção das suas peças. Por isso não se lhe póde chamar um grande dramaturgo, mas como poeta lyrico e na arte de esboçar instantaneos de caracteres, raramente tem sido excedido. O seu amor da natureza transparece a cada passo, sem que se note o mais pequeno

¹ A Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, na *Zeitschrift*.

² Cf. a lista de animaes e plantas no *Auto dos Quatro Tempos* (1504?).

signal de esforço. Aqui e acolá, em versos ao acaso, relembra as colinas floridas em Maio e os prados de Junho:

tanta bonança
 Como da Maio ás flores da serra; ¹
 plado florido
 La mañana de S. Juan; ²

muitas passagens poderiam, se elle, ou quem quer que fosse, se tivesse preocupado com isso, ter dado lyricas perfeitas, que tão poucas, chega a despontar, tão poucas ha nas suas obras.

E quanto mais os seus caracteres se approximam da natureza, maior é o carinho com que os pinta, e o encanto que delles resalta. Nunca se apresentaram creanças com maior naturalidade do que aquella pastorinha que largava a correr mal ouvia os sinos da Igreja e tinha visto Deus, segundo ella dizia, «vezes avondo» ³ ou os pastorinhos Joanne, Pedrinho, Affonsinho e Cismeninha, na sua tagarellice ingenua, nos montes:

JOAN. Di rogo-te Cismeninha,
 Viste-m'a minha burrinha?
 CISM. Viste-m'a minha burrinha?
 JOAN. Olha, olha o que te digo.
 CISM. Olha, olha o que te digo.
 JOAN. Sempre tu has de chufar?

 CISM. E eu não tenho no carril
 JOAN. Dous alfinetes que achei?
 JOAN. Tambem eu ar acharei
 Algum dia algum ceítíl.
 PED. E a mim dão-me sardinha inteira.
 AFF. Oh! ⁴

E tantos outros pastores pobres, vestidos de pelle, elle nos dá, flagrantés de verdade e, em geral, a gente do povo, por exemplo, as regateiras do mercado, que apesar de ajoujadas com a sua carga, ainda têm forças para a sua incessante torrente de palavras, ⁵ os almocreves discreateando sobre os seus projectos ao passo pachorrento das suas mulas, ⁶ as peixeiras, *regateiras do pescado*, Branca do Rego e Martha do Prado, ⁷ a velha de Lisboa com o seu medo de má crença e do que os visinhos poderão dizer. ⁸ E' evidentemente ao delinear, ou antes, ao fazer sug-

¹ *Comedia sobre a divisa da cidade de Coimbra* (1527).
² *Auto da Fé* (1510).
³ *Auto da Barca do Purgatorio* (1518).
⁴ *Comedia de Rubena* (1518).
⁵ *Auto da Feira* (1527).
⁶ *Farça dos Almocreves* (1527).
⁷ *Romagem de Aggravados* (1526).
⁸ *Quem tem farelos?* (1505).

gerir estes typos populares, que Gil Vicente se sente á vontade; mas não podia esquecer que o seu objecto era entreter a côrte, de modo que os espectadores pudessem *ficar muy ledos*,¹ e por isso muitas das suas scenas perdem da sua naturalidade na sua adaptação ás exigencias do paço. As charadas em verso, com que acaba o *Auto das Fadas*, eram mais conformes, muito mais mesmo, do que seria uma lyrica popular, ao gosto e á predilecção da côrte por essa litteratura mechanica e pelas allusões pessoasas.² As suas allusões, sufficientemente claras, decerto deram muitas horas de prazer á sua audiencia, e se o prazer de rir num dia era temperado pelo receio dum remoque directo no dia seguinte, era precisamente a generalidade com que elle distribuia as satiras, que lhes limava as arestas e as tornava admissiveis. Numa côrte em que, como diz Garcia de Rezende:

os mays polo geeral
folguam muyto d'ouuyr mal
e poucos de dizer bem,

Gil Vicente era a valvula de segurança. A sua critica tocava a todos, imparcialmente, ria-se, por exemplo, da corpulencia de Garcia de Rezende, e ria-se igualmente de si mesmo (*he logo muy barregudo*). A liberdade da sua linguagem é uma prova da feição absolutista que o throno tinha tomado. Abaixo do rei ninguém era poupado. Nobres e plebeus, religiosos e funcionarios, todos soffriam a mordacidade dos seus ataques. Mas, em compensação, as referencias ao rei e ás pessoas da familia real, tocam quasi as raias da adulação. Apenas numa passagem, no *Auto da Barca da Gloria*, representado deante de D. Manuel, em Almeirim, apparece um rei, que levou uma *muy pecadora vida* e é prevenido de que tem de ser *morador naquelles fogos*. Nem lisonjas, nem mentiras, nem safiras ou diamantes lhe podiam valer. O rei D. Manuel, que, podemos-lo affirmar com segurança, nunca mais tinha ouvido taes palavras, desde que a voz arrcgante, ou melhor a rude pena de Affonso de Albuquerque tinha deixado ha 4 annos de lhe dizer verdades, decerto não attribuiu a si a allusão, mas o rei do auto acaba por entrar afinal na *Barca da Gloria*. Que debaixo da sua alegria se esconde uma intenção mais profunda e um fim mais pratico, é evidente. Assim, ridiculariza os pilotos inuteis e ignorantes, contra quem Affonso de Albuquerque deu largas á sua colera;³ tinha meditado sobre a posição das mulheres, assumpto que então e mais tarde foi objecto de grande attenção;⁴ investe, tão vigorosamente como Sá

¹ *Obras varias. Ao Conde de Vimioso.*

² Foi segundo este gosto que Garcia de Rezende, a pedido de D. João III, escreveu 48 *trovas de louvores e deslouvores* para um jogo de cartas que bem se poderia chamar o «*assassinato da genuina poesia lirica*» e, semelhantemente, João de Barros reduziu a *Ética* de Aristoteles a um jogo.

³ Carta 95: Enforcais um homem por roubar uma manta alemtejana, porque não fazeis o mesmo a um piloto que deixa perder uma carga?

⁴ Como se pode ver em muitas passagens de Antonio Prestes e Jorge Ferreira de Vasconcellos. As mulheres eram os «*correos das novas*», percorrendo a cidade com a sua bisbilhotice, diz o ultimo na *Ulisippo*. E Prestes diz que a mulher devia estar:

três horas na egreja
E o mais que em casa esteja.

de Miranda, contra a luxuria, sempre crescente; insurge-se contra a «infunda oppressão» dos plebeus¹ e lança-lhes em cara a sua presumpção.² Mas era, antes de tudo, por assim dizer, o bobo da côrte, com a função principal de fazer passar a um certo numero de creaturas frivolas uma noite agradável, com as suas *farças de folgar*. Já lhe chamaram grande philosopho, grande philologo, precursor de Erasmo. Nada mais absurdo. Decerto era mais do que um cortezão obsequioso e de modo nenhum poderia chamar-se-lhe um demagogo: era um homem de caracter³ capaz de, offerecendo-se a occasião, encarar de frente o que elle chama a «desvairada opinião do vulgo.» A sua attitude contra os christãos novos⁴ era provavelmente a mesma que Antonio Vieira tomou um seculo depois: deviam ser tolerados, mesmo estimulados, para bem do Estado. Os ataques que dirigiu contra a Igreja, comparados com os dos Reformistas de Luther, têm um espirito diametralmente opposto. Pelo que lhe diz respeito, era profundamente religioso, inclinado ao mysticismo, preocupando-se menos, decerto, com Credos e Igrejas do que com a communhão com o Deus vivo: ou pelo menos é evidente que nunca lhe occorreu a idéa de fundar uma seita ou um credo á parte. A sua critica era essencialmente popular, isto é, era a critica do povo, e á semelhança de tantos outros poetas e pensadores satiricos atravez da Idade Média,⁵ apenas nos mostra que a reforma imprescindivel da Igreja havia de fatalmente partir de dentro desta, se Martinho Luther, que não era mystico, não se tivesse apressado com a sua Reforma. O facto de uma peça de Gil Vicente, que em Bruxellas provocava um escandalo, apenas provocar em Lisboa umas tantas gargalhadas, prova-nos apenas que em Portugal a devoção era maior, e como consequencia dessa devoção, a Igreja parecia tão firmemente assente, que um pequeno divertimento á sua custa, ou mesmo uma critica violenta, em nada podiam abalar a sua solidez.

Os padres e frades têm realmente um quinhão desproporcionado no ridiculo de Gil Vicente, mas isso póde explicar-se em parte pelo seu grande numero (*somos mais frades qu'a terra sem conta na Christandade*⁶ e pela influencia que exerciam na vida das aldeias,⁶ e em parte pelo facto de o ataque aos religiosos ser uma forma de humorismo extraordinariamente popular na Idade Média. Os padres, que apparecem nas obras de Gil Vicente, são sensuaes, ambiciosos, hypocritas, comilões, dados ao prazer, jogadores, avidos de dinbeiro; e não nos é licito duvidar de

¹ *Romagem de Aggravados.*

² Mais feroso está ao villão.
Mao burel que mao frisado, etc.

(*Farça dos Almocreves*)

³ A grosseria, que resalta dalgumas passagens das suas peças, é devida ao seu desejo de ser conforme á verdade da vida; por isso os seus villões se servem de expressões, que decerto haviam de chocar os *doços d'orelhas*.

⁴ Segundo um poeta do *Cancioneiro Geral*, alguns seriam até capazes de vender o verdadeiro Deus «por um tostão.»

⁵ *Fragoa do Amor.*

⁶ Quando Margarida acha uma imagem no monte, o seu primeiro pensamento é chamar o padre; quando Gonçalo vê que lhe roubaram a lebre e os capões, vae ter com o padre da freguezia e lembra-lhe que rese um «responso» para recuperar o roubo. O padre era assim o bode expiatorio das graças do povo e o seu *deus ex machina* em occasião de afflicções.

que nestas descrições, como sempre, elle pintou do natural, servindo-se, principalmente, das conversas com o povo, reproduzindo fielmente o que era costume dizer-se dos padres na bisbilhotice popular. Não menos livres na sua apreciação foram outros poetas do *Cancioneiro Geral*. Gregoryo Affonso, ao serviço do bispo de Evora, fala de

o sacerdote
que uiue como o leygua ;

Alvaro de Brito, diz que

Algũs ha na crelezya
que leuam errados rrumos,
mao costume
de vstyr epocresya,
sam deuotos mais dos fumos
que do lume...
Leues pecados alheos
muy gravemente defendem
& nam tardam
de fazer outros mays feos, etc.

Duarte da Gama deplora a *cobiça dos prelados*. Anrique da Mota faz troça do *muyto gordo vigayro d'Ouidos*, e parece dar a entender que na confissão oral ha pouco proveito d'alma, duvida que depois veio a perturbar tambem Damião de Goes. E como estes dezenas de exemplos. Quer isto dizer que todos estes poetas foram precursores de Erasmo? Com respeito á famosa passagem em que Gil Vicente invectiva Roma :

Ó Roma sempre vi lá
que matas pecados cá
e deixas viver os teus...
Assolves a todo o mundo
e não te lembras de ti
nem ves que te vas ao fundo. ¹

é quasi uma imitação das duas *sirventes* do trovador Guillaume Figueiras de Tolosa, «filho dum sapateiro e sapateiro tambem», contra os *fals clergats*. Todos os versos começam por uma invocação a Roma, como em Gil Vicente :

Roma falsa e tafura...
Roma per aver
Falt manta fellonia
E mant desplazer
E manta vilania... ²

¹ *Auto da Feira* (1527).

² Raynouard. *Choix des poésies originales des Troubadours*. 6 vol., Paris, 1816-1821, vol. 4, p. 307. Cf. tambem a passagem na *Prophétie des Abus* (seculo XVI) :

O gras tondus
Votre autel est ruiné,
Votre règne est bien miné,
Il tembera.

(C. Lenient. *La Satire en France ou la littérature militante au XVII^e siècle*. (Paris, 1886).

Tudo isto não é mais que a confirmação de que na Idade Média e no tempo da Reforma lutheriana a Igreja e o clero eram considerados boa presa para os satiristas.¹ Outros typos tradicionaes em Gil Vicente são o hespanhol fanfarrão, gabarola, no genero daquelle que, numa das peças de Ferreira de Vasconcellos, se gaba de que Lisboa inteira cabe na cathedral de Sevilha; o velho apaixonado (*os velhos namorados do Cancioneiro Geral*)²; os juizes e outros funcionarios corruptos; e especialmente o fidalgo arruinado e o escudeiro esfomeado, que, só á sua parte, constituiu um sombrio fundo de reserva para todos os escriptores satiricos da Peninsula, desde Martial até Pereda e até aos *Fidalgos da Casa Mourisca*. O poeta de Bilbilis conheceu o typo em primeira mão:

Nunquam se cenasse domi Philo jurat, et hoc est:
Non cenat quotiens nemo vocavit eum.

(Ep. V. 47).

Hic quem videtis gressibus vagis lentum,
Amethystinatus media qui secat Saepa...
Oppigneravit modo modo ad Cladi mensam
Vix octo nummis anulum unde cenaret.

(Ep. II. 57).

No *Cancioneiro da Vaticana* (n.º 1168) fala-se da cosinha dum *infançon*, tão fria, que serviria ás mil maravilhas para adega ou para dormir a sesta sem receio das moscas. E o D. Furon do Arcipreste de Hita

Non tenie que comer? Ayunav'el pecador.

Gregoryo Affonso no *Cancioneiro Geral* fala de

o jejum
que se faz por nam ter pam

e do

cavaleyro
que nam tem bem de comer.

¹ O Arcipreste de Hita está cheio destas satiras. E existem mesmo nas *Cantigas d Santa Maria*, do Rei Sabio. O vendedor de indulgencias não escapou. O *assolves a todo o mundo* é aparentado não com as duvidas privadas de Damião de Goes, mas com a critica popular do *buldero* descripto por Lazarillo semeando indulgencias a torto e a direito: *el mayor echador dellas que jamas yo vi*. (*Lazarillo de Tormes. Conforme á la edición de 1564*. Ed. H. Butler Clarke. Oxford, 1897, p. 78).

² No *Cancioneiro Geral* achamos muitos dos caracteres de Gil Vicente em embryão: clerigos casados, villãos postos em alguma honrra, borrachas que bebem mays do que fyam, o fidalgo que mantém gran estado & a rrenda casy nada, etc.

Lazarillo de Tormes representa o *escudero* toledano, e Nicolaus Clenardus o *raphanophagus purpuratus* de Evora. Igualmente Gil Vicente apresenta-nos ao escudeiro que

Sueñase muy gran señor
Y no tiene media blanca

e a outro que

Todo o dia sem comer

vem alta noite e

Toma hum pedaço de pão
E hum rabão engelhado; ¹

e ao

fidalgo de muito pouca renda, ² que usava muito estado e mantinha seis moços de pé, apesar de os seus rendimentos encolherem como o panno de Alcobaça.

Quer ter muitos apparatus
E a casa anda esfaimada. ³

O typo é o mesmo, mas em cada um dos casos observado da vida. Sabemos que certos homens de bom saber ⁴ duvidavam da originalidade de Gil Vicente, mas a duvida não tem grande interesse para nós. «Man spricht immer von Originalität», disse Goethe, «allein was will das sagen! So wie wir geboren werden, fängt die Welt an auf uns zu wirken und das geht so fort bis ans Ende»; ⁵ e quando se levantou uma duvida ácerca da originalidade dum escriptor, exclamava: «Das ist sehr lächerlich. Mann konnte ebensogut einen wollgenährten Mann nach den Ochsen, Schafen und Schweinen fragen die er gegessen und ihm die Kräfte gegeben.» ⁶ Gil Vicente decerto não nasceu já como Minerva, da cabeça de Zeus, e é elle proprio quem nos diz ter lido bastante: «os livros das obras que escriptas vi... assi em metro como em prosa... os antigos e modernos não leixarão coisa bôa por dizer nem invenção bôa por achar nem graça por descobrir». Igualmente as suas obras provam que elle tinha pelo menos uma tintura de francês e italiano e um conhecimento vasto de latim macarrónico. Nas suas primeiras composições, a *Visitação* (1502) e o *Auto Pastoril Castelhana* (1502) segue a *Encina* e segue-o bastante de perto por signal. Quando quiz alargar o campo dos seus trabalhos e quiz fazer obra melhor do que uma simples «pobre coisa», foi evidentemente

¹ Quem tem farelos?

² *Farça de Iñez Pereira* (1523).

³ *Farça dos Almocreves*.

⁴ D. Duarte tinha usado a mesma phrase de seu pae: *de grande e boo saber*.

⁵ «Fala-se sempre de originalidade, mas que quer isso dizer? Mal nós somos dados á luz começa o mundo a actuar sobre nós e nunca deixa de o fazer até ao fim.» *N. do T.*

⁶ Nada mais ridiculo. É o mesmo que fazer perguntas a um homem bem alimentado ácerca dos bois, carneiros e porcos que elle comeu e lhe deram forças. *N. do T.*

buscar material a mina mais productiva. Conhecia outros escriptores hespanhoes, além de Encina. E' provavel que não fosse

muy sentido
Das trovas de Joam de Mena,

mas é fóra de duvida que admirava as *Coplas* de Jorge Manrique, e os *romances* hespanhoes e o *Livro de Buen Amor* de João Ruiz; tinha lido a *Celestina*, apesar de nas suas obras não se sentir tanto essa influencia como nas comedias de Jorge Ferreira de Vasconcellos. Mais duma vez se refere a Macias, para significar o namorado *par excellence*, segundo a moda do tempo. O *Cancioneiro Geral* (ou, pelo menos, os seus poemas, antes de Garcia de Rezende os publicar em 1516) era-lhe conhecido. Não é necessario frisar o facto do verso:

se se pudesse dizer ¹

apparecer num poema de Luis Anriquez no *Cancioneiro Geral*: *Se sse podesse dyzer*, mas muitos dos assumptos e metros de Gil Vicente acham-se nos poemas de Alvaro de Brito Pestana, Nuno Pereyra, Duarte de Brito, Dioguo Brandam. Os versos da *lamentação* deste ultimo:

Ó morte que matas quẽ he prosperado
Sem de fermoso curar nem de forte, etc. ²

são imitadas nos oito versos que começam: *Deje la muerte las niñas, las dueñas.* ³

A ortographia *té toi, té toi*, ⁴ parece indicar que o seu conhecimento de francês provinha mais de conversação do que de livros: e no *Auto da Fama* apparecem outras palavras francesas escriptas sónicamente. Disse-se que a sua descripção de Lucifer, *maioral do inferno*, corresponde ao *procureur des enfers* dos *mystères* franceses, que toda a concepção da sua trilogia das *Barcas* era provavelmente tirada da *Danse Macabre*, e que ha passagens do *Testamento de Maria Parda* que fazem lembrar o *Testament de Pathelin* (uma mula no *Cancioneiro Geral* faz um testamento semelhante). Não ha duvida de que algumas das suas peças tinham qualquer coisa das peças medievas francesas. E' natural que não fosse muito, apesar de as relações com a França serem frequentes, como no-lo mostram as referencias não só no *Cancioneiro Geral*, mas mesmo nas obras de Gil Vicente.

¹ *Auto da Alma*.

² *Lamentação* aa morte dell rrey dom Johan que santa gloria aja (1495).

³ *Auto de S. Martinho* (1504).

⁴ *Auto das Fadas*. Esta ortographia faz lembrar a interpretação suggerida para o verso de Dante: Inf. vii, i Pape Satan aleppe.

Era a critica mais cruel, dizer de um poeta que os seus versos não eram feitos em França senão em Marrocos:

quem sua troua fez
nam em França mas em Fez. ¹

Mas no fundo, por coração, Gil Vicente não pertencia á côrte cosmopolita, embora lhe lisonjeasse o gosto por tudo que era estrangeiro e peregrino, introduzindo duma só penada, numa das suas peças, um filho do rei da Hungria, um príncipe da Grande Grecia e um Consul de Veneza, *de alta genealogia*; ² ou uma *enselada* de França. As fontes em que elle, mais do que qualquer outro, bebia a sua inspiração — e é nisto que elle mostrava a sua grandeza e genuina originalidade — eram três, todas fontes de inexgotavel inspiração: o livro da natureza, o livro das tradições ³ populares e a Biblia, mais intimamente conhecida antes do seculo XVI do que depois. ⁴

Gil Vicente pouco ou nada inventou de novo. Mas, segundo a sua propria phrase, não era um simples echo no valle; colhia de toda a parte e o seu genio justificava a absolvição das suas colheitas. O Capitolio não deixava de ser Roma, por ser edificada com marmores de Corintho, como dizia Jorge Ferreira de Vasconcellos. Mesmo como dramaturgo nunca pretendeu ter outra originalidade, a não ser ter importado de Hespanha uma coisa nova para Portugal. O bom Garcia de Rezende, algumas vezes erradamente apresentado como depreciador mal intencionado de Gil Vicente, diz-nos (na *Miscellanea*) que o inventor foi Encina. De resto, a apresentação em scena de alguns generos de theatro, não constituia novidade. Alvaro Barreto, no *Cancioneiro Geral*, menciona Ruy de Sousa, um

tal fazedor de momos
qual ante nos se nam sabe;

Duarte de Brito refere-se aos

autos
nas festas da Imperatriz;

Duarte da Gama diz que

Nõ ha hy mays antremeses
no mundo onyuersal
do que ha em Portugal
nos Portugueses.

Cf. tambem a copia de momos, os galantes momos, e entremeses infindos em 1490.

¹ Dom Francysco Byueyro no *Cancioneiro Geral*.

² *Floresta dos Enganos* (1536).

³ No caso de Mofina Mendes, adoptou, segundo todas as probabilidades, um nome popular que personificava a infelicidade, a má sorte. É tentador, apesar de errado, ver no appellido o patronimico do basco *Mendi*, montanha: má sorte velha como as montanhas. É mais provável que significa *mesma*.

⁴ A scena no templo de Apollo, em que Apollo sóbe ao altar e começa *Estos son mis mandamientos: Amarás á las mujeres*, etc., etc., é talvez uma reminiscencia das parodias mediévas aos serviços da igreja, vulgares em Portugal, como allás em toda a parte.

Mas a pompa e grande espectáculo destes divertimentos, isto é, propriamente o *antremes*, em que os portuguezes eram eximios, lançou na sombra a parte litteraria, o *breve*, mesmo quando escripto por poetas celebres, como o Conde de Vimioso. E se em Gil Vicente a parte litteraria triumphava sobre a mecanica, isso era simplesmente devido ao facto de as suas scenas e caracteres serem reproduções fieis do que se passava na vida.

Tambem elle, que tão equitativamente distribuia as suas satiras, veio por sua vez a soffrer dos *detractores* e *linguas damnosas*, a eterna queixa dos escriptores portuguezes.¹ Um dos pontos em que o atacaram foi, sem duvida, o facto de se servir duma linguagem baixa, indigna dum escriptor correcto. Os criticos modernos dizem que elle escreveu uma grande parte das suas peças numa especie de *aravia*² ou *algarabia*. Mas uma analyse cuidadosa das suas obras revela-nos que, á semelhança de Cervantes, não é ao acaso que elle reparte os seus diferentes estylos e dialectos, mas sim com extremo cuidado e propriedade. Quando quer, escreve, tanto em prosa como em verso, no mais puro e vernaculo portuguez, claro, cuidado³ e idiomático.⁴

Mas não é este o estylo que elle põe na bocca dos seus rusticos. Isso seria absolutamente descabido. O seu objecto é ser natural. As suas personagens do povo não escolhem nem attenuam as suas palavras, não são Phyllises e Corydons de porcelana, são realmente o que elle lhes chama, *rusticos pastores*, e falam chão como João ou Braz. Transpõem consoantes, comem palavras, *fallão cerceado*, servem-se de palavras e phrases provincianas, archaicas. A palavra *cenreira*,⁵ incluída, um pouco mais tarde, por Duarte Nunes de Leão, no seu capitulo *De algũs vocabulos que os homẽs polidos não deuem usar*,⁶ é usada pelos vilões de Gil Vicente e é usada por Ines Pereira, a filha vã e vaidosa duma mulher de Lisboa, de *baixa sorte*. Os seus *beirões* servem-se de palavras conhecidas como peculiares da Beira; os seus pretos tagarellam num estropiado portuguez da Guiné (*a mi falla Guiné*) e o seu italiano, tem, é claro, de falar italiano, e o francês, evidentemente francês; as ciganas da Grecia e as deusas gregas trocam todos os *ss* por *zz*. (Cf. João de Barros, *Compilação* (1785), pg. 218: o *çeçar cigano de Sevilha*). Quando emprega algaravias inintelligiveis fa-lo com um certo fim, na bocca dum padre, por exemplo, *hum clerigo nigromante*, esconjurando os diabos: *Zet zeberet zerregud zebet*;⁷ ou então nas falas do proprio diabo, num pretenseo «picardo» de cuja pureza nos é licito duvidar, embora fosse possivel que Gil Vicente tivesse

¹ Para citar apenas um, Duarte Pacheco Pereira no seu *Esmeraldo de situ Orbis* investe com bastante azedume contra os *mordedores maldizentes mormoradores*.

² Cf. *mill aravias* (*Canc. Geral*).

³ Difficilmente se achará meia duzia de superlativos em *issimo* nas suas obras.

⁴ O seu hespanhol, por outro lado, está eivado de luzitanismos.

⁵ Aparece mais duma vez no *Cancioneiro Geral* e é vulgar na Galliza moderna.

⁶ *Origem da Língua Portuguesa*. Lisboa, 1606. Cap. 25.

⁷ *Exortação da Guerra* (1513). *Zerregud* = very good? A personagem que, na *Romagem de Aggravados*, sabe a Biblia de cór sem poder resar uma Ave Maria e que pronuncia *senhora sínoga*, é evidentemente estrangeira, talvez inglesa ou allemã. É muito natural que Gil Vicente, que convivia com o povo e se misturava ás multidões, *no chão como outra desmazelado*, tivesse apanhado aqui e allí algumas palavras inglesas, talvez a algum marinheiro inglês, ou de qualquer outro modo.

aprendido algumas palavras com Diogo Zeymoto, poeta do *Cancioneiro Geral*, que tinha percorrido

a Picardia
& a terra do Dalfym,
França & Lombardya.

Com respeito á mistura de português e hespanhol, que apparece tambem nas suas obras, é forçoso reconhecer que não é indistinctamente que as suas personagens falam uma ou outra lingua, como acontece com outros escriptores, Simão Machado, por exemplo, que, nas suas peças, põe um camponês a falar português e outro hespanhol, sem que se possa saber porquê, ou Soror Violante do Ceo, auctora dum pequeno vilancete que começa numa lingua e acaba na outra. Gil Vicente escolhe a linguagem das suas personagens com um fim, que é geralmente a sua preocupação de verdade e naturalidade. Como regra geral, o povo fala português, os cortezãos e a gente educada falam hespanhol. O juiz formado em Paris fala hespanhol, a moça da *Floresta de Enganos* (1536) português. Cupido, nesta ultima, fala hespanhol, o *pastor rustico* responde-lhe em português, o philosopho discreiteja em hespanhol e o mercador exprime-se em português. Na *Fragoa d'Amor* (1525) apparecem realmente *serranas* falando hespanhol, mas deve notar-se que *figurão planetas*, não são propriamente pastoras. E se na *Comedia sobre a divisa da Cidade de Coimbra* ha um lavrador que fala hespanhol, é por ser o *muito nobre Lavrador*; igualmente no *Auto da Fé* apparecem os vilões falando hespanhol, evidentemente para fazer realçar o contraste entre elles e a *Fé* que, como era natural, tinha de falar português. Nas suas obras posteriores, como na *Farça dos Almocreves* (1526), ou na *Nao d'Amores* (1527), os fidalgos exprimem-se em português e outro tanto succede ao padre cortezão da *Romagem de Aggravados* (1533), mas estas apparentes excepções podem ser um indicio da mudança de gosto que se dêsse na côrte depois da morte de D. Manuel. O que se pôde affirmar com segurança é nunca ser ao acaso que Gil Vicente põe esta ou aquella linguagem na bocca das suas personagens. Acima de tudo tem um ouvido finissimo para o estylo e por isso muitas vezes se deleita com o som de certas palavras, muitas talvez da sua lavra, que teriam feito as delicias do coração de Edward Lear, entre outras, p. ex.: «escarnefuchar, sandivarrão, demenesteco, desgorgomelado, manguispanado, balcarriadas».

Desde a descoberta de Gil Vicente no seculo XIX, tem havido uma certa tendencia para exaggerar a influencia que elle exercen. A sua popularidade em Portugal foi de curta duração. Emquanto vivo tornou-se conhecido do «vulgo» em «folhas volantes.» As suas peças correram de mão em mão, e muitas perderam-se antes da apparição, em 1562, da primeira edição colleccionada. Sabe-se que o Rei D. Sebastião as leu com prazer. Varios dramaturgos lhe seguiram as pisadas. Simão Machado escreveu algumas scenas rusticas que, pela sua naturalidade, não estão muito longe das delle. Nas peças de Antonio Prestes ha muitos indicios de imitação directa. O moço do escudeiro em Gil Vicente dorme sobre *hila arca*. No *Auto dos Cantarinhos*, de Antonio Prestes

a moço de escudeiro
Por cama lhe é dada arca.

Que má cousa são villãos! exclama Gil Vicente, e Prestes insere o verso no *Auto*

do *Mouro encantado*. Ahi temos um escriptor que decerto leu ou ouviu as peças de Gil Vicente. Camões tambem as leu e deleitou-se com essa leitura. Talvez tivesse no espirito uma passagem de *O Juiz da Beira* quando, longe da Patria, fez os seus versos a *hũa cativa*:

amores de Mouro,
Já sabeis o fogo vivo,
Ella captiva eu captivo;

e é provavel que o seu calemburgo *embarcado desembargado* lhe fosse suggerido pelo *Auto da Barca do Purgatorio*.¹ Mas a voga de Gil Vicente morreu com o seculo XVI, em parte, porque nos dois seculos seguintes se operou uma transformação no gosto, que levou a preferir tudo que era polido e elegante ao que tinha um character genuinamente rustico e popular, e em parte por elle estar incluído no *Cathalogo de los Auctores damnados por la Iglesia*.²

Da Inquisição, que entrou em Portugal quando Gil Vicente saiu, não se podia esperar que tolerasse algumas das suas criticas, demasiadamente livres, numa época em que as suspeitas de heresia eram aos cardumes. Mas é que Gil Vicente estava já fóra da moda. Representava a velha alegria do povo portuguez nas suas dansas e canções. Elle proprio assistiu á transformação que invadiu o paiz, ouvindo, em vez dos alegres cantares rusticos, as dolentes canções tão chorosamente cantadas que, segundo elle diz, decerto tinham sido escriptas por algum judeu de Aveiro á morte de seu avô. E tanto assim que Duarte Nunes de Leão pôde dizer, no começo do seculo XVII, que o gosto por cantigas alegres é signal de plebeismo:

«Porq̄ hũ homem plebeio ou rustico mais se contentaraa de ouvir hũa chacota ou cantiga villanesca que hũa canção de artificiosa compostura & de toada mui lamentavel», donde se conclue que os homens de boa educação eram da opinião de Amandria, no *Dom Duardos*:

La musica debe ser
La madre de la tristeza.

Comprehende-se, pois, que Gil Vicente, com as suas scenas de alegria natural, fosse considerado antiquado e posto de parte. No tempo de Manuel de Fa-

¹ Eis a conversa entre Marta e o diabo:

M. Embarcade lá esta figa.
D. Passará esta fadiga,
Seremos desembargados.

² É esta a expressão usada por Antonio de Sousa de Macedo nas suas *Flores de España, Excellencias de Portugal*, Lisboa, 1631.

ria e Sousa (1590-1649) as suas peças são tidas na conta de *poquissima cosa*,¹ ou na melhor das apreciações *aurum in stercore*.² Basta dizer-se que a terceira edição das suas obras não appareceu em 1590, nem em 1600, mas apenas em 1834. Crê-se que Lope de Vega (1562-1635) foi buscar a idéa de *El Viaje del Alma* á admiravel trilogia das *Barcas*, e é possivel que assim fosse. Mas que Calderon (1600-1681) o imitasse no seu auto, *El Lyrio y la Azucena*, é muito pouco provavel; pelo menos é bastante para estranhar que o seu contemporaneo, Nicolas Antonio (1617-1684) apenas soubesse das peças de Gil Vicente que estavam impressas separadamente (*seorsim*) e julgasse que eram em prosa (*prosaicas*). O auctor desconhecido de *Lazarillo de Tormes* parece que as leu, e Cervantes tambem; quer dizer, Gil Vicente foi lido em Hespanha e Portugal até ao fim do seculo XVI. Na primeira parte do *D. Quixote* 31.º capitulo, ha uma passagem que pode ser uma reminiscencia da *Farça dos Phisicos*. Nesta ha entre o *clerigo* e o *moço*, que elle tinha mandado com uma carta á sua apaixonada, o seguinte dialogo:

CLER. Que hacia?
 MOÇO. Ensavoava

 CLER. Y la carta desdichada?
 MOÇO. Rompeo-a de barra a barra:
 Ei-la aquy esmigalhada.

«Y que hacia», pergunta Don Quixote, «aquella reina de la hermosura?...» No la hallé, respondió Sancho, sino ahechando dos hanegas de trigo en un corral de su casa... la carta... la rasgó y la hizó menudas piezas.»

Tem-se mesmo acreditado, talvez por suggestão da lenda,³ que a filha de Gil Vicente, Paula, escreveu uma *grammatica inglesa* para uso de leitores ingleses, que Shakespeare foi influenciado por Gil Vicente. E' uma theoria tentadora, tanto mais que a magnifica presença de espirito e confiança em si do *fidalgo*, na *Farça dos Almocreves*, é uma verdadeira previsão de Falstaff, e o repetido *Hão de matar Frei Martinho* do frade louco da *Nao d'Amores* lembra immediatamente e «*poor Tom's acold*» do *King Lear*. Mas dizer que Shakespeare foi influenciado por Gil Vicente é tão phantastico como affirmar que elle tenha lido Antonio Prestes pelo facto de, no *Auto dos dois Irmãos*, deste ultimo, haver dois filhos que tratam o pae precisamente da mesma maneira, como Regan e Goneril tratam o Rei Lear. Por esse andar até o genio de Goethe precisaria de ter lido o *Auto da Alma* para saber que a alma das mulheres se pode tentar com a vista de joias. Foi Ducarme, num artigo publicado em *Le Muséon*, em 1885, quem, pela primeira vez, comparou passagens do *Fausto* com passagens do *divin et éthéré Auto*

¹ Assim se tem citado varias vezes, mas o que Faria e Sousa escreveu foi «Gil Vicente, el que escribió tantos autos y que tan estimados fueron (con) poquissima causa». *Rimas Varias*. (Lisboa, 1685). Tomo 2, p. 388.

² Francisco Soares Toscano. *Parallos de Principes*. Evora, 1623, p. 159; e *Catalogo dos auctores*, p. CXXIX.

³ Visto que tal *grammatica*, segundo diz a senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, nunca appareceu.

das Almas, ¹ especialmente a passagem — *ach nein! das geht jetzt noch nicht an* — com a que começa: *Não me detenhais aqui*. Mas é mais com todo o espirito das peças de Gil Vicente do que com simples passagens individuaes que algumas partes do *Fausto* têm muito de commum:

Juchhe! juchhe!
Juchheisa! Heisa! He!
Geschrei und Fiedelbogen.

E' que todos estes escriptores sondaram, com o mesmo espirito de verdade, o coração humano, e por isso se encontram nas profundidades ou nas grandes alturas. Deve acrescentar-se-lhes Molière: algumas scenas Vicentinas de farça pura, e da *Floresta de Enganos* em que o juiz, *doctor hecho en Sena*, é surpreendido peneirando em *fraldas de panadeira*, a que apresenta os doutores incompetentes com as suas phrases feitas, e de Frei Paço ensinando á aldeã a etiqueta do paço e fazer uma mesura, podiam ser extrahidas de *Les Fourberies de Scapin*, *Le Malade Imaginaire* ou *Le Bourgeois Gentilhomme*.

Desde 1834 que os criticos se occupam de Gil Vicente, e as suas scenas, naturaes, illitterarias, com menos sabor ao estudo, do que ao campo, aos montes e á rua, correspondem fortemente ao gosto do seculo XX. Está nas mãos auctorizadas da Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, ² Dr. Theophilo Braga, ³ General Brito Rebello, ⁴ Senhor Anselmo Braamcamp Freire, ⁵ Dr. Leite de Vasconcellos, ⁶ Senhor Affonso Lopes Vieira, ⁷ e é licito esperarmos com confiança que

¹ É possível que Gil Vicente fosse buscar a idéa deste auto ás *Cantigas de Santa Maria* do rei Affonso. Na 45.^a os anjos e o diabo disputam a alma dum rico e nobre cavalleiro, que acabam por salvar

Estad' estade
Ca non quer Santa Maria
que a uos assi leuedes.

Na 75

os diabos
muit' espantosos e feos
e negros mui mas ca mora

levam a alma dum usurario rico e orgulhoso.

E a alm'assi dizia:
que será de mim, cativa,
etc.

Cantigas de Santa Maria. Madrid, 1889. 2 vol.

² *Notas Vicentinas*. I. Coimbra, 1912.

³ *Gil Vicente e a criação do theatro nacional*. *Hist. da Litt. Port.* II. *Renascença*. (Porto, 1914) p. 86-102.

⁴ *Gil Vicente (Grandes Vultos Portugueses, n.º 2)*. Lisboa, 1912.

⁵ *Gil Vicente, poeta e ourives*. Coimbra, 1914.

⁶ *Gil Vicente e a linguagem popular*. Lisboa, 1902.

⁷ *A Campanha Vicentina*. Lisboa, 1914.

elle surja, como a sua Justiça da *Fragoa d'Amor*, libertado de tantas gralhas, corrupções e erros de que infelizmente anda cheio e enriquecido pela explicação de tantas allusões que nos embarçam nas suas obras. Tem-se dito que Camões encerra em si uma litteratura. Gil Vicente encerra uma nação. Representa o povo portugûes na sua expansão atravez das suas linhas naturaes, nacionaes. A sua leitura desperta um grande interesse em muitos leitores, satisfazendo as predilecções mais variadas. Uns são attrahidos pelo requinte do seu lyrismo, outros pela sua satira cheia de graça, ou pelos seus esboços cheios de verdade da vida, pela luz lançada pelas suas obras na Idade Media, na historia do seculo XVI ou na vida da côrte; outros ainda procuram nelle a satisfação das suas predilecções por philologia, folklore ou pela poesia primitiva de Portugal.¹ Gil Vicente pertence áquelles que Sainte-Beuve classifica de: «petit nombre d'écrivains qui ont un privilège: ils ont peint l'homme dans leurs œuvres ou plutôt ils sont l'homme, l'humanité même, et, comme elle, ils deviennent un sujet inépuisable, éternel d'observations et d'études». Mas embora a esphera das suas obras seja universal, elle ha-de ficar sempre o mais nacional dos poetas; é mesmo pelo facto de as suas peças serem absolutamente indigenas que o seu interesse é universal.

AUBREY F. G. BELL.

Trad. de MARIO de ALEMQUER.

¹ As suas peças vêm reforçar a theoria de que as cantigas (*cossantes*) com que abre a litteratura portuguesa eram cantigas parallelísticas, respondendo os versos repetidos (*leixapren*) e a pausa (ou estribilho) ás evoluções da dança.

Padroado português no ultramar

(CONTINUAÇÃO DE PÁG. 143 DO VOL. IV)

II

A decadência

A evangelização e o governo espiritual, nos vastos domínios portugueses do século XVI e nas immensas regiões incluídas na esphera do padroado, exigiam tão grande número de sacerdotes, que bem difficil seria ao país, em quaesquer circumstâncias, desempenhar satisfactoriamente o glorioso papel que lhe fôra distribuído.

A falta de missionários evidenciou-se desde que se esboçou mais larga tentativa de expansão religiosa e política no ultramar. Em 1526 reclamava o rei do Congo que lhe enviassem ao menos cinquenta sacerdotes, para que, repartidos nos senhorios de seus reinos, convertessem os povos á fé cathólica; e não era possível satisfazer o pedido.

Como os cânones inibiam os regulares de exercerem o ministério parochial, S. Pio v concedeu-lhes em 1567 dispensa de tal prohibição, por não haver clero secular em número sufficiente para acudir a tantas terras. Os missionários regulares tambem não bastavam, embora se procurasse attrahí-los. O campo era vastíssimo, e bom número dos que iam prègar a fé e ensinar a civilização pereciam heroicamente victimados pela doença em climas inhóspitos, pelas privações e trabalhos e muitas vezes pela perseguição. A Santa Sé procurou por todos os meios ao seu alcance estimular o zelo dos missionários e multiplicar o número d'elles; porém os resultados obtidos eram insufficientes, principalmente por causas que tinham a sua raiz em Portugal. Não só no reino se não adoptavam providências sérias para augmentar convenientemente o número dos missionários, como tambem, por uma lei cuja data ignoramos, se prohibiu que fossem á Índia religiosos estrangeiros. Em 1620 estendeu-se esta providência a todas as conquistas da corôa de Portugal, o que muito se recommendou aos prelados das ordens e ás auctoridades residentes nos portos de mar. Tão longe se levou o zelo nesta matéria, que em 1636 foram mandados sair da Índia os prelados estrangeiros que alli tinham os jesuitas. Depois da revolução de 1640 augmentou o rigor na exclusão de sacerdotes estrangeiros, por se evitar que em domínios portugueses missionassem súbditos espanhoes.¹

¹ Provas na *História da Igreja em Portugal*, t. III, p. I, pág. 645 e seg., 687, 697-698, 716, 722 e 725.

As diligências que em Portugal se empregavam para dar impulso ao trabalho das missões eram insufficientes e por tanto inefficazes. Em 1624 recommendava El-Rei ao provincial da Companhia de Jesus, que enviasse a Angola e ás mais conquistas missionários bastantes e capazes para se dedicarem á propagação do Evangelho. Três annos depois foi determinado que se consultasse com os jesuitas práticos o modo de estabelecer nas universidades de Portugal seminários numerosos de negros da costa de África, os quaes, depois de aprenderem theologia, alli fossem missionar, como afeitos ao clima e mais bem acceitos de seus nacionaes. Em 1628 mandou El-Rei que a Mesa da consciéncia e ordens se reunisse uma tarde cada semana, para tratar dos meios de dar incremento á propagação do Evangelho no ultramar, «e enviar áquellas partes obreiros bastantes e de sufficiência»; e de tudo se lhe daria miuda conta. Um dos objectos de estudo seria o modo de repartir as terras do Maranhão entre as diversas ordens religiosas para lá exercerem o apostolado. Effectivamente a Mesa da consciéncia estudou a questão, como consta de um documento do anno seguinte; porém não temos noticia que de seus alvitres resultasse qualquer providéncia notavel.¹

Em taes circumstâncias começou a Santa Sé a enviar vigários apostólicos e missionários para terras do oriente, nas quaes se não exercia de modo effectivo a soberania portuguesa. Como vigário apostólico foi em 1636 mandado ao Japão o arcebispo de Mira, que todavia lá não poudo entrar. Dez annos depois incumbiram-lhe egual missão na China. Posteriormente a Congregação da Propaganda enviou tambem vigários apostólicos para as missões do Tonquim, Cochinchina, Cambaia e Sião.

A Inquisição de Gôa e outros agentes portugueses não hesitaram em hostilizar os missionários da Propaganda, mesmo quando constituídos na dignidade de vigários apostólicos, levando o seu indiscreto zelo até ao ponto de os encarcerarem. Em 1673 condemnou Clemente x semelhantes procedimentos, a propósito dos vexames infligidos ao bispo de Beryto; declarou que não era aquella a missão do tribunal do Santo Officio, e da jurisdicção d'este isentou os vigários apostólicos e missionários já enviados ou que posteriormente se enviassem á China, Cochinchina, Tonquim, Sião, Camboja e outras terras orientaes não sujeitas ao dominio temporal do monarcha portuguez. A mesma doutrina affirmou o pontifice em diversos diplomas.²

Procurou D. João v obviar as consequéncias de taes factos, instando desde 1716 pela revocação dos vigários apostólicos. No mesmo intuito pediu á Santa Sé, em 1745, que erigisse em dioceses as missões do Tonquim, Cochinchina, Cambaia e Sião, confirmando-lhe o padroado d'ellas, e pela sua parte se obrigava a dotá-las e a apresentar os respectivos prelados. O reparo, porém, era tardio e sem garantias de se não reincidir no cruel abandono das christandades do oriente.

D'este modo, e ao passo que o Estado portuguez foi descurando os negócios religiosos do ultramar, desamparando núcleos de fieis em diversos pontos e esquecendo completamente populações que o direito de padroado punha sob a sua esphera

¹ Vid. *História da Igreja em Portugal*, t. III, p. 1, pág. 648.

² Breves de Clemente x *Cum ad aures* e *Cum per litteras*, de 10 de novembro de 1673; e *Sollicitudo pastoralis officii*, de 22 de novembro do mesmo anno. *Bullarium patronatus*, t. II, pág. 132, 133 e 136.

de acção, restringiu-se o exercício de aquelle direito a limites cada vez mais apertados. Não era legítimo deixar os progressos da fé christã e da civilização dependentes da incapacidade tantas vezes e por tanto tempo revelada e comprovada; e nem se pode accusar a Santa Sé de ter adoptado precipitadamente providências restrictivas, quando ella deu provas da maior longanimidade e por vezes da mais condescendente benevolência.

Passada a época das glórias militares e dos extensos domínios no oriente, o padroado ficou sendo, até ao século xx, a única grandeza que alli nos restava, não só como histórico monumento da nossa epopeia ultramarina, mas ainda como título e fundamento do prestígio do nome portuguez entre tantos povos differentes na côr, na língua e nos costumes, e todavia unidos pelo sentimento de gratidão a quem primeiro lhes levara o beneficio da fé christã. Nenhum povo podia ser indifferente á posse de tão larga e decidida influênciã moral, a não ser que previamente abdicasse das suas mais bellas tradições e do brio de defender e alargar a honra do próprio nome. Foi pela força do padroado que o prestígio de Portugal e até da língua portuguesa, em certas paragens do oriente estranhas á nossa soberania, resistiu durante séculos a todas as vicissitudes. Numa carta escripta de Bombaim em 30 de maio de 1856, dizia o Dr. Hartmann, narrando a visita que acabava de fazer a algumas missões do Decão: «Em Darhwar disse missa e preguei; e como nem todos entendiam a língua (*inglesa*), tive o cuidado de fazer explicar o meu discurso, palavra por palavra, na língua portuguesa.»¹

A sustentação do padroado não era tão onerosa como á primeira vista se pode suppôr. Pelo menos na maior parte, os conventos e hospícios de missionários regulares eram sustentados pelas piedosas oblações dos fieis.² Das missas de devoção e de testamento e de vários benesses tiravam os missionários ordinariamente o necessário á existênciã. As despesas do culto e da conservação das igrejas eram satisfeitas pela generosidade dos fieis, em certos casos bastante para se constituir fundo que garantisse o futuro e para custear instituições pias; e d'este modo adquiriram muitas d'ellas patrimónios importantes.³

A ruína das missões teve como primeira consequência a perda de immensos trabalhos realizados e a destruição de obras materiaes que eram outros tantos padrões de vida civilizada. Na segunda metade do século XIX, missionários e exploradores que percorreram várias regiões da costa africana e do sertão encontraram numerosas relíquias da antiga obra missionária. Na colónia alemã de Togo havia pelos fins de aquelle século naturaes que se appellidavam Sousas, Almeidas, Aguiares, e usavam outros nomes portugueses; não obstante conhecerem pouco a

¹ *The Bombay Catholic Examiner*, de 9 de junho de 1856.

² Assim o reconheceu ainda o decreto de 16 de abril de 1822, publicado na *Gazeta*, n.º 98, de 27 do mesmo mês e anno.

³ Acêrca da importância do padroado portuguez no oriente, ainda sob o ponto de vista dos interesses materiaes, vid. D. JOÃO CHRYSÓSTOMO DE AMORIM PESSOA, *Memória sobre o real padroado portuguez*, Obras, t. III (Lisboa, 1887), pág. 163 e seg. Em 1870 calculava-se em mil contos de reis o valor material dos fundos e propriedades do padroado, entrando o valor dos templos. Só o património da missão de Bengala, adquirido pelos missionários agostinhos, valia mais de duzentos contos de reis. Encontrando-se neste momento (1916) abandonado e extinto, ou em via de extincção, o padroado portuguez, todo aquelle importante pecúllo, que em grande parte beneficiava portugueses, passará gradualmente e em curto prazo ás mãos de estranhos.

nossa língua, rezavam em português e tinham devocionários portugueses; e por taes títulos se consideravam superiores aos outros indígenas.

Em S. Jorge da Mina, cidade da costa do Ouro, havia pelo mesmo tempo ruínas de um templo cathólico, construído pelos antigos missionários e consagrado a Santo António, segundo a tradição. Os naturaes perderam a fé christã, por falta absoluta de clero; mas não queriam confundir-se com os demais gentios e usavam nomes relacionados com o onomástico europeu e christão. Uns chamavam-se *Santantoniofus* (Santo António), outros *Maraiafus* (Santa Maria). Muito no interior encontrou um missionário protestante certo povo com muitos costumes e cerimónias que faziam lembrar a religião cathólica; e cantava-se lá uma melodia que terminava com o estribilho: *Abe (avè) Maria! Abe Maria!*¹

Em S. Salvador e noutros pontos do Congo, existiam no último quartel do século XIX não só restos de antigas edificações religiosas, como também grande número de imagens e objectos do culto, que os indígenas guardavam em todo o recato. Já não falavam o português, porém muitos ainda o comprehendiam. Com o seu culto misturavam práticas de origem christã; e na vida social conservavam alguns rudimentos de civilização europeia.²

Em junho de 1866, o benemérito Padre Espitallié foi com outros missionários á foz do rio Bengo, em visita ás ruínas de um antigo convento de franciscanos, chamado de Santo António, do qual lhes tinham falado com admiração. « Após uma hora de viagem — diz elle — por uma vasta planície de aspecto bastante monótono, onde corre o Bengo, chegámos á aldeia de Quinfangundo, e ao fim de duas horas encontrámo-nos junto ás ruínas do convento de Santo António. Ignora-se a história d'este mosteiro. Sabe-se apenas que é um monumento muito antigo; hoje apenas resta a capella arruinada. Em volta ainda se notam vestígios das antigas culturas, nas quaes, segundo se diz, empregavam os padres grande número de escravos. Ainda lá achámos uma boa variedade de árvores de fructa; estas regiões, porém, outr'ora tão férteis, são hoje pouco salubres por causa dos pântanos que lá existem.»³

A decadência da obra missionária, instrumento de toda a expansão religiosa no ultramar e portanto função do padroado, procedeu de causas variadas. Uma d'estas foi a decadência dos institutos monásticos, que não podiam fornecer pessoal idóneo em número sufficiente para tão largo campo de acção, nem mesmo quando o número de frades da metrópole era manifestamente excessivo. O vicioso recrutamento de religiosos e as infracções de toda a espécie na disciplina monástica, além de reduzirem a modestas proporções o número de indivíduos aptos para os trabalhos missionários, quasi tornavam inevitavel que partissem alguns de qualidades negativas. Por estas mesmas razões enfermavam de males idénticos algumas casas religiosas do ultramar.

Em portaria de 20 de março de 1759, dirigida ao ministro provincial dos

¹ *Portugal em África*, vol. III, Lisboa, 1896, pág. 191.

² Pormenores em JAIME PEREIRA DE SAMPAIO FORJAZ DE SERPA PIMENTEL, *Um anno no Congo*, cap. II, *Portugal em África*, vol. VI, pág. 154 e seg. O mesmo trabalho foi publicado em separata.

³ *Portugal em África*, vol. VII, pág. 213-214. Outras notícias da mesma natureza se encontram *ib.*, pág. 219-220; e em D. ANTÓNIO JOSÉ DE SOUSA BARROSO, *Relatório da prelazia de Moçambique* (Lisboa, 1895), pág. 20.

franciscanos observantes do Estado da Índia, accusavam-se aquelles religiosos de violarem a observância do seu instituto, vivendo uns fora dos claustros, «sem obediência e sem doutrina», e exercendo outras occupaões indecentes e impróprias da sua profissão, sob o especioso pretexto de coadjuvarem os párochos, que também eram religiosos. Chegara a tal decadência o zelo, que devia haver nos superiores, da perfeição e instrucção dos súbditos, que tinham concorrido «para nelles se perpetuar a ignorância, admittindo a tomar o hábito da ordem e a professar nella sujeitos ignorantes até da língua latina»; e, o que mais era, «habilitando para tomarem as ordens sacras os que haviam sido reprovados pelo prelado diocesano, passando-se-lhes para este effeito demissórias dirigidas aos bispos de outras dioceses em que não residiam os ordinandos.» Finalmente haviam introduzido ultimamente «nos provimentos das igrejas o pernicioso abuso de nomearem religiosos com o título de reitores para nellas residirem, com a reserva dos rendimentos para os definidores da ordem, que assistiam nos conventos.» El-Rei mandava reformar todos estes abusos; e ao mesmo tempo recommendava ao arcebispo de Goa, que, caso a reforma se não fizesse e elle a julgasse conveniente, a pedisse á Sé Apostólica ou ao geral da ordem seráphica. Como estas providências não tivessem o effeito desejado, o governo português alcançou do núncio, em 1785, dois breves, pelos quaes era o arcebispo de Gôa constituído visitador geral e reformador de todas as ordens regulares estabelecidas na Índia, como consta do aviso régio de 7 de março de aquelle anno.

Em 1800 informava o governador de Cabo Verde, que os hospícios de religiosos em Bissau e Cacheu se encontravam muito decadentes, por se escolherem para as missões de Cabo Verde e Guiné «sujeitos da mais conhecida irreligião e pravidade.» Os missionários dedicavam-se a interesses mundanos; *o commercio era o idolo das suas acções e a igreja um ente ideal de que jamais se lembravam.* Poucos eram os que se afastavam d'esta regra, pelo que o governador havia supplicado que lhe enviassem «missionários virtuosos e sábios, que com o seu exemplo e zelo convertessem e edificassem aos povos, e com as suas luzes os instruissem, sendo o único remédio por que se tornariam úteis e proveitosos á religião e á sociedade.»¹

A ausência de escrúpulo na escolha de missionários revela-se claramente no alvitre, que em 1824 se offerencia, de desembaraçar o governo e a sociedade de certos clérigos «immoraes, inquietos e turbulentos», e que no reino se tornavam «escândalo da religião», enviando-os para a Africa na qualidade de missionários.²

Não só deixavam a desejar as qualidades de muitos, como também o número era deficientíssimo. A falta aggravou-se em extremo, a partir de 1759, com a expulsão dos jesuitas, cujas missões no Brasil, na Africa oriental e no Oriente, eram as mais notáveis e de mais abençoados fructos. Na sua *Memória estatística*, diz Xavier Botelho, referindo-se ao valle do Zambeze, que «pode affirmar-se sem medo de errar, que só os jesuitas haviam alli sesmarias pingues e bem grangeadas. Na Africa oriental, as que possuíam esta congregação e os religiosos de S. Do-

¹ Docum. clt. por CHRISTIANO BARCELLOS, *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*, p. III, pág. 161.

² *Policia secreta dos últimos tempos do reinado de D. João VI* (Lisboa, 1835), pág. 159-160.

mingos eram as únicas que prosperavam e floresciaam. Expulsos os jesuitas, os dominicanos, que luctavam com falta de pessoal, tiveram de dividir a sua actividade por mais extensos territórios, compromettendo d'este modo o éxito de seus trabalhos.

Para a Índia e para outras terras ultramarinas não foi menos desastrosa a expulsão dos padres da Companhia de Jesus. No meado do século XVIII havia na Índia, além de numeroso clero secular, nove grandes casas de educação ecclesiástica, nas quaes eram instruídos e preparados por mestres que iam do reino os missionários destinados á evangelização da Índia, da China, de Timor e da Zambézia. Os jesuitas ensinavam nos collégios de S. Paulo e de S. Roque, nas aulas públicas da casa professa do Bom Jesus, no noviciado do Chorão e no collégio de Rachol; os dominicanos no collégio de Santo Thomás de Aquino; no de S. Boaventura os franciscanos; em Nossa Senhora do Pópulo os augustinianos; no Carmo os padres do Oratório; havia annexa a cada igreja parochial uma escola gratuita de leitura, música e canto. Expulsos os jesuitas em 1759 e extinctas as demais ordens religiosas em 1834, perderam-se todas aquellas escolas de missionários.

Em officio dirigido ao governo da metrópole em 10 de fevereiro de 1789, queixava-se o arcebispo de Gôa do lamentavel estado em que se achavam as christandades das missões de Maissor e Maduré, opprimidas pelas perseguições do Tipú-Sultão; e declarava que não podia dar providências de missionários enquanto durasse a perseguição. Acrescentava que não lhe era possivel mandar para lá mais de dois ou três religiosos da Madre de Deus; e como não convinham as misturas de padres de diversas ordens na mesma missão, poder-se-hiam admittir os missionários italianos da Propaganda. O ministro conferenciou com o nuncio, e pouco depois a Santa Sé promptificou-se a mandar missionários da Propaganda; se isso fosse do agrado da Rainha.

A propósito da falta de missionários, já anteriormente, em 9 de abril de 1788, escrevêra o ministro ao arcebispo, que não via difficuldade, nem grandes inconvenientes, em se mandarem para a referida missão alguns padres de diferentes religiões, e ainda alguns clérigos seculares. Na verdade, os missionários de Cochim, de que o bispo se queixava, eram todos da mesma religião, e nem por isso procediam bem; antes, pelo escândalo que davam, mais concorriam para a destruição que para a edificação de aquella christandade. «E' necessário calcular — dizia — se poderão resultar maiores inconvenientes da admissão dos propagandistas, ou da mistura dos nossos missionários.»

Falhavam todas as tentativas para melhorar a qualidade e augmentar o número dos missionários. Como o bispo de Meliapôr pedisse alguns ao arcebispo de Gôa, este respondia-lhe no 1.º de junho de 1796:

«Tenho visto a relação que V. Ex.ª me dá da necessidade de suas igrejas e o estado d'ellas. Eu sou o primeiro que me compadeço, mas saiba V. Ex.ª que eu não tenho ministros para mandar para as missões. As religiões estão exaustas de sujeitos idóneos. Tem-me custado muito descobrir um domínico para ir com o governador de Timor. Necessito de mais dois, um para Nanquim, outro para o arcebispado de Cranganor; e por mais que deite os olhos — porque de Portugal não ha que esperar — só se os mandar fazer a Pilerne (terra de oleiros). Tal é o lamentavel estado em que se acham as religiões. Ainda confessores só têm dois ou três. Se o provincial dos franciscanos largar dois rapazes, que o anno passado approvei para confessores, irão. Dos mais que vieram de Cochim, nem um só é confessor, e tão materiaes, que não sei como parochiavam naquella diocese. O maior castigo que Deus me pedia dar era transportar-me para uma d'ellas. Dos

clérigos não sei que diga. Foi-me necessário pôr de participantes e ultimamente mandar do aljube dois para Cochim. E' difficultoso arranjá-los de Gôa, ainda que depois de saírem sentem a mesma difficultade em voltar. Elles totalmente carecem do espirito de missão. Só a conveniência os anima. Veja V. Ex.^a se de lá os pode convidar. Ha dois annos anda um de Ribandar para ir para Meliapôr, e ainda se não desembaraçou. Ha poucos mêses o mandei examinar, e saíu *minus habens.*

Foi nestas circumstâncias que os missionários da Propaganda entraram nas terras do padroado. Como os bispos e as auctoridades portuguezas reclamassem logo contra tal facto, Martinho de Mello e Castro, secretario de Estado, tratou d'este negocio com o nuncio, cardeal Ranuzzi, e com o auditor, Monsenhor Antonini. Então a Santa Sé offereceu-se para retirar immediatamente os missionários propagandistas das terras pertencentes ás dioceses portuguezas, se a Rainha assim o indicasse; porém nenhuma indicação se fez, pelo receio de virem a faltar pastores ás christandades, se aquelles missionários se ausentassem, não tendo Portugal outros que os substituíssem. Pediu-se informação ao arcebispo de Gôa, que nada informou, talvez por se ver um pouco entre Scylla e Charybdes. A Santa Sé continuou a enviar missionários para as terras do padroado, suppondo justamente a annuência do padroeiro. Assim se collige do officio de 8 de abril de 1788, enviado pelo ministro ao arcebispo de Gôa.

Em todas as terras do ultramar havia a mesma penúria de missionários e de clero. Documentos de 1799 e 1800 mostram que a diocese de Angola gemia sob a mais deploravel condição por falta de clero. O bispo reclamava que se acudisse á sua «pobre e moribunda igreja» com remédios promptos. Encontravam-se vagas e faltas de pastor vinte e cinco paróchias, número muito maior que o das providas. Existiam no sertão muitas das igrejas vagas; e como na maior parte eram feitas de taipa, quando não tinham párocho que velasse pela sua conservação arruinavam-se logo. Algumas tinham assim desaparecido; de modo que os párochos que para ellas tivessem de ir, seriam obrigados a celebrar no campo, abrigados de algum telheiro, a que chamavam ramadas, os quaes suppriam a falta de templo. O bispo attribuia a falta de párochos mais á tenuidade e insufficiencia das cóngruas com que eram soccorridos, do que ás moléstias de que alli eram atacados pela malignidade do clima.

O clero regular estava representado na diocese por seis carmelitas descalços, três franciscanos reformados da primeira regra, todos três italianos, e seis franciscanos portuguezes da terceira regra. Dos carmelitas descalços, um fôra mandado para alli suspenso de confessar pelos seus prelados maiores, e continuava ligado á suspensão; outro estava «preso por ordem do bispo diocesano por crimes gravíssimos relativos ao ministério parochial e outros». Dos franciscanos da terceira regra, um fôra degredado, «condemnado pelo definitório da sua congregação a cárcere perpétuo por matar um almocreve, em cuja companhia caminhava, dando-lhe veneno de que instantaneamente morreu, e por vários furtos, entre os quaes foi o da peanha do relicário do Santo Lenho, que tirou no collégio da cidade de Evora de dentro do sacrário; outro minorista, tambem degredado, cumprira três annos de cárcere «por furto e uso de faca», e estava residindo no Lumbo; um terceiro estava alli degredado por dez annos «por furto de um relógio»; o quarto fôra remettido pelo intendente geral de policia por ordem

régia. Dos dois restantes, um era ministro do convento de S. José de Loanda, outro era párocho do presídio de Ambaca.¹

Em 1808 também o bispo de Cabo Verde, D. Fr. Silvestre, se queixava de falta de clero para o ministério parochial.² Assim por toda a parte a mesma decadência vil, opprobriosa; e ainda nesta altura o quadro se encontra apenas em esboço.

Em 1820 não havia em toda a região de Benguela um só padre que dissesse missa: regressava-se ao gentilismo. Em Angola succedia quasi o mesmo. Em 1822 constava em Lisboa que o prelado de Moçambique pedira ao governador do arcebispado da Bahia que lhe enviasse alguns padres ou religiosos, pois não tinha quem administrasse os sacramentos aos fieis.³ Revelam-nos documentos officiaes, que por aquelle tempo as igrejas de Moçambique iam caíndo em ruínas; e algumas que estavam de pé não tinham paramentos sagrados; nem também havia párochos que pudessem desempenhar as funções de pastores de almas. O prelado pedia providências, e o governo limitava-se a expedir estéreis portarias: providências de papel. Pretendia-se que para aquella provincia fossem como missionários alguns franciscanos, exactamente quando as côrtes constituintes haviam caído a fundo sobre os institutos regulares, para os desprestigiarem e anarchizarem pela despótica intervenção do poder civil.⁴

Depois de 1830 eram bem poucas, na prelazia de Moçambique, as freguesias que tinham párochos. Se acontecia haver seis em toda a provincia, tomava-se o caso por prodígio. Todos os territórios desde o Tungue ao Guardafui se encontraram completamente abandonados. Preparava-se a queda da soberania temporal com a perda da jurisdicção espiritual. O rei de Portugal tornava-se em padroeiro do gentilismo. Extinctas as ordens religiosas em 1834, os dominicanos abandonaram as missões do valle do Zambeze, de onde muito antes haviam também saído os jesuitas. Suspendia-se portanto a marcha de occupação para o interior; e, como se isso fôra pouco, deixavam-se em completo abandono immensos territórios onde a bandeira das quinas tremulava sob os auspícios da cruz do missionário. Esta obra de ruina era compensada pelo entusiasmo com que os paladinos da liberdade assaltavam e roubavam os bens dos conventos, e pela glória que aureolava o Matafrades na execução das tramas da maçonaria. Cincoenta e seis annos depois, os ingleses tiravam as últimas consequências do desvario, percorrendo e occupando como vagos os territórios de entre Angola e Moçambique, o que destruía as immensas vantagens que tinhamos a tirar do direito de *hinterland*.

Referindo-se á prelazia de Moçambique, diz o sr. D. Antonio Barroso:

«Em 1855 não existia um só padre no interior que evangelizasse a doutrina christã, e apenas umas quatro paróchias do litoral tinham párocho.

«A disciplina do clero corria parellhas com o número; a auctoridade superior secular nomeava os párochos encommendados e exonerava-os a seu bel-prazer; em Portugal ainda vive (1895), segundo creio, um párocho que foi suspenso de

¹ Documentos no *Boletim da Sociedade de Geographia*, vol. VI, pág. 292 e seg.

² CHRISTIANO BARCELLOS, *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*, p. III, pág. 183.

³ *Policia secreta dos últimos tempos do reinado de D. João VI*, pág. 160.

⁴ Vid. três portarias de 28 de junho de 1822, publicadas no *Diário do Governo*, n.º 161 e 162, de 11 e 12 de julho do mesmo anno.

todas as funções parochiaes pelo governador da provincia. Chegou a não haver prelado, nem administrador da prelazia, e, para que nada faltasse neste feracissimo viveiro de cousas extraordinárias, até em 1869 dois padres se recusam a prestar obediência ao Padre Valentim Fernandes, nomeado administrador da prelazia pelo arcebispo de Gôa.

«As poucas igrejas que existiam estavam pobrissimas de paramentos e em estado vergonhoso; quasi todas foram reparadas, mais ou menos, por meio de subscripções abertas entre os fieis, como aconteceu no Ibo, Tete, Quelimane e ainda outras.

«Em frente de Moçambique, por abandono completo, perderam-se as grandes christandades de Mossuvil e Cabaceira, christandades que na primeira metade d'este século (XIX) se compunham de milhares de christãos e que hoje (1895) não têm dezenas; quasi todos os habitantes são mouros, sobretudo os que nasceram ha quarenta annos a esta parte, e os capitães-mores das terras firmes chegavam a baptizar pretos adultos solememente, decerto levados pelo seu encendido amor á religião.

«Os archivos da câmara ecclesiástica e os das paróchias foram queimados, roubados ou consumidos pelo *muchem*, havendo falta quasi absoluta de documentos...»¹

Em 19 de junho de 1860, o deputado Arrobas apresentava na câmara um projecto de lei, pelo qual o governo era auctorizado a fundar conventos de missionários nas possessões ultramarinas. Uma ingenuidade! Exactamente naquella época refervia a maçonaria os seus ódios sectários numa campanha contra as ordens monásticas.

Francisco Maria Bordalo, em uma obra escripta e publicada por ordem do governo, descrevia em 1859 com as mais negras côres a condição religiosa da provincia de Moçambique, quasi desprovida de sacerdotes, com muitas igrejas arruinadas e sem um único missionário. A desolação era quasi completa. Por falta de sacerdotes, em alguns pontos da costa e do sertão faziam-se os casamentos por escripturas civis, apenas com a cláusula, imposta aos cônjuges, de receberem as benções da Igreja quando tivessem oportunidade.² O poder secular dispensava temporariamente o sacramento!

Em 1863, estando vaga a prelazia de Moçambique, o governador da provincia permittia-se a liberdade de conferir a jurisdicção ecclesiástica a um pretenso administrador da prelazia, por uma simples portaria, como se se tratasse de nomear um administrador ou regedor. Informado de taes e tão deprimentes abusos, o arcebispo de Gôa, na qualidade de metropolitano, dirigiu-se á auctoridade ecclesiástica da prelazia, a perguntar-lhe qual o título da sua jurisdicção. Nada mais podia fazer, por não lhe dar outras attribuições a bulla *Super eminenti*, de Paulo v.³

Em 1868 calculava-se em Lisboa, que em toda a provincia de Moçambique não houvesse quatro sacerdotes.

Em Angola não havia melhores condições.

Em 1845 tinha o bispado apenas sete párochos; em 1846 só quatro; em

¹ *Relatório da prelazia de Moçambique*, Lisboa, 1895, pág. 25-26.

² *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguezas*, 2.^a série, l. iv, pág. 147 e seg.

³ *Obras de D. João Chrysóstomo de Amorim Pessoa*, t. II, pág. 288.

1853, em toda a diocese só havia cinco padres, dos quaes três eram cônegos da sé. De três bispos sagrados existentes, não estava nenhum na mesma diocese em 1868.¹ O concelho de S. José de Encoge, com 20.128 habitantes, não tinha párocho. O Calumbo, com 8.262 habitantes, não tinha párocho. No Icolo-Bengo havia 8.562 habitantes, sem párocho. Em Cambambe, 21.546 habitantes, sem párocho. Em Muxima, 9.168 habitantes, sem párocho. Em Massangano, 13.114 habitantes, sem párocho. O mesmo acontecia noutras regiões da província.

Em S. Paulo de Loanda, com perto de 12.000 habitantes, havia apenas dois párochos. O districto de Ambaca ou Golungo Alto, com 64.000 habitantes, tinha só um párocho em Cazengo e outro em Ambaca. Havia párochos em Casange, Ambriz, Bembe e S. Philippe de Benguela; em Mossamedes um párocho e um coadjutor; em Huila só um párocho para 40.000 habitantes.

Poucos annos antes, em Lisboa, os paladinos da liberdade e da pátria produziam ondas de rhétorica inflammada contra a Santa Sé, porque a concordata de 1857 reduzira o padroado, que os patriotas haviam posto na espinha. Com que sinceridade e consciéncia o fariam!

No princípio de 1874, quarenta habitantes da villa do Ibo representavam á câmara dos pares os males que se seguiam da falta de clero e da ausência de educação religiosa, dizendo:

«Dignos pares do reino, esta possessão, dotada pela natureza com todos os dons que produzem os esplendores da civilização moderna, jaz immersa no torpor da ignorância, no predomínio da indiferença pagã, e na fatal influéncia do mahometismo, que vai-se entranhando pelas povoações sertanejas, e propagando-se sem obstáculo, no continente fronteiro á capital da província, e nos arredores das villas dos districtos subalternos, sem que a acção do governo haja podido impedir o espantoso progresso da infame seita de Mahomet. E' innegavel, que a falta de evangelizadores, aptos, educados e preparados para o ministério da missão, seja a maior e principal causa d'este tão triste mal, e tão vergonhoso á nação, cujo chefe tem o título de Rei Fidelíssimo. De ahí total caréncia de educação moral e religiosa, ainda mesmo na capital e nas villas; em todas as classes da população, absoluta ignorância dos mais elementares preceitos da religião, a qual só na infância pode ser implantada, cultivada na juventude e robustecida na virilidade, e o mais completo indifferentismo para actos religiosos e a tudo quanto respeita o culto externo! E como poderá ser curado este cancro social, que tem gangrenado a moral pública, e immergido o país todo nas trevas da ignorância e lamacal de superstições, sem ministros próprios e creados para missionarem, como verdadeiros soldados da cruz!

«Ha actualmente nesta província apenas nove sacerdotes, todos, á excepção de um, naturaes da Índia, empregados todos nas paróchias da capital e das villas dos districtos, distantes umas das outras centenas de léguas, e não é raro estarem algumas d'ellas meses e annos sem soccorros espirituaes, por fallecimento do respectivo párocho e pela falta de quem o substitua.

«Se tal é a situação do estado religioso nas localidades onde assentam as auctoridades públicas e habitantes da sociedade culta; o que não é, Senhores, nas povoações afastadas e districtos interiores, habitados por indigenas boçaes e

¹ Verifique-se no catálogo dos bispos de Angola e Congo e respectivas biographias.

sáfaros, que vivem entre mahometanos, eivados de todas as superstições e vícios d'estes! Ha mais de 50 annos que não se vê um ministro do Evangelho, que arranque estes desgraçados ao domínio das trevas e os alumie com a luz do christianismo!»

Em seguida notavam que o padroado servisse para conservar aquelles povos tantos annos sem pastor, e deploravam a falta de ordens religiosas.¹

Já observámos que a extincção das ordens religiosas em 1834 veio aggravar o estado já deploravel dos negócios ecclesiásticos nas terras do padroado. Na China deixaram-se ao desamparo mais de cem mil christãos que viviam sob a jurisdicção espiritual do padroado portuguez. Estavam aquellas missões confiadas aos lasaristas ou congregados da Missão, aos quaes, depois do decreto de 1834, se negavam as pensões a que tinham direito, e até o transporte gratuito para o reino, depois de se terem dedicado por dez, vinte e mais annos aos serviços do apostolado e ao ensino público na cidade de Macau. Enquanto Portugal assim pagava com a mais negra ingratição áquelles que haviam sustentado o nome e os interesses da pátria no celeste império, e se desinteressava completamente dos negócios da China em homenagem ao jacobinismo triumphante, russos, ingleses, franceses e italianos disputavam alli a influencia pela acção dos seus missionários.²

O clero indígena, onde o havia, era em geral da peor qualidade.³ Apenas a diocese de Gôa tinha sacerdotes em número bastante, não só para as suas próprias necessidades, como tambem para acudir em parte ás urgências de outras terras. Num relatório do 1.º de setembro de 1879, dizia o arcebispo D. Aires de Ornellas e Vasconcellos:

«Ao passo que nas dioceses do reino vão cada dia rareando mais as vocações para o estado ecclesiástico, não as havendo quasi nas dioceses das colónias, succede o contrario em Gôa, onde o estado ecclesiástico é procurado e abraçado por um grande número. Actualmente os ecclesiásticos de Gôa, não só servem as 99 paróchias e numerosas capellas da diocese, mas todas as missões do Indostão, da península de Malaca, da ilha de Ceilão, sujeitas ao padroado, em virtude da concordata, e ainda muitas igrejas na Africa oriental e occidental, sendo ao todo perto de 800 os presbyteros na diocese. Nos últimos três annos foram ordenados 300 presbyteros, ficando perto de 200 já iniciados nas ordens sacras».⁴

Effectivamente já vimos ha pouco que existiam párochos da India na prelazia de Moçambique. Em Angola foi encontrar alguns o bispo D. Antonio Thomás da Silva Leitão e Castro, que durante o seu governo chamou outros mais. «Tendo só cinco padres apenas do Real Collégio das Missões — dizia aquelle prelado — ha pouco tempo chegados a esta provincia, grande falta os da India nos fariam. Sem elles, até a sé ficaria fechada em Loanda, visto que os quatro cónegos que hoje (1891) existem no bispado são todos sacerdotes naturaes da India portu-

¹ A representação foi reproduzida no *Bem publico*, 17.ª série, n.º 42, de 25 de abril de 1874; pág. 831.

² Vid. PADRE JERÓNIMO JOSÉ DA MATTA, *Memória que particularmente aos senhores deputados da nação portuguesa offerece o —*, Lisboa, 1839. Adeante voltaremos a falar das missões da China.

³ Vid. NUNO DE FREITAS QUERIOL, *As missões cathólicas em Africa*, no *Boletim da Sociedade de Geographia*, vol. II, pág. 25.

⁴ *Boletim da Sociedade de Geographia*, vol. VI, pág. 229.

guesa. Ao passo que os europeus, com duas únicas excepções, não pertencentes ao Real Collégio, se demoram aqui apenas o tempo de serviço obrigatório, são os sacerdotes indianos os que permanecem quatorze, dezanove e mais annos, e alguns sem mesmo terem saído uma só vez da Africa.»¹

A condição das igrejas e missões do real padroado caracteriza-se pela mais lastimosa penúria de clero, como a deixamos descripta; pela ruína dos templos e pela nudez em que se encontravam alguns ainda de pé, mas desprovidos das alfaias mais indispensáveis.² Os homens que mantinham a despótica exclusão das ordens monásticas, e olhavam com desdem e má vontade para os negócios ecclésiasticos da metrópole e do ultramar, eram os mesmos que se desfaziam em rhetórica inflamada na defesa de um padroado, que, pelas condições a que o reduziram, não podia ser mais absurdo. Em nome dos interesses moraes e materiaes de Portugal no Oriente, trovejavam indignações contra a Santa Sé, accusada de pretender estabelecer o país de um direito que diziam sagrado; quando a Santa Sé apenas entendia não poder por mais tempo sacrificar os interesses do christianismo e da civilização á incúria e má vontade dos governos de Portugal.

Tornar-se-hão mais evidentes os factos em suas consequências, se compararmos a desolação das christandades conservadas sob o padroado português com os fructos admiráveis e os progressos realizados entre as populações que do mesmo padroado foram libertadas.

Num *Memorandum* da Santa Sé ao governo de Portugal, em data de 15 de abril de 1885, observava-se que a necessidade de missões se tornara verdadeiramente extrema, quando em 1759, expulsos os jesuitas de todos os domínios portugueses, «ficaram quasi completamente abandonadas as vastas missões da costa da Pescaria, de Maduré, de Pondichery e do Carnático, assim como as de Madrasta e de Maissôr. Segundo uma estatística publicada no anno de 1748, as missões acima mencionadas contavam 385.000 cathólicos. Pois bem. Grande número d'ellas abandonou a fé de Christo, e os seus descendentes são hoje (1885) pagãos ou protestantes. Breve se estabeleceram alli vários ministros d'essas seitas, e perverteram, só em Maduré,³ cêrca de 100.000 christãos.»⁴

Adeante diz o *Memorandum*:

«O grande movimento das missões na Índia não tornou a desenvolver-se senão depois do estabelecimento dos vicariados apostólicos, levado a effeito por Gregório XVI, para reparar as ruínas que se tinham accumulado em seguida á abolição das antigas ordens religiosas. Conviria acaso abandonar estes filhos da Igreja para ir levar a luz da fé a países exclusivamente infieis?

«Os missionários têm tido em vista duas grandes obras: de uma parte a

¹ D. ANTÓNIO THOMÁS DA SILVA LEITÃO E CASTRO, Pastoral de 13 de julho de 1891, no jornal *A Ordem*, Coimbra, 3—X—1891.

² Para não alongarmos a exposição com a notícia de numerosos templos cathólicos em ruínas, remettemos o leitor para as seguintes fontes: FRANCISCO MARIA BORDALO, *Relatório sobre a estatística das possessões portuguezas*, 2.^a série, l. 4.^o, pág. 148; D. ANTÓNIO THOMÁS DA SILVA LEITÃO E CASTRO, *Relatório e propostas que apresentou á Commissão das missões ultramarinas* (Lisboa, 1888), pág. 38 e seg.; D. ANTÓNIO BARROSO, *Relatório da prelazia de Moçambique* (Lisboa, 1895), pág. 22 e seg.

³ «Maduré comprehendia então o actual vicariato d'este nome, a maior parte do Pondichery e os de Coimbatôr.»

⁴ Livro Branco apresentado ás côrtes em 1887, seg. parte, pág. 64.

reforma e a conservação dos antigos christãos, da outra a evangelização dos pagãos, e eis o resultado das suas fadigas nos últimos cincoenta annos.

Pelos documentos officiaes mostra-se que o catholicismo em Ceilão tem tido o seguinte augmento:

•1717 — 70.000.

•1806 — 66.830 (data da concessão da liberdade religiosa aos cathólicos).

•1843 — 86.837.

•1848 — 113.210.

•1864 — 152.083.

•1870 — 185.000 (censo do governo).

•1885 — 215.000.

•Assim, em oitenta annos o augmento foi de 150.000 almas, e o augmento annual de perto de 2.000; em quarenta e dois annos, pouco depois da criação do vicariato apostólico e chegada dos primeiros missionários europeus, o augmento foi de 128.000 almas, ou de 3.000 por anno; de sorte que, depois da chegada dos missionários, a população cathólica augmentou 150 por cento.

•Obteve-se quasi o mesmo progresso em toda a Índia. Em 1847 calculavam-se em 700.000 os cathólicos na Índia inglesa sujeitos aos vigários apostólicos; hoje são 1.167.975, isto é, o augmento total foi de cêrca de 468.000 em trinta e oito annos, ou 12.000 por anno! Ora é evidente que os sacerdotes de Gôa não podem reclamar estes 500.000 cathólicos como ovelhas tiradas do seu aprisco.»

Pouco adiante, referindo-se aos três grupos de vicariatos apostólicos, onde pelas prescripções do breve *Studio et vigilantia* deveria cessar a jurisdicção do arcebispo de Gôa, desde logo e nos prazos de seis meses e um anno, acrescenta o *Memorandum*:

•Ora quanto aos vicariatos da primeira categoria (aquelles onde o padroado era desde logo supprimido) nada tem o padroado que ver com as fundações e dotações que a elle se referem. As suas quasi 500 igrejas e capellas, os 200 presbytérios, os numerosos conventos, os collégios, as escolas e as outras instituições que estão espalhadas pelos immensos territórios da Índia-China, do Punjab, de Agra, de Patna, da Bengala Central, do Vizagapatão, do Maissor, do Coimbatore e do centro de Ceilão até Cândia, foram o fructo do indefesso trabalho dos missionários da Propaganda, que só encontraram auxilio na equidade do governo inglês, ou nas mesmas christandades que de novo surgiam, ou nas caridosas contribuições da Europa.

•As instituições, tambem, e os logares santos pertencentes aos vicariatos da segunda categoria (aquelles em que o padroado ficava extincto no fim de seis meses), aos quaes se refere o breve *Studio et vigilantia*, não têm, na sua quasi totalidade, uma origem diversa.

•Em primeiro logar, nestas sete missões é tão pequeno o número dos goanos, que apenas sobem á exígua cifra de 15.000 (ib., pág. 5). Ha alli 979, entre igrejas e capellas, na obediência dos vigários apostólicos; ora taes logares sagrados, e, além d'esses, as 429 escolas, as communidades religiosas, os seminários, os collégios, os asylos para órphãos, as imprensas, os jornaes, tudo, numa palavra, foi fundado e mantido pelos vigários apostólicos, ou provém das contribuições do governo inglês, ou é resultado da caridade particular, ou, enfim, é propriedade dos christãos dos logares respectivos. Nem imaginamos que Portugal queira considerar como seus os estabelecimentos ou igrejas doadas pelos fieis, e que não gosaram de auxilio algum do padroado.»

Noutro logar acrescenta o cardeal secretario de Estado:

«Para começar, pois, pelo assumpto da escola, basta lançar a vista sobre vários quadros, que representam uma contínua comparação entre os estados dos vários institutos nas missões do padroado e nas da Propaganda, basta até observar o resumo geral (*Estatística analytica*, pág. 21), para se conhecer logo a bem differente condição dos estabelecimentos de ensino erigidos nas duas jurisdicções.

«Considerando sómente o número, acha-se que os seminários e os collégios dos vicariatos montam a 36, ao passo que são apenas 5 os da dependência de Gôa. Além d'isso, aquelles são frequentadíssimos, ao passo que estes se conservam quasi sempre numa cifra limitada. Portanto, se se considera a importância de taes institutos, logo se vê que os que são mantidos pelos vigários apostólicos são dotados de extensos programmas e á altura da instrucção européa, são adaptados a preparar os jovens para os exames governativos,¹ para conseguirem os graus ás vezes em estabelecimentos industriaes e agricolas, onde possam com segurança collocar-se os alumnos para os tornar hábeis naquellas matérias; ao passo que nos poucos estabelecimentos goanos por modo algum chegam os alumnos a este estado (*Estatística analytica*, pág. 2, 5 e 20).

«Pois se passamos ás escolas externas, ás 95 mantidas pelos missionários goanos os vigários apostólicos oppõem-lhes 1.557, fundadas e mantidas por elles, escolas que são frequentadas por 68.645 alumnos, e as goanas são frequentadas por um pequeníssimo número, que nem mesmo vem notado no *Annuário de Gôa*. As dos vigários apostólicos são de todas as graduações, até ás esplendidíssimas universidades de Calcutá e Bombaim, que foram ainda ha pouco elogiadas pelo inspector geral inglês, dizendo que podiam comparar-se a qualquer universidade nacional; as dos goanos raramente passam de escolas elementares (*Estatística analytica*, pág. 21 e seg.).

«As igrejas do padroado, mesmo sem discutir a occupação de algumas erigidas pelos vigários apostólicos, andam por 566, ao passo que as igrejas fundadas na máxima parte pelos vigários apostólicos chegam a 2.754, mais 2.188 que as primeiras, e todas ellas têm cómodos presbytérios. São 123 as comunidades religiosas que têm conventos e casas nos vicariatos, 68 os orphanatos, ao passo que nem um só se encontra nas missões da jurisdicção extraordinária.»²

A estatística analytica que acompanha o *Memorandum* da Santa Sé resume em três quadros synópticos os seguintes elementos:

«Nos 24 vicariatos apostólicos da India inglesa existiam á data do *Memorandum* 1.678 igrejas, 1.076 capellas, 1.557 escolas com 68.645 alumnos, 14 seminários, 22 collégios, 9 imprensas, 6 jornaes, 123 comunidades religiosas, 68 hospícios de órphãos, 12 hospícios e uma população cathólica de 1.167.975 almas.»

Taes factos constituem argumentos irrespondíveis e insophismáveis, e como taes os considerou o governo portuguez, até ao ponto de os offerer á ponderação da câmara dos deputados o ministro dos negócios estrangeiros, Barros Gomes, em sessão de 6 de maio de 1887. Pretender sustentar o padroado, quando d'elle restavam apenas ruínas vergonhosas, que eram outras tantas provas de incapacidade, podia

¹ Convem advertir que aproveitámos a traducção official, e que portanto nenhuma responsabilidade nos cabe pelos termos em que está feita.

² Livro Branco cit., pág. 68-69, 71, 83-84. O *Memorandum* a que nos referimos deve ser confrontado com o *Memorandum* do governo portuguez, de 19 de setembro de 1884, publicado no mesmo Livro Branco, parte primeira, pág. 239 e seg.

ser expediente para enganar o país, que não conhecia os termos da questão, mas era no fundo o mais insubsistente dos absurdos. Desde que os governos, sob a influência de um sectarismo ignaro, se recusavam a regular a existência das ordens religiosas, como único viveiro de missionários em número suficiente, apenas lhes restava o expediente de desistir do padroado. A sequência lógica dos factos não só acarretou a ruína da soberania espiritual, como também comprometteu e reduziu em certos territórios a própria soberania temporal, perda apenas compensada pelo desvanecimento, que devia sentir o país, assistindo ao triumpho da obra do *Mata-frades*, ridiculamente alçapremado á categoria de grande estadista.

(Continúa).

FORTUNATO DE ALMEIDA.

O início da guerra á Reforma

(1360-1531)

Quadros da história litterária evangélica

A primeira Inquisição peninsular data do meiado do século XIII em Espanha, tendo durado até fins do XIV. A este tempo, no reinado de D. Fernando I, tivémos nós também qualquer cousa de semelhante, do que ha vestígios históricos, como noutro quadro estudaremos.

O «Tratado de paz, amisade e alliança entre El-rei D. Fernando de Portugal e Eduardo, Rei de Inglaterra», data de 16 de junho de 1373 («State Papers», vol. I, parte I); e as nossas relações com a Inglaterra eram amistosas desde a fundação da monarchia e mais estreitas do que geralmente se supporá, na época que de relance evocamos.

Bem natural é, pois, que o movimento religioso e agrário dos Lollardos de Gualter Reynard, continuado pelos Wiclefistas sob a chefia apparente de Guilherme Sawtre, e pelos «prégadores pobres» e «capucios» inglêses, fôsse conhecido entre nós. A influencia de Bradwardine sobre Wiclef é de 1360; o seu primeiro combate ao poder temporal, de 1365; o seu encontro com os «prégadores pobres» dá-se em Lutterworth em 1375; segue-se a traducção da Bíblia em vulgar e a bella morte do heroe em 1384.

E' por este tempo que os franciscanos portuguezes fazem atravessar por agulhas as línguas de alguém que espalhe as subversivas theorias vindas de além da Mancha... (sr. P. de Azevedo).

O terrorismo franciscano termina ou afrouxa por falta de vîctimas. Sáram as chagas do Santo Seráphico, mas rutila então o archote de São Domingos. Os frades menores estão para Wiclef, a «Estrella d'Alva da Reforma», como os frades prégadores estão para os reformadores do século XVI.

Não significa isso que fôsse a ordem da Porciuncula desprezada pelo monarcha venturoso, que foi pródigo para com ella, ao tempo que dotava com paramentos novos todas as igrejas do reino, em 1499, na pléthora das riquezas deslumbradoras da India. Mas os dominicanos, menos ricos, estavam então mais activos.

Em Espanha expulsára-se judeus e mouros e estabelecera-se definitivamente o odioso tribunal em 1481. Mau vento e mau casamento nos trouxe de lá a intolerancia com que em 1497 se expulsavam também os sepharditas e os mouros e com que em 1506 se matavam pelas ruas de Lisboa, e dentro de suas próprias casas, os que haviam abjurado sua antiga crença, por manha ou por fôrça, e eram pelo povo desprezados como *christãos-novos*.

«A integridade da fé cathólica», rotunda phrase que transcrevo dum autor de vulto, custou em Espanha a vida a 20 mil vîctimas queimadas pela Inquisição

e a expulsão violenta a 800 mil israelitas e a 500 mil mouros. A Inquisição portuguesa, mais modesta, contentou-se com queimar umas 1500 pessoas e condemnar a várias penas mais de 25 mil, até á data da sua extincção, em 1821.

Cerca de 40 mil nos diz o sr. dr. A. Baião serem os processos das inquisições do reino, hoje archivados na Torre do Tombo, sendo, segundo o mesmo erudito investigador, director daquelle estabelecimento do Estado, cerca de 200 os que dizem respeito a protestantes. Até agora estão mais ou menos divulgados os processos de Damião de Goes, Fernão d'Oliveira, o grammático, e Fernão de Pina, o chronista, mas é indispensável o estudo methodico e consciente de todos êsses processos de reformados para se avaliar o grau de influencia protestante que se chegou a fazer sentir em Portugal.

Recordemos entretanto que não era só a guerra aos homens a que se fazia, mas igualmente a guerra aos livros, uma para elles bem perigosa arma da Luz.

*

Em 1495, uns 115 annos depois de João Wiclef terminar a sua versão bíblica em vulgar e 27 annos antes que Luthero principiasse em Wartburgo a traducção vernácula do Novo Testamento, a rainha Dona Leonor, mulher de D. João II e irmã do assassinado duque de Vizeu (que drama íntimo se encerra nesta simples indicação de parentesco, lembra algures Pinheiro Chagas), fez traduzir do latim e imprimir a expensas suas a compilação feita por Ludolpho de Saxónia do texto dos quatro Evangelhos, sob o título *De Vita Christi*. Esta edição foi seguida da dos Actos dos Apóstolos e das Epístolas Universaes de Tiago, Pedro, João e Judas, traduzidas anteriormente por fr. Bernardo de Brivega; e ahi por 1505 publicavam-se os Actos, Evangelhos e Epístolas (só as «do anno» ou do Missal, na opinião do sr. Santos Ferreira), trad. de Gonçalo Garcia, de que Innocencio diz ter visto um único exemplar, já mutilado, e hoje desconhecido.

Em 1554 era reeditada a «Vida de Christo»; e vejo em minhas notas a referencia a outra mais recente traducção das Epístolas, feita pelo licenciado António Ferreira. Noronha fala da impressão em 1541 dos «Autos dos Apóstolos», feita em Lisboa por Vicente Fernandes Peres, o mesmo impressor dos Actos, etc., em 1505. Será erro de data ou terá havido duas edições? Innocencio diz desta que nunca a logrou ver nem saber de quem a tivesse visto.

Na monographia do sr. S. Ferreira, que citarei em addenda, narra este biblióphilo, possuidor da mais completa collecção bíblica na nossa língua, toda a obra de D. Leonor a favor do texto da Biblia em vulgar, e explica o desaparecimento de todas essas edições pela perseguição systemática promovida por aquelles que teriam todo o empenho em occultar do povo livros taes. Fr. Fortunato de S. Boaventura, citado pelo mesmo A., attribue esse desaparecimento, quanto á 1.^a edição, ao envió de muitos exemplares para o Congo e outras paragens e prevê o sr. Santos Ferreira que causas identicas terão feito desaparecer propositadamente a segunda edição.

D. Manuel subira ao throno nesse mesmo anno da 1.^a edição da «Vida de Christo». Dois annos depois manifestava o seu espirito de intolerancia com a expulsão dos judeus; em 1506 consente a matança dos *christãos-novos*; e logo de 20 de fevereiro de 1508, nove annos antes da excommunhão de Martinho Luthero, data a carta régia dada em Santarem a Jacob Cromberger, onde se diz, a res-

peito dos impressores de livros que, como aquelle, viessem estabelecer-se em Portugal: «E mais que serão cristãos velhos ssem parte de mouro nem de judeu nem suspecto de algũa heregia nem tenhã emcorrido em ymfamia nem em crime de leza magestade e doutra maneira nom porque assy ô ej por mais seruiço do nosso senhor e do nosso bem e destes nossos rregnos pollo perigo que pode aver de nelles samearem algũas heregias per meio dos liuros que assy empremirem», etc.

O autor anónimo duma «Memória sobre a utilidade da língua grega» (V. Bibliographia) diz tambem alguma coisa que abona a supposição de haver aqui propaganda litterária anti-romanista quasi desde o começo da Reforma allemã.

Por exemplo, no § 1.º do capítulo VI — «Do estudo da Língua Grega no reino de Portugal» — encontra-se o seguinte:

«Os muitos sábios Gregos, que fugiram de Constantinópla por occasião da sua tomada em 1456, e se espalharam pelos reinos da Europa, principalmente pela Itália, vieram plantar nesses reinos o estudo da Língua Grega, para serem lidas com ardor e applauso as obras dos Philosophos Gregos. Depois as controvérsias Theológicas sobre o dogma e a disciplina, que se levantaram por occasião da denominada reforma de Lutero, não só augmentaram o desejo de saber Grego, senão que até constituiram os Theólogos na estricta necessidade de se munirem com um conhecimento profundo d'esta Língua por causa das interpretações abusivas, que os Lutheranos davam aos textos da Bíblia para comprovarem os seus erros.»

Póde-se bem deprehender que estas polémicas com os lutheranos, por causa das interpretações destes, que os cathólicos consideravam abusivas, tambem chegaram ao nosso país, pois os escriptos dalguns clássicos, nomeadamente D. Jerónimo Osório, no-lo provam.

E esse monarcha inimigo da Reforma era o mesmo que a pedira... ao que mais necessitava della.

*

«No tempo do pontificado do papa Alexandre VI houve na côrte de Roma muita soltura de costumes, e se dava dissimuladamente licença a todo o género de vício, de maneira que grandes peccados se reputavam por veniaes, ao que os Reis Dom Fernando e Dom Emanuel, tendo disso certas informações, como bons e cathólicos christãos quizeram acudir, e uma das primeiras coisas em que ambos praticaram em Toledo foi sobre este negócio, e nelle foi determinado que cada um delles por seus embaixadores, mandasse amoestar o Papa, e pedir-lhe, como obedientes filhos da Igreja Cathólica, que quizesse poer ordem e modo na dissolução da vida, costumes e expedição de breves, bullas e outras cousas que se na corte de Roma tratavão de que toda a christandade recebia escandalo».

Assim conta Damião de Goes o início do movimento interpeninsular a favor duma reforma de costumes, que veio a fechar com o envió a Roma de D. Rodrigo de Castro, alcaide mór da Covilhã, e D. Henrique Coutinho, filho do marechal D. Fernando Coutinho, por parte de Portugal; e do de Garcilasso por parte da Espanha.

A referencia de Goes á cúria romana lembra-nos a phrase candente de S. Bernardo, o cluniacense: «Manou a iniquidade dos anciãos, dos juizes, dos teus vigários, oh! Deus; daquelles que parecem governar o teu povo! Já não é lícito dizer — tal o povo tal o sacerdócio; porque este é peor. Oh meu Deus, meu Deus!

Os teus maiores perseguidores são os que mais ambicionam a primazia, e exercem na igreja o mando supremo.» (cit. de Herculano, «Opúsculos», vol. 3.º)

Este fermento de reforma existiu sempre dentro de Roma e fóra de Roma, tanto nos Bentos e Bernardos, em João Gerson e em Francisco de Assis, no concílio de Basileá e no de Constança, como nos Huss e nos Wiclef, na obra de Tertuliano e na confissão de Augsburgo.

Symptoma claro disto, foi por exemplo a fundação, antes da Reforma, do Oratório do amor divino, o qual chegou a contar 50 a 60 membros, cujos principaes eram Sadoletto, Contarini, Giberti, Caraffa, todos cardeaes. Os seus intuitos eram, como fica dito, de reforma, e a sua séde na igreja dos SS. Silvestre e Dorothea, no Bairro Trastevere.

E não falarei já do antimedievalismo de Marsílio de Pádua, auctor do «Defensor Pacis» e do reformismo relativo de Guilherme Occam, e ainda do mais recente cismontanismo de Gerson, do cura Menot, etc., para voltarmos depressa ao esforço reformista do nosso D. Manuel.

Foi Tristão da Cunha, o navegador e guerreiro-fidalgo, escolhido para ir á testa da embaixada por el-rei mandada ao famoso papa Leão X, em 1514. A descripção das magnificencias de tal envio anda na memória de todos; o que é menos recordado é que entre os pedidos do rei havia o de que «se tratasse mui deveras da reforma da igreja.»

Era essa desejada reforma um movimento «dentro da Igreja estabelecida», como aliás a iniciou Luthero. Mas publicadas as «Noventa e Cinco Theses» em 1517, logo após o primeiro protesto contra as indulgencias, o reformador, excomungado e forçado a sair, tornou a sua obra mais radical. E a Christandade do occidente dividiu-se em dois agrupamentos: o que seguia ou mesmo excedia Luthero e o que o perseguia e execrava.

1521 é o anno da grande actividade. Em fevereiro reúne-se a Dieta em Worms. Em 23 de março é expedido o breve de Leão X *Posteaquam aperte*, que parece ser a primeira recommendação do Vaticano a el-rei de Portugal para que prohibisse a introduccção de livros heréticos nos seus domínios. (Di-lo o sr. Fortunato de Almeida). A 25 de abril o futuro feitor português em Flandres, Ruy Fernandes, em carta a D. Manuel diz o seguinte, que transcrevo da obra do sr. Braamcamp Freire, citada no logar respectivo:

«Item este frade Luteryo que spreve contra o Papa, veo a corte (a diéta então em Worms) com salvo conduto em 16 deste mes, e em 17 veo a conselho, onde lhe foy demandado se tinha sprito os quarenta e dois artigos que se diziam, e pedio conselho pera responder, dizendo, que muitas cousas deziam que elle sprevera, que elle non fizera. O dia seguinte veo e dixe que era verdade que elle sprevera taes e taes cousas, asy como as entendya; e que até que non vyse outro que lhas ensynase ao contraryo, as teria e non pera morer sobre ellas, com outras muitas cousas que eram notoryas a todos, de que dizem que o Embaixador do Papa anda morto, porque o ouvem. Todo o povo de Alemanha e principes som por elle. Parece-me que desta vez elle escapará, posto que o Papa nom quer despachar nêhuus negoceos do Emperador, senon que lhe dem este homem preso; o que nom he em poder delle nem de nýgem se lhe dar. Por o presente torna se outra vez pera sua terra, pera vir quando o mandarem chamar; e doutra cousa não se falla por o presente.»

Como se vê, com poucos meses de differença D. Manuel sabia o que se passava nesse grande cadinho da Reformação.

Ainda em 1521, a 20 de agosto, expede o papa outro breve sobre o mesmo

assunto anterior: *Etsi cum recte*; mas não chegára ainda o momento de Portugal se manifestar sobre a grande questão. Dez annos vamos deixar decorrer, durante os quaes anda Fernão de Oliveira por Inglaterra e Damião de Goes pela Dinamarca e Alemanha e Flandres; entretanto, flamengos e alemães reformados se estabelecem entre nós e vão naturalmente provocando a reacção inquisitorial.

Ha outro documento histórico de alto valor, a bulla do papa Clemente VII, dirigida em fins de 1531 a fr. Diogo da Silva, que suggere esta idéa, incerta mas plausível, da existencia de quaesquer manifestações lutheranas no nosso país, por esse tempo. Naquelle bulla, frei Diogo era nomeado commissário Apostólico e Inquisidor do Reino de Portugal, sendo uma das alíneas do programma da sua missão o impedimento da diffusão das doutrinas de Luthero. Seria medrosa prevenção do Papa ou cautério requerido pelos cathólicos, para a sua chaga?

Alexandre Herculano, na «História da Origem e Estabelecimento da Inquisição» diz, como já foi notado no opúsculo «Introducção da Reforma em Portugal», o seguinte a respeito da bulla:

«E' altamente cómica a gravidade com que homens do século de Leão X, da época mais brilhante da sciencia e da litteratura d'Itália, procuravam obstar a que os portuguezes fôsem enfeitçados por bruxas e encantadores, cujos delictos não passavam de burlas e cuja punição razoavelmente incumbia ao poder civil; dizer que as seitas que então se espalhavam na Europa tinham penetrado em Portugal era cousa tão contraria á verdade que nos monumentos públicos ou secretos do paiz relativos áquelle tempo não é possível encontrar o menor vestigio de semelhante facto (vol. III, pag. 236)».

Ora, mau grado a opinião de Herculano, a bulla por si só, já é um documento que, pelo menos, faz nascer fundadas suspeitas, attendendo demais ao facto de que, segundo a theologia romana, a legislação ecclesiástica deve corresponder exactamente ao logar onde tem acção e ás circumstancias que a provocam.

Ha quem avente que a bulla não é authentica; mas ainda que essa idéa colha, é notável que não esquecesse ao mystificador a recommendação da guerra aos herejes, que então preocupava os cathólicos. Pois não faz tudo isto suppôr que essa preocupação chegava até cá, seja ou não provada a authenticidade da bulla? O facto de não haver outros documentos immediatamente anteriores ás actas inquisitoriaes, que muito nos dizem mas de annos mais recentes, nada prova, visto que a própria Inquisição — não me cançarei de o repetir — deve ter destruido muitos documentos. Repare-se no que diz o mesmo insigne historiador: «... onde e quando convinha se truncavam os autos ou eram supprimidas as peças importantes dos processos.» (Ob. cit. vol. III pag. 247). A instituição que assim procedia com os seus próprios documentos, que terá feito dos documentos anteriores que nas devassas a casa dos reus e nas vistorias ás bibliothecas particuláres haja encontrado?

Até aqui acompanhei ou desenvolvi a idéa da cit. obra «Introducção da Reforma em Portugal»; mas no que não concordo com ella, é em que fôsse Goes a causa da bulla. Tendo elle saído do reino em 1523, ainda bem longe das idéas protestantes, e voltando só em 1546, não se póde coherentemente affirmar tal.

E' certo que se o ser elle discípulo de Erasmo constituia um elemento de accusação, era porque as suas relações com o humanista hollandês foram anteriores a 1531, pois, a serem pósteras, provariam em favor da orthodoxia do reu, segundo as próprias palavras da citada «Introducção da Reforma»; mas isso não vêm provar a influencia de Goes entre o seu povo antes de voltar, num tempo de tão difficil communicacão de idéas.

Mas, fôsse como fôsse, tudo eram vagos prenúncios da perseguição medonha que haveria de afogar tão completamente a obra da Reforma portuguesa. E não sendo Damião de Goes nem Fernão de Oliveira, ambos ausentes, nem ainda Fernão de Pina, só denunciado em 1544, a causa da bulla, fica de certo modo demonstrado que a obra de João de Avila em Andaluzia, por 1523, e da congregação evangélica de Sevilha em 1530, de algum modo deveria ter ecoado em Portugal.

Como vimos, só cinco annos depois da expedição da bulla clementina, se estabeleceu na nossa pobre Pátria o odioso Tribunal da Fé, pelos esforços de Balthazar de Faria, cuja múmia jaz em Thomar, segundo ouço, como recordação perpétua da mais lamentável desorientação humana.

EDUARDO MOREIRA.

Bibliographia

- Collecção de Tratados*, de Castro, vol. 1.
State Papers, vol. 1.
Damião de Goes e a Inquisição em Portugal, A. P. Lopes de Mendonça, Lisboa, 1859.
 Prefácio anónimo á edição de 1852, da *Biblia* trad. pelo P.^o Pereira de Figueiredo (corrigindo e completando escriptos sobre traducções bíblicas, de António Ribeiro-dos Santos, Fr. Manuel do Cenáculo, etc.)
A Bibliq em Portugal, 1495-1850, por G. L. Santos Ferreira, Lisboa, 1906.
História chronológica e crítica da Real Abbadia de Alcobaca, por Fr. Fortunato de Boaventura.
Ensaíos sobre a Historia da Imprensa, por Noronha; Alm. Illustrado para 1858, Typ. Lallemand & C.^o, Lisboa, 1857.
Memória sobre a utilidade do estudo da língua grega; e sobre as providencias litterárias, que tem sido dadas em Portugal acerca do estudo da mesma lingua. Lisboa, 1851.
Chronica do Serenissimo senhor Rei Dom Emmanuel, por Damião de Goes.
A Reforma protestante e as irreverencias de Gil Vicente. Excerpto inédito da Hist. da Igreja em Portugal. N.^o 4 da revista «Lusitania», Porto, 1914.
Maria Brandôa, a do Crisfal, por A. Braamcamp Freire; no Arch. Hist. Português, (vol. vi, pag. 405.)
Introdução da Reforma em Portugal, por J. M. Barreto. Lisboa, 1901.

A inquisição em Mazagão em 1607 e 1609

Entre os processos da Inquisição de Lisboa, que se guardam no Arquivo Nacional, encontra-se um que tem o numero 13.260, que diz respeito a denuncias e outros procedimentos inquisitoriaes nas praças marroquinas no começo do sec. XVII.

O referido numero está todo copiado para a impressão e dessa copia retirei as partes relativas a Mazagão para as publicar na *Revista de Historia*.

O nosso consocio o sr. Affonso de Dornellas nos valiosos tomos da sua obra *Historia e Genealogia* já se tem referido detidamente a essa praça e para lá enviarei o leitor que deseje aprofundar a materia.

O sumario dos documentos que adiante vão publicados é o seguinte :

I. — Certidão de um auto de visitação que fez em Mazagão o bispo de Ceuta, D. Agostinho Ribeiro a respeito de certas palavras que disse o pintor Simão Rodrigues. 31 de janeiro de 1607.

II. — Autos mandados levantar pelo governador de Mazagão sobre o procedimento do P.^o Miguel Gonçalves para com o judeu Raby David. 13 de janeiro de 1609.

III. — Certidão da provisão de 26 de janeiro de 1609 pela qual D. Manuel de Mascarenhas, governador de Mazagão nomeou Bras Gonçalves, ouvidor para exame do procedimento do bispo de Ceuta. 4 de fevereiro de 1609.

IV. — Certidão do capitulo da visitação do bispo de Ceuta a respeito de uns escravos do contador João Gomes de Lemos. 4 de fevereiro de 1609.

V, VI. — Certidões a respeito do acordo celebrado entre o governador de Mazagão e o bispo de Ceuta sobre o modo que se havia de ter nos vestidos dos judeus. 4 de fevereiro de 1609.

VII. — Capitulos da visitação de Mazagão, pelos quais o bispo prohibe que se cativem os mouros que se vem tornar cristãos. 5 de fevereiro de 1609.

VIII. — Capitulos sobre o trajo dos judeus. 5 de fevereiro de 1609.

IX. — Certidão de Valentim Camelo, escrivão do eclesiastico de Mazagão sobre os vestuarios do Rabi David, Benjamim e dos judeus das cafilas. 18 de fevereiro de 1609.

Seguem-se agora os documentos de que dei os extractos.

PEDRO d'AZEVEDO.

I

31 DE JANEIRO DE 1607

Certifico Eu Gil d'Azambua Pereira clerigo praesbytero, e escriuão da visitação que hora fez o senhor Bispo dom Augustinho Ribeiro nesta villa de Mazagão que na dita visitação esta hum dito de Simão Rodrigues de Preitos as folhas dusemtas e sincoenta e sete uerso culas palauras são as seguintes. Digo culo theor de uerbo ad uerbum he o seguinte.

Simão Rodrigues de Preitos pintor morador nesta villa de Mazagão ueio a visitação e iurou aos sanctos euangelhos em que pos sua mão que prometeo dizer uerdade nas materias da visitação e que he de ydade de quarenta e sinco anos.

Disse que se vinha accusar que hum destes domingos Passados, que serão quinze dias do presente mes de Nouembro em que o Padre Miguel Gonsalues fes a doutrina pella Rua, estando elle testemunha em casa de Manuel Afonso alfaiate, estando elle Manuel Afonso presente e Afonso Dias, seo obreiro, e lhe parece que estaua ali Thome Barreto escriuão de hua companhia dos soldados, elle Simão Rodrigues disse que era bem feito fazerse a doctrina pera muitas pessoas se ensinarem na doutrina, porque auia pessoas que cuidauão, que não auia outro Deus, nem outros sanctos, se não os que estauão alli no altar, e que auia Nossa Senhora no Ceo a quem se rezaua, e se offerecia o que rezauão pera que por seo meio ouuessemos nós qua na terra o que lhe pediamos, ao que hum dos circumstantes lhe respondeo, que não sabe qual he, disendo se as figuras erão de pao, porque fazião milagres, e elle Simão Rodrigues testemunha lhe respondeo que não podião fazer milagres sem a uirtude que a Virgem nossa Senhora lhe punha do ceo, e que estas palauras por mais são as que passarão, e assi o declara pello Juramento que Reçeeo, e que não ouue outras, e disto se uem acusar pera que no que tem dito mal receber toda a penitencia que lhe derem e se sogeitar a obediencia e correição da sancta Madre Igreja como bom e uerdadeiro christão que por este respeito ha tres noites que não dorme nem socega e ha tres dias que não come com o sentido de se uir accusar.

Preguntado que ocasião ouue pera elle resolver esta questão na forma que tem dito, se leo em algum liuro ou ouiuo falar algumas pessoas nesta materia respondeo que nem leo em liuro, nem ouiuo falar nisto a ningem, e que de seu motu proprio falou na materia, e que auera mais de trinta annos, que uendo elle testemunha a hum Gonçalo Rodrigues defuncto alfaiate estar mui deuoto resando diante do altar de Nossa Senhora do Rosario sito nesta Igreja lhe disse depois de acabar de rezar, e se sair para fora se sabia que nossa Senhora que estaua no ceo, e que a elle auia de offerecer e não á que estaua no altar, e que elle lho agradeço muito por ser elle muito seo amigo e ser mui bom christão.

Preguntado que sente elle acerca da adoração das Imagens e da ueneração que se lhes deue, respondeo, que o que sente nisto he que somos obrigados a fazer lhe tanta reuerencia, e acatamento como aos sanctos que estão no ceo, culas Imagens estão nos altares e que pera isso se poem nelles pera seus filhos se ensinarem que aquelles sanctos culas aquellas Imagens são padecerão aquelles martirios per amor de Deus.

Preguntado se approua o uso das Imagens do modo que a Igreja catholica sempre usou ou se tem visto alguma opinião particular respondeo que approua o uso da igreja catholica nem sente nem cousa alguma contra o que ella usa e ensina e tudo isto que tem dito retificou com Iuramento de que se mandou escrever pera se prouer o caso como for seruiço de Deus e bem de sua consciencia e al não disse.

Certifico mais que na dita Visitação esta hum testemunho as folhas dusemtas e sesenta uerso dum Manuel Afonço morador nesta dita Villa culo theor he o seguinte:

Manoel Afonço alfaiate foi chamado a esta meza da uisitação em que Iurou aos santos Euangelhos e pos sua mão que prometeo de diser uerdade e he de ydade de vinte sinco annos.

Preguntado pello referimento acima disse que auerá perto de dous meses cito dias depois do senhor Bispo uir a esta terra que Simão Rodrigues de Preitos pintor entrou em casa d'elle testemunha e uindo a falar nas doutrinas disse o dito Simão Rodrigues que era bem que as ouesse porque erão tão grandes asnos as pessoas desta terra que se hão a rezar hum Rosario e o offerecião a Nossa Senhora, que estaua no altar não fazendo mostra que auia outra senão aquella a quem offerecia e que hera hua sancta de pao e Thomé Barreto que estaua presente lhe foy a mão dizendo que se era de pao como fazia milagres e respondeo o proprio Simão Rodriguez que os fazia por uirtude das dos Ceos e dahi a não sabe

quantos dias disse elle testemunha ao dito Thomé Barreto que tinha obrigação de o uir dizer a visitação isto que tinha ouvido e pasado com o dito Simão Rodriguez, e respondendo-lhe elle Thomé Barreto, que não estaua já alembrado elle testemunha lhe referio e por estar presente Afonso Dias seo obreiro, e ouuio o que passaua o foi diser ao dito Simão Rodriguez, o qual foi logo a casa delle testemunha estando com elle o dito Thomé Barreto, e preguntou quais erão as Consciencias que o querião uir acusar a Visitação pello que tinha dito em sua casa, e que lhe tinhão tomado as palauras, e não a tenção, e acreçentou que elle se uiria accusar e elle testemunha e seo companheiro apertarão com elle que se viesse accusar.

Preguntado se o dito Simão Rodriguez he natural desta terra e que qualidades tinha, e se era bem nacido respondeo que he natural de Mazagão, e que ategora foi acubertado e que agora não sabe se o he, nem se tem assento de Caualo, que he pintor que pinta nas Igrejas sanctos e imagens, e que não sabe, nem ouuio nunca dizer que seia christão nouo nem de casta mourisca, nem de Iudeus.

Preguntado se o dito Simão Rodriguez he bom christão, bem acostumado e amigo de Deus, e de Igreja, respondeo que nos tempos passados de dous annos atraz uiueo estragadamente amañebado cõ hua mulher que he morta e daua ma uida a sua mulher por esse respeito, e os prouisores passados entenderão com elle, e que agora uiue quietamente e he amigo de Deus.

Preguntado se em materias de Religião, e fé catholica deu algum dia algum escandalo, ou se sabe que sinta mal da adoração e culto das Imagens, respondeo que per este interior que tem descuberto de ter por sanctos de pao as Imagens lhes não fas acatamento deuido, e entra nas igrejas com o chapeo na cabeça muitas uezes, e anda com elle na cabeça quando arma nas l'ndoenças, ou quando Pinta; e que elle testemunha se escandalisa disto, porque ainda que a continuação e costume de andar na Igreja com as obras e pinturas o pudera fazer descuidar de tirar o barrete, todauia ãodão outras pessoas no mesmo officio com reuerencia, que elle Simão Rodrigues não tem, e elle testemunha atribue isto ao seo interior, e opinião que tem descuberta de ter as Imagens por sanctos de pao, e que nisto não falou com ninguem, nem ouue falar nem tão bem ouuio a elle falar outras Cousas, que fossem contra a fé, e al não disse.

Certifico mais que na dita visitação esta hum testemunho ás folhas dusesentas e setenta e nove de Thomé Barreto escriuão dua Companhia dos soldados desta villa cujo teor he o seguinte :

Thomé Barreto foi chamado a esta mesa da visitação e jurou aos sanctos euangelhos em que pos sua mão que prometeo dizer uerdade e he de ydade de vinte quatro annos. Disse que a vera cousa de dous mezes, e infim depois do senhor Bispo uir a esta terra, que estando elle testemunha em casa de Manuel Afonso Carneiro alfaiate entrou Simão Rodriguez de Preitos pintor, e em conuerção ueio a dizer o dicto Simão Rodriguez, não sabe elle testemunha a que proposito, ha nesta terra huns asnos que se uão a Igreja, e uelos eis estar de goelhos com as mãos postas dizendo Virgem eu uos offereço este Rosario, e aueriguado o negocio falão com santos de pao, e eu estando detras de hum, ouij fazer esta oração, e senão estiuera morto eu o nomeara, e elle testemunha lhe foi a mão dizendo que não dicesse aquillo que aquellas Images erão semelhantes dos sanctos, que estauão nos Ceos, e que quem falava com ellas, falava com elles. E o dito Simão Rodriguez tornou a rreplicar ha que são huns asnos que cuidão que não ha outros sanctos senão aquellas Imagens de pao, e que então não passou mais, e que a vera sinco, ou seis dias que foi sabbado vinte dous do presente mes de Nouembro que o dito Manuel Afonso Carneiro disse a elle testemunha que tinhão obrigação de uir a visitação a denunciar disto, e que logo ao Domingo o dito Simão Rodrigues ueio ter com elles ambos, e disendo-lhe elle testemunha ontem negociel a V. M. hum pequeno de tafeta pera a sua obra que qua tem o dito Simão Rodrigues lhe respondeo bem me estiuera isso se correspondera hua cousa com outra, e elle testemunha o entendeo, e se quis sair a hum homem que estaua de fora vendo o fazer movimento pera se sair se saio e o dito Simão Rodriguez pegou delle testemunha e lhe disse que se não fosse que tinha que falar com elle e logo começou a dizer : Ontem me auisarão que V. m. detreminauão de me ir por na visitação sobre o ponto das Imagens que aqui se tratou e auiso que olhem o que fazem e elle testemunha lhe respondeo V. m. de que se teme quando la for, não ei de dizer se não pura uerdade, e quem foi auisar a V. m. melhor fora dizelo a visitação que não illo auisar, e não passou então mais, saluo dizer o dito Simão Rodriguez que auia de falar com o padre Miguel Gonsalues, e se ajuntarião todos tres pera isso pera uer se era cousa de visitação, e que depois tornou a dizer que se uinha a accusar, e ontem vinte sinco do mes lhe disse que ia uiera a visitação, e o deixara referido a elle testemunha e a Manuel

Afonso. — Disse que ontem uinte sinco do dito mes lhe disse a elle testemunha Afonso Dias que elle fora o que lhe fora dizer por auer estado presente assi a primeira ues que se estes negocios falarão como da segunda que se determinarão em uir denunciar e nesta materia não ha outra cousa.—Preguntado que homem he o dito Simão Rodriguez que trato, que costumes tem, e se he bem nacido, respondeo que era pintor e caualeiro acobertado, e que ouuio dizer que por parte de seo pai tinha não sei qué e não sabe elle testemunha que raça he, nem se a tem mais que ouuio dizer isto a seu tio Pero Rodriguez da Costa e aos sobreditos Manuel Afonso e Afonso Dias dizerem elle temesse porque tem não sei que por parte de seo paj e lhe não sabe mais Custumes, e o ue armar estas Igrejas pelas Endoenças e correr os passos toda a Coresma passada. Preguntado se o dito Simão Rodriguez sentia mal das Cousas da fé, ou Religiam Christã, ou se tem algua openião particular acerca da vereação que se deve ás Imagens e uso della que a Igreja catholica tem approuado, respondeo que lhe não sabe cousas nenhuas, e que o ue todos os Domingos na Igreja, e ensina mui bem seos filhos e al não disse.

Certefico mais que na dita Vesitação esta hum testemunho ás folhas dusesentas e setenta e duas de Afonso Dias alfaiate morador nesta dita uilla, e nelle huns capitulos cuios theores de uerbo ad uerbu são os seguintes. Disse que auera uinte dias que indo Simão Rodriguez de Preitos pedindo pera Sancta Lusía entrou em Casa de Manuel Afonso alfaiate e se pos a falar da Confraria da Doctrina que aqui se publicou, e disse que sera bem feito porque muitas pessoas erão tão bestas que uinhão a rrezar e cuidauão que as Imagens, que erão de pao e pedra erão os mesmos sanctos que estauão ao Ceo não sendo assi senão que erão Imagens e semelhanças das que la estauão e que Deus lhe daua uirtudes pera fazerem milagres. Disse que depois disto acontecer auera cousa de seis dias ouuio elle testemunha tratar na mesma casa a Manuel Afonso, e a Thomé Barreto que o auião de por na uisitação e ella testemunha por ser amigo do dito Simão Rodriguez lhe foi dar auiso do que passava de como detreminauão de o por na uisitação compadecendo se delle por ter molher e filhos que lhe poderia uir mal doutrem o uir primeiro denunciar antes que elle se uiesse accusar, e disto se accusa elle testemunha do erro que cometeo e esta prestes pera receber toda a pena que lhe derem.

Preguntado que qualidade de pessoa he o dito Simão Rodriguez de Preitos em que reputação esta se he homem bem acostumado, e bem nacido respondeo que o pai do dito Simão Rodriguez era barbeiro, e elle em pequeno começou tão bem de o ser, e de desoito annos por diante começou de andar a Caualo em espinguardeiro, depois com lança, e no que toca a costumes he homem falador, mas não periudicial de lingoa so fala muito, e que por parte de seo pai ouuio elle testemunha diser que tinha raça de christão novo, mas que não sabe se he assi nem quanta he. Preguntado se o dito Simão Rodriguez sente mal da fe na ueneração das Imagens, e da Religião Christã, respondeo que o que tem por mui bom Christão nem lhe ouuio dizer nunca cousa que escandalizasse nem fosse contra a fe. E al não disse deste particular.

Certifico que os sobreditos testemunhos, e capitulos tirei da dita uisitação bem, e fielmente e por uerdade passei a presente em Mazagão ao derradeiro do mes de Ianeiro de 1607 annos. — *Gil d'Azambuia Percira.*

A margem: Trident. sess. 25 in decreto de inuocatione, ueneratione et reliquis sanctorum, et sacris imaginibus § Imaginis porro Christi.

(Conclue no proximo numero).

FACTOS E NOTAS

Fernão Lopes: — Um documento inédito — As notícias, que tínhamos da família do historiador Fernão Lopes, referiam-se a um seu filho, Mestre Martinho, fallecido no captiveiro e a um filho legitimado deste. Por um acaso achámos na Chancellaria de D. Affonso V, no Archivo da Torre do Tombo, um documento pelo qual ficamos sabendo que o escrivão da puridade de D. Duarte era casado com uma tia da mulher de Diogo Affonso, sapateiro, individuo ao qual, por influencia do escriptor, foi concedida uma carta de privilegio que tem a data de 27 de agosto de 1443.

Segue adeante transcripta.

P. A.

«Dom Afonso etc. a uos correjedor e Juizes da nossa muy nobre e muy leall çidade de Lixboa e aos vereadores e procurador da dita çidade e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer e esta carta for mostrada saude. Sabede que nos querendo fazer graça e merce a Diego Afonso çapateiro morador em essa çidade pollo de Fernam Lopez escriptuam que foy da puridade do Ifante Dom Fernando meu tyo que deus aja por seer casado com hũa sua cunhada sobrinha de sua molher teemos por bem e mandamos que daquy em dhiante nom seja posto por besteiro do conto em nehua gisa que seja outro sy lhe privilegiamos suas casas que lhe nom sejam dadas de pousadia a nehuu que seja salvo quando nos ou a Rajna minha molher e Ifantes meus Irmaãos e tyos em esa çidade formos nem lhe tomem pom nem vinho nem Roupa nem palha nem lenha nem galinhas nem guados nem bestas asy de sella como dalbarda nem uaa com presos nem com dinheiros nem lhe tomem nehua cousa do seu contra sua vontade so pena dos nossos Encoutos de seis mil soldos que mandamos que pague pera nós quallquer ou quaaesquer que lhes contra esto forem cada vez que lhes forem contra esto os quaaes mandamos ao nosso almoxarife do almazem desa çidade que os Recade e Reçeba pera nós so pena de os pagar em dobro de sua casa e o espriuam de seu ofiço que os ponha sobre ell em Recepta pera auermos delles boa Recadaçom e em caso que lhe alguem contra esto for ou quiser ir mandamos a uós ditas Justiças que lhe nom consentaaes e lhe façaaes todo emmendar e correger como for direito e fazee lhe conprir e guardar esta nossa carta em tudo pella gisa que em ela he conteudo se nom sejam certos os que o contrario desto fizerem que lhes seer estranhado muy grauemente como aquelles que nom fazem nem guardam ho mandado do seu Rey e senhor e esto lhe fazemos por quanto nos mostrou hua carta del Rey meu senhor e padre cuja alma deus aja em que desto asy privilegiaria. Unde al nom façades. Dante em Leirea xxbij dias dagosto per autoridade do senhor Ifante Dom Pedro Regente. Pero de Lixboa a fêz ano do senhor de mill iiij^o Riiij.^{ta} anos». ¹

¹ Chancellaria de D. Afonso v, liv. 85, fl. 28.

Alcacer Ceguer — Documentos — Era 12.º Governador Capitão General de Ceuta, D. Sancho de Noronha, 1.º Conde de Odmira, quando em 1457 julgou necessario um soccorro para defeza da sua Praça, pedindo-o a D. Affonso V que aproveitou os preparativos já desnecessarios para a projectada ajuda á cruzada contra os turcos.

A esquadra preparada para o soccorro, foi formada por três divisões, uma de Setubal commandada pelo proprio Rei, outra do Porto commandada pelo Marquez de Valença e a terceira de Sagres commandada pelo Infante D. Henrique.

Sabendo os mouros destes preparativos, desistiram de mais uma tentativa de reconquista da sua sempre chorada Ceuta.

D. Affonso V não quiz perder a occasião de ir até Africa e se já não era necessario soccorrer Ceuta, iria tomar Alcacer Ceguer. Assim foi, reuniu as três divisões em Lagos^o donde levantaram ferro em 17 de outubro de 1457, levando debaixo do seu commando duzentas e vinte velas. Chegando ás muralhas de Alcacer no dia 22 do mesmo mês, desembarcaram, havendo lucta na praia, com quinhentos mouros de cavallo e muitos de pé, que por fim se refugiaram dentro de Alcacer.

A' meia noite o Infante D. Henrique mandou «poer fogo a uma bombardarda grossa, que no seu combate era assentada, com que aos mouros começou de fazer não menos dano que espanto, pelo qual desesperados já d'achar remedio de salvação em suas armas, nem defeza, a vieram buscar e procurar na piedade do Infante.» — Assim relata o acontecimento o chronista Ruy de Pina.

Na manhã seguinte, 23 d'outubro, sahindo os mouros todos da Praça, entraram os portuguezes e alli ficaram até que D. João III se fartou della e a mandou abandonar.

O primeiro Governador Capitão General de Alcacer Ceguer foi D. Duarte de Menezes, 3.º Conde de Vianna e 2.º e 4.º Governador Capitão General de Ceuta.

Já por vezes me tenho referido a este notavel guerreiro tendo sido a ultima vez, num estudo intitulado *Os tumulos de Pedro e D. Duarte de Menezes — Primeiros Governadores Capitães Generaes de Ceuta* que faz parte do Boletim da Sociedade de Geographia de Lisbôa, numero comemorativo do 5.º centenario da conquista de Ceuta.

Mais largamente me hei-de ainda referir á sua acção, no meu estudo *Os Governadores Capitães Generaes de Ceuta* que tenciono publicar no IV volume da *Historia e Genealogia*.

Os mouros em 1459 depois do tomarem alento, e de se armarem o melhor possivel, foram pôr cerco a Alcacer Ceguer com todas as probabilidades de bom exito, por não haver nem munições nem mantimentos em abundancia, dentro desta Praça. Depois de mil peripecias já conhecidas e dos mouros já estarem fartos de alli se encontrarem, sem Alcacer se render, começaram a preparar-se para se retirarem.

Porem, D. Duarte de Menezes, por têr passado aquella temporada sem têr pelejado por causa do aperto do cerco, e com pena que os mouros se fossem, sem nem ao menos lhe experimentarem a bravura, escreveu uma carta de desafio ao Marim do Cerco, a dar credito aos documentos que adiante seguem.

Fui encontrar esse documento e os que lhe sucedem, a folhas 116 do Codice 475 da Colleção Alcobacense, existente na secção de manuscritos da Bibliotheca Nacional de Lisbôa. Não se pôde garantir a authenticidade destas peças, suspeitas até na proveniencia; archivamo-los todavia, a titulo de curiosidade.

Transcrevemo-los a seguir :

«Carta que o conde de viana dom duarte mandou ao marim no cerco de alcacere.

— Muito homrrado marin: dom duarte de menezes capitão dalcacere por el Rey meu senhor: vos faço saber que a my he dito que el Rei de feez e vos cõ toda vossa cavalaria vos quereis partir: do que a my e a estes fidalguos e nobres cavaleiros que em minha companhia estam, nos pesa muito por aver tanto tempo que aqui estais, esperavamos ser pello dito rei combatidos por vossos corpos e gente e numca ho quisestes fazer: porem se vos aprouver por pessoa ou vosso filho virdes a esta praya cõ dous mil cavaleiros: eu cõ estes fidalguos e nobre gente pelejaremos, cõvosco: e cada hũ faça por serviço de seu deos e de seu rei ho melhor que poder. e se disto vos prover: eu aja loguo reposta: escrita em alcacere a 22 daguosto do ano de christo de 1459 anos.

Reposta do marim.

faço vos saber que vi vossa carta: vimos ho que nella pusestes: nõ sabemos se he vossa se del Rei: nõ vos temos em conta senão que sois tomados pois o tio do vosso senhor alimpou os meus cavalos. e ainda vosso senhor ha vinte anos que estaa pendurado nos muros de feez quando fizestes bem nhũ senam este dalcacere: loguo mandastes e achastes que estava a gente segura por isso sahistes: que se qua ho souberamos ali nos achareis prestes: quando fizestes bem nhu senam este daguora: se vos lembra ho que vos fizeram em tangere que vos juro por minha lei que vos faça como fiz a vosso senhor: ca vos tenho na mão como filhar alcacere: A falla que vem na carta não na dizem senão perros taes como vos outros: ca nõ sam eu para vos: nõ el Rei não he pera vosso senhor e esta he a resposta.

Replica de dom duarte.

Ati alosaçam venantez Regedor do mui deshomrrado Rei de feez: dom duarte de menezes capitão dalcacere em africa por el Rei meu senhor a despeito do teu Rei e teu e de toda mourama te faço saber que vi tua carta: e ao que dizes que não sabes se he minha se do meu Rei: tu sabes bem que he minha: mas tu como homẽ de pee que nõ tem coração nom quiseste responder ora desafiaça que te mandava para pelejar cõtiguio: e foste acodir cõ outras cousas que nõ acordavão cõ o meu Requerimento: e ao que dizes que o tio do meu senhor alimpou os teus cavalos: Isso era por tua roindade e grande vileza: a hu senhor tam nobre que em teu poder tinhas dares tal officio: e ao que dizes que estaa pendurado no muro de feez: Isso he cousa ordenada por deos: e porque a elle praz que el Rei meu senhor guanhe toda ha terra atee chegar onde elle estaa por sua força despada como já ves ho começo: e eu espero em deos de ho servir em esta conquista e que elle ma faça capitam de feez como aguora sam dalcacere: e ao que dizes que quando fizemos bem nenhum senão este dalcacere: bem sabes tu que passa de quarenta anos que el Rei dom João tomou cepta: por o qual deixou em ella ho cõde dom pedro meu padre por capitão: e nã tam soamente te defendeo ha cidade: mas desbaratou muitas vezes tua gente: e destroyo aldeas darredor: e assi ho fizeram todos os capitães que depois d'elle foram e ho faz este que aguora hi estaa: a pergunta ao teu gil ajaire e elle te dara dello testemunho e ao que dizes que se nos lembra ho que nos fizeram em tangere lembrame que o Infante dom amrique he hu dos melhores cavaleiros do mundo: e os que com elle eram vieram de laa mui homrrados: como nobres cavaleiros que eram: por que ereis oitenta mil de cavallo: e seis centos mil homẽs de pee e elles cinco defenderamse em hu vallo: e cõ mingua de coração fizeram cõ elles trato: e ao que dizes que a falla que vem na carta: que se diz peros taes como eu: pois fallas descatesmente não he sem rezão averes reposta: e eu e estes fidalguos cavalleiros e nobre gente te requestamos para pelejarmos cõtiguio por escalamiento da nossa fee: e por serviço del rei nosso senhor e por te homrrarmos: e tu falas fora de perposito como perro desacaroçado e grande judeu que has medo de te fazer como fis a teus alcaides cõ que per vezes pelejei: e ao que dizes que o teu rei nõ he para o meu Rei: dizes mui grande verdade ca o meu Rei he o mais homrrado rei do mundo e de mayor fama e o teu rei o mais deshomrrado do mundo: que nã he para fazer outro bem senã bestas: e no que dizes que nos tems na mão como filhares alcacere: filhalohas como filhaste da outra vez da qual partiste deshomrradamente e assi faras aguora: escrita dalcacere: a 22 daguosto de 1459 anos.»

Todos aquelles rasgos de bravura de D. Duarte de Menezes terminaram na Serra de Benacofu defendendo a vida de D. Affonso v.

De repente vendo a vida do seu Rei em risco, entregou o seu corpo aos mouros, para que emquanto se saciavam desfazendo-o em milhões de boccados, o seu Rei, D. Affonso v, tivesse tempo de se salvar; foi grande na vida e na morte.

Lisboa, 22 de Maio de 1916.

A. D.

BIBLIOGRAPHIA

I—LIVROS

Historia da Litteratura Brasileira — De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908), José Verissimo, Lisboa, 1916, 435 pags.

Após a leitura deste livro, affoitamente se pôde dizer que a litteratura estudada fica áquem do critico. Com effeito, abeirando a historia duma litteratura, que elle mesmo repetidamente declara não ter originalidade nem profundeza, José Verissimo revela-se-nos um critico superiormente dotado, a quem só faltaram grandes auctores, grandes obras e grandes problemas de critica que permittissem a plena expansão de seus dotes. E' axiomático que para haver critica litteraria elevada, necessario se torna a existencia de litteratura elevada, e isso se confirma com a presente obra — a qual vale menos pelos informes concretos, que nos proporciona, do que pelos principios geraes que donde em onde seu auctor formula e pelas demonstrações, que contem, da intelligencia sensatamente critica do mesmo. José Verissimo, sem chauvinismo, mas tambem sem pessimismo, vae historiando a litteratura brasileira desde Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908), através dos seguintes capitulos: *Introducção*; Cap. I: *A primitiva sociedade colonial*; Cap. II: *Primeiras manifestações litterarias: Versejadores e prosistas*; Cap. III: *O grupo bahiano*; Cap. IV: *Gregorio de Mattos*; Cap. V: *Aspectos litterarios do seculo XVIII*; Cap. VI: *A pleiade mineira*; Cap. VII: *Os predecessores do Romantismo*; Cap. VIII: *O Romantismo e a primeira geração romantica*; Cap. IX: *Magalhães e o Romantismo*; Cap. X: *Os proceres do Romantismo*; Cap. XI: *Gonçalves Dias e o grupo maranhense*; Cap. XII: *A segunda geração romantica: os prosadores*; Cap. XIII: *A segunda geração romantica: os poetas*; Cap. XIV: *Os ultimos romanticos*; Cap. XV: *O Modernismo*; Cap. XVI: *O Naturalismo e o Parnasionismo*; Cap. XVII: *O theatro e a litteratura dramatica*; Cap. XVIII: *Publicistas, Oradores, Criticos*; Cap. XIX: *Machado de Assis*. — José Verissimo, fallecido ha poucos meses, considerava na litteratura do seu paiz, duas principaes e mais caracteristicas epocas: a epoca colonial e a epoca nacional, separada pela proclamação da Independencia. Durante a primeira epoca, a litteratura do Brasil foi um reflexo fiel da litteratura da metropole e a sua transformação historica, como tal, parallela á desta. Durante ella, ha apenas que a distinga um pequeno germen nativista, que surge com a *Prosopopêa* de Bento Teixeira, avoluma com a *Ilha da Maré*, de Botelho de Oliveira, e com os poetas do fim do seculo XVIII para se tornar no seculo XIX caloroso sentimento nacionalista. Depois no seculo XIX, esse nacionalismo, a moda do indianismo e o exaggero do lyrisimo portuguez, no Brasil tornado mais sensual, e uns modismos defeituosos da linguagem dão a multos espiritos patrioticos a convicção querida de que á sua litteratura chegára o momento da completa differenciação e que a expressão *litteratura brasileira* já não é uma expressão de escola official, mas que se funda em solidas razões de ordem critica. Em nosso pensar, entre a litteratura portuguesa e a litteratura brasileira ha menos distincção que entre as diversas manifestações litterarias dum grande paiz, de provincia a provincia, onde as variantes do falar local e do viver social imprimem cunho proprio. A descripção apologetica do viver dos aborigenes, impropriamente chamados indios, foi uma ephemera moda, consequencia já do gosto do exotismo, já do nacionalismo, e o proprio José Verissimo lhe chama desproposito. O proprio nacionalismo, quando realizou as suas reivindicaciones abrandou, pois todas as paixões por si mesmas se cansam, e se hoje se revela é principalmente em respeito aos problemas politicos da America da Sul e só o nacionalismo em relação á metropole nos importava neste assumpto.

O exaggero sensual do lyrismo poderá representar um estadio differente da cultura moral, mas não é característica mais vigorosa que a differença que no nosso proprio lyrismo notamos deste áquelle poeta. Os modismos linguisticos são minimos nos bons auctores, pois estes se esforçam sempre por regressar á boa lição dos classicos. Sobre estas differenças, a communitade de historia, de raça, de influencia franceza, a vizinhança de povos hespanhoes e a communitade de lingua principalmente imprimem características muito semelhantes ás que distinguem a nossa litteratura: o mesmo predominio do lyrismo, o mesmo gosto épico e oratório, a mesma falta de theatro e de critica, de espirito philosophico — o que tudo se verifica mesmo no seculo XIX, que o severo e judicioso José Verissimo apresenta como estranha de menor influencia lusa e que o é de facto. Todavia, forçoso é confessá-lo, o Brasil antecipou-se a Portugal em possuir um manual da sua historia litteraria, *verdadeiramente critico*, sempre inspirada do proposito de avaliar, que é o presente volume — ao qual desde já futuramos uma larga discussão e uma funda influencia nos espiritos desapaixonados. O espirito de José Verissimo, tão bem patenteado nesta obra, pelo longo estudo e pela experiente observação, conseguiu escapar-se a certos preconceitos patrioticos, politicos e scientificos, que eivam e dominam a vida do Brasil, como a de Portugal, creando cá e lá uma atmospheria de seductoras mentiras, que enredam os espiritos e os caractéres. Entre outras, são bem conhecidas duas causas: a influencia franceza e a falta de espirito critico. — F. F.

La Critica Letteraria Italiana negli ultimi cinquant'anni, Luigi Tonelli, Bari, 1914, 511 pags.

Desde o principio do terceiro quartel do seculo XIX que em Italia se vem dando attenção dedicada aos estudos de historia da critica litteraria. Nós conhecemos os seguintes trabalhos: L. Ceci *Un'occhiata allo svolgimento storico della critica letteraria e politica del seicento*, Florença, 1878; P. Ferrieri, *Francesco de Sanctis e la critica letteraria*, Milão, 1888; L. Morandi, *Antologia della nostra critica letteraria moderna*, Città di Castello, 1889, 4.^a ed.; I. E. Spingarn, *Storia della critica letteraria nel Rinascimento*, Bari, 1905; S. A. Borgese, *Storia della critica romantica in Italia*, Napoles, 1905. Taes estudos devem-se á influencia da obra dum grande critico, infelizmente quasi desconhecido em Portugal, Francesco de Sanctis, que não só exerceu brilhantemente esse genero, mas até o historiou, pois em 1845, num curso que regeu em Napoles occupou-se da *Storia della Critica da Aristotele ad Hegel*. Vimos ha algum tempo annunciada a publicação deste curso, mas ainda o não conseguimos ver. Apenas temos lido o curso publicado pelo sr. B. Croce na sua revista sob o titulo *Le lezioni di letteratura di Francesco de Sanctis dal 1839 al 1848*. Lembramo-nos bem que foi por influencia destas obras e da *Evolution de la Critique*, de Brunetière, que nós escrevemos o nosso ensaio sobre a historia da critica litteraria em Portugal (1910, 1.^a ed., 1916, 2.^a ed.) A obra, que temos presente, continúa os trabalhos referidos de modo distincto. Considera na moderna critica italiana três epocas: a da critica romantica, representada por Francesco de Sanctis, o maximo critico italiano; a critica positivista, representada philosophicamente por Luggero Boughi, Gaetano Trezza, Gaetano Negri, Giacomo Barzelotti, Alesandro Chiappelli, e litterariamente por Tullo Massarani e Giosué Carducci, o principal, e ainda outros; e o da critica esthetica representada pelo sr. Benedetto Croce, bem conhecido dos leitores desta revista. A analyse dos diversos processos criticos é bastante circumstanciada, por vezes mais do que o necessario. De Sanctis, Carducci e Benedetto Croce occupam a maior parte desta obra, e as suas criticas são demoradamente apreciadas. O sr. Tonelli considera o periodo positivista da critica italiana como inferior aos outros de que nos falla. De cada um dos três principaes criticos litterarios referidos, o auctor apresenta primeiramente os principios theoreticos, depois a sua obra de critica pratica. Justo é informar que o sr. Tonelli, posto que admirador e discipulo do sr. B. Croce, não deixa de reconhecer que partes fracas ha na grande construcção, que é a obra de critica do sr. Croce. Esse reparo é feito principalmente na parte do livro que se refere ás suas apreciações syntheticas, ás suas formulas genericas. — F. F.

El centenario de Magallanes en Sanlucar de Barrameda, Genaro Cavestany, Sanlucar de Barrameda, 1915, 114 pags.

O auctor tem propagandeado diligentemente a idea da commemoração do centenario de Fernão de Magalhães, e para melhor servir o seu proposito deliberou recopilar quanto se escreveu ácerca do seu alvitre. Circumstancias de vária ordem têm impedido a realização delle. — F. F.

De Campolide a Melrose. Relação de uma viagem de estudo (Philologia, Etnographia, Archeologia) pelo Dr. J. Leite de Vasconcelos — Prof. da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — Lisboa, 1915, 183 pags.

Com este titulo publicou o sr. dr. L. de V. o relatorio da viagem que em 1913 fez por França e Inglaterra visitando então as mais importantes bibliothecas e museus dos dois paises.

A leitura de livros de viagem é em geral agradável a quem não viaja, mas a deste tem o atractivo muito raro de não ser apenas a transmissão de um conjuncto de impressões de momento mas o prazer gratissimo ao estudioso de o levar atravez de museus dos mais importantes da Europa na companhia erudita do illustre Prof. da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A proposito de cada sala, de cada armário, dos diversos objectos, o sr. dr. L. de V. dá-nos importantes informações historicas e bibliographicas e faz constantemente a comparação com os similares portugueses de modo que assim o estudioso de assumptos archeologicos ou ethnographicos é posto ao par do que nesses museus existe de util para, por comparação, estudar a nossa archeologia e a nossa ethnographia e numismática.

Em uma grande parte do Cap. I occupa-se o A. do Museu Britannico e alem da referencia aos já mencionados estudos dá-nos copiosas informações sobre a sua Bibliotheca e—em *Apendice*—descreve e extracta dois dos manuscritos portugueses ainda não estudados que lá encontrou: *Relações, cantigas e adrinhões* etc., de um judeu português de Amsterdam e *Four portuguese songs* em dialecto crioulo-português de Ceylão.

A proposito da visita á synagoga portuguesa dá o A. algumas curiosas informações ali obtidas a respeito do progressivo desuso da nossa lingua entre os judeus ingleses até seu completo abandono em 1822.

A respeito de outras cidades visitadas encerra tambem o livro informações de muito proveito e das mais curiosas é o estudo feito a pag. 123-130 acerca da *Tarasca* que o autor compara com a *Grand' Goule*, que viu em Poitiers e com a *Coca* de Monção e figuras congeneres. — S. R.

Eça de Queiroz — A sua vida e a sua obra. Cartas e documentos, Antonio Cabral, Lisboa, 1916, 430 pags.

E' em muito semelhante ao livro sobre Camillo, noticiado no n.º 17, este outro sobre Eça de Queiroz; uma collecção abundante de informações miudas para a historia litteraria moderna, em torno das obras de Eça de Queiroz, escrupulosamente investigadas. Sobre tudo, são esclarecidas as fontes das obras de Eça, personagens e lugares. Em nosso parecer, as partes mais originalmente informadoras do romance são a historia do grupo dos *Vencidos da Vida* e as cartas inéditas do romancista. Trata-se, portanto, menos dum livro de critica que duma compilação historica. As cartas são dirigidas ao Conde de Arnoso, Oliveira Martins, Antonio Ennes, snr. Conde de Sabugosa, snr. Eugenio de Castro e snr. M. Silva Galo.

No capitulo intitulado *Eça de Queiroz e Camillo*, no qual narra as relações litterarias entre os dois romancistas, o snr. A. C. refere-se a um nosso livro de modo que nos obriga a um ligeiro reparo. Escreve o snr. A. C. «As admoestações, dirigidas por Camillo a Eça, igualmente foram conhecidas do publico, não se conservando para sempre ignoradas e escondidas nas margens dos livros que elle enriquecia com annotações preciosissimas, ou então em cartas particulares — como já li, com menos exactidão e grave injustiça, affirmado na pag. 208 da apreciavel *Historia da Litteratura Romantica Portuguesa*, do snr. Fidelino de Figueiredo. Vamos á prova do meu asserto.» (Pag. 343). E a seguir o snr. A. C. faz amplas transcripções, concluindo a pag. 347: «E com mais esta transcripção fica demonstrado que não teve razão e foi profundamente injusto o intelligente auctor da *Historia da Litteratura Romantica Portuguesa*, já atraz citada, quando, a pag. 208, acolma Camillo de refalsado, apontando para a sua supposta duplicidade litteraria, «encomiando Eça de Queiroz em publico, ao mesmo tempo que o atacava em cartas particulares». O snr. A. C. não consegue provar, a despeito de toda a sua boa vontade, ser inexacto que Camillo, ao mesmo tempo que publicamente applaudia Eça de Queiroz, se combinava com Silva Pinto para o atacar. A passagem do nosso livro alludido pelo snr. A. C. deveria ter sido completada pela enumeração de factos que no mesmo livro fazemos a pag. 221-226. A admiração incondicional é adversa do espirito critico.

Fechando esta rapida resenha, não podemos deixar de apreciar calorosamente o proceder do auctor, antigo ministro do regimen monarchico, que, vendo terminada a sua actividade politica, não se remetteu ao silencio improductivo, mas que, pelo contrario, na litteratura, encontrou novo campo de actividade e nova fórma de ser util ao seu paiz.—F. F.

Viejo y Nuevo, artículos varios, Narciso Alonso Cortés, Valladolid, 1916, 188 pags.

O erudito director da *Revista Castellana* e membro da Academia Hespanhola, sr. N. A. C., reuniu neste volume artigos de extensão variavel sobre as principaes materias seguintes: biographia do polygrapho e cathedratico Macias Picavéa, auctor do famoso estudo *Problema Nacional* e fundador do moderno romance regional castelhano; apreciação da edição critica do *D. Quixote*, pelo sr. Rodriguez Marin; a poetiza romantica Gertrudes de Avelaneda; o poeta romantico Gil Carrasco; a rima prosificada; o comediographo Juan Zalabeta, do seculo xvii; quando nasceu o poeta Nuñez de Arce, que ao nosso historiador Herculano dedicou um entusiastico poemeto; o dramaturgo Leopoldo Cano y Masas; a divulgação de poesias de auctores não anonymos, até illustres, e as variantes que o povo lhes introduz; peças de correspondencia entre Garibaldi e a Juventude Democratica de Valencia, em 1863; notas para a biographia de Martinez de la Rosa, que o sr. N. A. C. projectou escrever e que desistiu de concluir; o critico do seculo xviii, Agustin de Montiano; o poeta bohemio Marianno Chacel. Todos os artigos attestam a versatilidade do espirito do sr. Alonso Cortés, o seu rigor de methodo e perspicaz critica. — F. F.
